

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Medicina
Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência

Larissa Ferreira Dias Leite

**CADÊ O SUJEITO QUE ESTAVA AQUI? Contribuições da psicanálise sobre a
permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de
Assistência Social**

Belo Horizonte

2021

Larissa Ferreira Dias Leite

CADÊ O SUJEITO QUE ESTAVA AQUI? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Ceccarelli

Belo Horizonte

2021

Leite, Larissa Ferreira Dias.
L533c Cadê o sujeito que estava aqui? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social [manuscrito]. / Larissa Ferreira Dias Leite. - - Belo Horizonte: 2022.
106f.: il.
Orientador (a): Paulo Roberto Ceccarelli.
Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Pessoas em Situação de Rua. 2. Psicanálise. 3. Apoio Social. 4. Dissertação Acadêmica. I. Ceccarelli, Paulo Roberto. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WA 305



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA/ LARISSA FERREIRA DIAS LEITE

Realizou-se, no dia 26 de novembro de 2021, às 13:30 horas, <https://conferenciaweb.rnp.br/events/defesa-mestrado-dfcd3b5-9157-4129-8fce-b3d285c2b570>, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Cadê o sujeito que estava aqui? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social*, apresentada por LARISSA FERREIRA DIAS LEITE, número de registro 2019714307, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Paulo Roberto Ceccarelli - Orientador (UFMG), Prof(a). Andre Luiz Freitas Dias (UFMG), Prof(a). Emilia Estivalet Broide (USP - Universidade de São Paulo).

A Comissão considerou a dissertação:

() Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2021.

Prof(a). Paulo Roberto Ceccarelli (Doutor)

Prof(a). Andre Luiz Freitas Dias (Doutor)

Prof(a). Emilia Estivalet Broide (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Borges Seccarelli, Usuário Externo, em 24/01/2022, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Emilia Estivalet Broide, Usuária Externa, em 26/01/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Andre Luiz Freitas Dias, Professor do Magistério Superior, em 31/08/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1088476 e o código CRC CC8C02E9.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção deste trabalho percorreu muitos caminhos, alguns atalhos, terrenos difíceis, íngremes, arenosos e outros prazerosos, mais leves e instigantes. Nesse percurso, foram tantas as pessoas as quais contribuíram, ajudaram, socorreram, trocaram, incentivaram, questionaram... E diante da falta a qual é sabida que todo ser humano comporta, há o receio de não citar alguém. Reconhecendo a minha falha, já adianto que poderá ocorrer. Sendo assim, agradeço a todos que, de algum modo, passaram pelo meu trajeto, ou percorrem-no comigo.

Saliento, então, alguns agradecimentos.

Agradeço aos meus pais e irmãos pela minha história, minha formação e pelo despertar do interesse pelas coisas, pelas pessoas, pelas histórias de cada um. Em especial à minha irmã Aline, pelas indicações de leituras, trabalhos e exemplo de formação acadêmica.

Agradeço ao Ciro pela parceria, carinho e paciência, principalmente, nos momentos em que a caminhada exigiu decisões importantes, em que a velocidade da travessia, às vezes, me deixava zozna, receosa, com medo de seguir em frente e com o mal-estar o qual o processo de mestrado gera.

Agradeço às minhas queridas amigas e colegas de trabalho da regional Nordeste, local em que me reconheci profissional, na descoberta de um novo fazer e nas diversas posturas e entendimentos que podemos tecer frente ao inesperado (por vezes repetitivo) e desafiante trabalho na Assistência Social. Vocês foram impulsionadoras de novas perspectivas do nosso trabalho e permanecem, de algum modo, como apoio.

Aos meus colegas do CREAS Oeste pelo trabalho realizado. Destaco os queridos colegas do Serviço Especializado de Abordagem Social por toda a acolhida, pelas trocas, parcerias, discussões de caso, cafezinhos, reflexões e afeto.

Amplio os agradecimentos aos vários colegas da Política de Assistência Social, os quais me deram suporte, sugestões e acharam “uma brecha” no próprio tempo para ofertar a escuta e compartilhar experiências

Sou muito agradecida a todos os quais aceitaram participar desta pesquisa e a todos os sujeitos que se dispuseram a falar comigo.

Agradeço ao prof. Paulo Roberto Ceccarelli por ter se disposto a enfrentar e dar suporte a esta pesquisa.

Agradeço aos colegas que já passaram pelo mestrado e ajudaram com a experiência, com dicas, sugestões, materiais e incentivo. É claro, aos meus colegas 'pepinudos' da turma de mestrado, as risadas e partilhas possíveis nestes tempos difíceis de pandemia.

RESUMO

O fenômeno das pessoas em trajetória de vida nas ruas é um tema complexo, multicausal e está em visível expansão. O estudo apresentado pretende discutir sobre tal questão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sobre quais as possíveis contribuições da psicanálise nesse contexto. Inicia-se, assim, um movimento de reflexão: em que momento o sujeito tem espaço na política pública? Quem é e o que o faz com que busque a rua e ali permaneça? Como a psicanálise poderá auxiliar na compreensão desse fenômeno e quais as intervenções possíveis? Objetivou-se, portanto, compreender as circunstâncias envolvidas na trajetória de vida nas ruas dos sujeitos entrevistados, considerando os aspectos subjetivos da permanência nessa condição. Ou seja, através da realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas, analisar os motivos, além dos que fazem com que os sujeitos busquem a rua, os que os fazem ali permanecer. Ademais, buscar compreender os motivos e facilitadores daqueles/as que possuem uma trajetória de rua e não mais estão nessa condição, e os facilitadores que lhes permitiram sair de tal situação. Para tanto, além de alguns pressupostos da psicanálise, contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com 5 sujeitos, sendo 2 que estavam em situação de rua no momento da pesquisa, 2 que não mais estavam nessa condição e 1 que permanecia no trajeto casa-rua. Enfim, a proposta deste estudo é caminhar para uma torção de perspectiva, partindo dos sujeitos, dos usuários, para as ofertas do SUAS, não o contrário. Salientando a importância do olhar singular para a questão, já que a tonalidade do acompanhamento, da condução do caso, estabelece-se na relação transferencial. Talvez assim, compreendendo tais nuances (de ordem também subjetiva?), apostando na necessidade da escuta e no surgimento do sujeito, possa-se contribuir para o aprimoramento das ofertas destinadas às pessoas que estão na rua. Que se possa encontrar, ao 'final' do trabalho, luzes no caminho que possam ser captadas pela política e colocadas a iluminar passos à frente.

Palavras-chave: trajetória de vida nas ruas; sujeitos em situação de rua; SUAS; psicanálise.

ABSTRACT

The phenomenon of people on the trajectory of life on the streets is a complex, multi-causal issue and is in visible expansion. The present presented here proposes to discuss about this issue in the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS) and about the possible contributions of psychoanalysis in this context. Thus, a movement of reflection begins: at what point does the subject have space in public policy? Who is he and what makes him look for the street and stay there? How can psychoanalysis help to understand this phenomenon and what are the possible interventions? Therefore, the objective was to understand the circumstances involved in the trajectory of life on the streets of the interviewed subjects, considering the subjective aspects of staying in this condition. That is, through semi-structured qualitative interviews, analyze the reasons, in addition to those that make the subjects seek the street, those that make them stay there. Furthermore, it seeks to understand the reasons and facilitators of those who have been on the streets and who are no longer in this condition, and the facilitators who allowed them to get out of this situation. Therefore, in addition to some psychoanalytic assumptions, semi-structured interviews were carried out with 5 subjects, 2 who were homeless at the time of the research, 2 who were no longer in this condition and 1 who remained on the path house-street. Finally, the purpose of this study is to move towards a twist of perspective, starting from the subjects, the users, towards the SUAS offers, not the other way around. Emphasizing the importance of a singular look at the issue, since the tone of the follow-up, of the conduct of the case, is established in the transference relationship. Perhaps in this way, understanding such nuances (also of a subjective order?), betting on the need for listening and the emergence of the subject, we can contribute to the improvement of offers aimed at people on the street. That one can find, at the 'end' of the work, lights on the way that can be captured by politics and placed to illuminate steps ahead.

Keywords: street life trajectory; subjects living on the streets; SUAS; psychoanalysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte em 2019 por tempo em que se encontram nessa condição.....	18
Figura 2 – Distribuição de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte em 2021 por tempo em que se encontram nessa condição.....	19
Figura 3 – População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue.....	56
Figura 4 – Distribuição da população em situação de rua por escolaridade.....	57
Figura 5 – Percentual de mulheres e homens por grupos etários.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CRAS - Centros de Referências de Assistência Social

CREAS - Centros Especializados de Assistência Social

GVISO - Gerência de Vigilância Socioassistencial

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MG - Minas Gerais

OMS - Organização Mundial de Saúde

NOB - Norma Operacional Básica

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA.....	17
2.1 O Homem das cavernas / População de Rua.....	24
2.2 A Casa e a Rua.....	26
2.3 A História da Vida Privada.....	29
2.4 Sujeitos em situação de rua, desde quando?.....	30
2.5 Psicanálise.....	31
2.6 Processo Identificatório e a construção da identidade.....	33
2.7 Ancoragens.....	36
2.8 Usuário/Cidadão x Sujeito.....	37
2.9 Recordar, repetir, elaborar.....	40
2.10 Romances Familiares.....	41
2.11 O Mal-Estar na civilização	41
3 METODOLOGIA.....	44
4. Erro! Indicador não definido.48	
4.1 Apresentando os sujeitos da pesquisa.....	49
4.1.1 Grupo 1: Saíram da rua.....	50
4.1.2 Grupo 2: Permanecem na rua.....	52
4.1.3 Grupo 3: Entre idas e vindas.....	55
4.2 Estratégias para sobrevivência e acesso aos equipamentos e serviços da Política Pública.....	58
4.3 Apoios, facilitadores ou dificultadores do processo de saída das ruas....	64
4.4 Discussão.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	96
APÊNDICE 1 - Roteiro disparador para as entrevistas.....	99

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende debater as interlocuções entre psicanálise e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito da Proteção Social Especial em relação a um público muito específico: a população em situação de rua. Outro aspecto presente e merecedor de ser discutido diz da relação, muitas vezes contraditória, entre cidadão e sujeito, já que estas categorias não são necessariamente interdependentes.

A PNAS compõe com a Saúde e a Previdência o tripé da Seguridade Social e objetiva a universalização dos direitos sociais. Assim, a assistência social é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, instituído pela PNAS, em 2004, foi criado em Lei, em 2011. Como forma de organização e atuação, a política é dividida em níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Básica destina-se à população que vivencia situações de vulnerabilidade social, provenientes da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e relacionais e visa à prevenção das situações de risco. Já a Especial, que opera em um nível de média e de alta complexidade, volta-se para prover atenção a quem vivencia situações de violação de direitos e risco pessoal e social em decorrência da violação. A média complexidade consiste nos serviços destinados ao atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. No que tange a alta complexidade, os serviços são os que garantem proteção integral, voltados para o acolhimento institucional (BRASIL, 2005).

A média complexidade da proteção social especial contempla ofertas para o público em situação de rua e “envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (BRASIL, 2005, p. 38).

A PNAS define o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) como um dos principais executores de ações para o público em situação de rua, realizando

o trabalho, preferencialmente, nos territórios e visando à superação de tal situação (MDS, 2013). A título de uma organização do município de Belo Horizonte-MG, foi feita uma escolha gerencial para suprir os atendimentos à demanda espontânea das pessoas em situação de rua nas unidades regionais dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), os quais não poderiam ser realizados pela empresa executora do SEAS. Sendo assim, foi dentro desse contexto e dessa organização, surgiram as diversas indagações sobre as observações e percepções sobre o fenômeno da situação de rua e, mais ainda, sobre as especificidades dos sujeitos que estão nessa trajetória.

Para tanto, faz-se necessário considerar o percurso da pesquisadora deste estudo. Refletindo sobre o encontro com o tema escolhido, ou desejado, percebe-se que o interesse foi despertado pela escuta aos sujeitos em situação de rua atendidos, por demanda espontânea, no trabalho da pesquisadora, na sua prática profissional em um equipamento do SUAS em uma das regionais de Belo Horizonte. Estar neste lugar trouxe várias inquietações, visto que havia uma tendência em manter a reprodução de que algo material, concreto, precisa ser dado a esses usuários os quais buscavam o serviço, seja um encaminhamento para documentação civil, seja vale-social para o transporte público, o que parece se aproximar muito da prática assistencialista.

Obviamente, as necessidades básicas precisam ser minimamente sanadas para que outras demandas possam surgir. Mas será que o lugar do profissional, nesta política é, realmente, apenas atender às demandas manifestas? Quais seriam as outras necessidades e construções anteriores? Há que se ouvir. A Política preza e repete como uma de suas seguranças afiançadas o termo “acolhida”. Acolher é estar a colher, colher a história do outro, o que ele traz em sua bagagem da vida, dos seus percursos, em alguma medida, das suas próprias escolhas e constituição.

A partir de tais reflexões, a proponente deste estudo se sentiu acolhida em um artigo sobre a possibilidade de clínica a moradores de rua (MENDES e MACHADO, 2004). Possibilidade esta de ir além da percepção de que as pessoas em tal condição são dignas de dó ou anunciadoras de violência. Como trata Célio Garcia (2000), clínica vem de *Kline*, do grego, o qual significa leito, se debruçar sobre o leito a fim de que a pessoa possa ser auscultada. Sendo assim, haveria possibilidade de ouvir, de ofertar uma escuta para além daquilo o qual é manifesto. Seria possível, então, uma política cidadã para alguém que ainda não se configurou

como sujeito para a própria política? Seria viável? As políticas públicas podem tender para uma atuação no fenômeno, no nível macro. Porém, em se tratando do humano, haveria algo em sua particularidade a qual possa ser, em alguma medida, universalizada? O que faz com que as pessoas em situação de rua, para além do que as leva, permaneçam nessa condição? E as que conseguem romper com esse padrão, o rompem de que forma e com qual sustentação?

No decorrer do trabalho diário, há inúmeros casos em que uma oferta objetiva e concreta, por si só, não representa o alcance dos objetivos da política. Um exemplo bem representativo é o caso de uma usuária em trajetória de rua que foi contemplada em um benefício municipal muito concorrido, o Bolsa-Moradia¹, o qual é o repasse de um valor em dinheiro para pagamento de aluguel. Esta usuária não permaneceu, ou melhor, sequer conseguiu encontrar um imóvel para que pudesse sair da rua. Será mesmo que a questão é apenas a dificuldade de achar um imóvel o qual pudesse ter sua estrutura física aprovada pela prefeitura e fizesse jus ao valor do benefício? Como outros usuários conseguiram sanar tais dificuldades? Parece haver outras questões, de outras ordens...

O fenômeno da pessoa em situação de rua é um assunto complexo, que desperta uma díade de sentimentos na sociedade e nas políticas públicas como um todo, ora suscitando medo, ora pena (MENDES E MACHADO, 2004). A postura de profissionais da política pública, tendo estes dois posicionamentos no vislumbre de suas atuações, pode acarretar no apagamento do sujeito, o que, por sua vez, pode trazer diversas consequências e efeitos (in)esperados.

Segundo o Decreto 7053 de 2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

¹ O Programa Bolsa-Moradia da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de acordo com o Decreto 11.375 de 02 de julho 2003, “tem por finalidade assegurar a seus beneficiários o imediato assentamento em imóvel dotado de condições de habitabilidade” e “será executado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL, com a colaboração técnica das Secretarias Municipais de Assistência Social e da Habitação”.

A PNAS representa o local daqueles os quais possuem seus direitos sociais violados ou negados, ocupando o lugar daqueles que não os têm e são negativados. Mendes & Machado (2004) confirmam esse pensamento, apontando que caberia ao Estado e à sociedade civil a oferta de oportunidades as quais busquem uma revinculação social aos que estão, supostamente, desprovidos do direito de escolha. As autoras reconhecem a importância de intervenções com tais objetivos, contudo atentam para a necessidade de se alcançar essas pessoas, de fato. Para tanto, propõem que se delineie uma postura a qual favoreça a esse sujeito uma retificação capaz de emergir uma certa noção de pertencimento e de aparecimento de sua singularidade no âmbito individual e coletivo.

Nesse sentido, como pensar em um outro lugar de resposta e ação se o sujeito é colocado como vítima ou como fonte de violência? Scarparo (2008) apresenta uma discussão parecida, afirmando que

... uma diferenciação importante a ser feita, entre a pesquisa em psicanálise e as outras que utilizam o modelo positivado de verificação e mensuração do objeto de pesquisa, é que, frequentemente, esta definição de objeto positiva o sintoma num apagamento do sujeito na sua singularidade. Alguns serviços públicos se organizam em torno de uma clientela específica, definida por critérios de ingresso. Essa delimitação do campo de atuação, fazendo um paralelo à definição do objeto como campo de pesquisa, acaba por fazer esta “colagem” da identidade (enquanto imagem de si) ao sintoma, dificultando ao sujeito transcender deste lugar (SCARPARO, 2008, p.27).

Ou seja, urge a necessidade de se trabalhar na política pública com o intuito de que o sujeito possa, quando possível, surgir enquanto tal, superando a condição apenas de vítima e se elevando à categoria de sujeito. A autora ainda continua acrescentando que a proposta de trabalho elucidada por Freud (1918) implica o resgate da importância da fala do sujeito (SCARPARO, 2008). Ademais, cumpre salientar a não existência de uma psicanálise do individual e outra voltada para o social, já que o sintoma é social (FREUD, 1921). “O que se denomina de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo” (ARAGÃO, *et al.*, 1991 *apud* SCARPARO, 2008, p. 43).

Nessa linha, uma outra discussão emerge quando correlacionada com as ofertas do SUAS e com a noção de usuário da política. A nomeação de usuário surge na perspectiva de dar um novo significado para quem utiliza da Assistência Social, na tentativa de romper com a vinculação às práticas assistencialistas e

clientelistas (SCARPARO, 2008). Entretanto, a escuta mais atenta desses usuários faz emergir um lugar não só de necessidade, mas também de desejo, o que o faz estar além de 'usar', contudo de ser, ser sujeito.

Ainda nesse sentido, acrescenta-se a diferenciação trazida por Garcia (2000, p. 66): "O cidadão é aquela dimensão comum da comunidade, é o qualquer um; o sujeito, por outro lado, é raro, ele resulta de uma opção, de um acontecimento ao qual ele é fiel, e com isso ele se mostra na sua autonomia".

As indagações são muitas e não há como se ter respostas para todas. A presente pesquisa busca, então, delimitar algumas a fim de que outras possam surgir e um movimento se iniciar: quais são as especificidades dos sujeitos os quais estão em situação de rua e quais os motivos os fazem permanecer nessa condição? Como a psicanálise poderá auxiliar na compreensão desse fenômeno e quais as intervenções possíveis? Enfim, a proposta deste trabalho é caminhar para uma torção de perspectiva, partindo dos sujeitos, dos usuários, para as ofertas da PNAS, e não o contrário.

Esclarece-se, portanto, que este estudo contou com a participação de cinco pessoas as quais possuem em comum a trajetória de rua, não sendo uma proposta de cunho generalista. Os holofotes jogados na cena desta pesquisa estão direcionados para o sujeito com o fim de que ele, quando e se quiser, apresente-se.

Desse modo, objetivou-se, também, com este trabalho, compreender as circunstâncias envolvidas na trajetória de vida nas ruas dos sujeitos entrevistados, considerando os aspectos subjetivos da permanência nessa condição. Isto é, através da realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas, analisando os motivos, além dos que fazem com que os sujeitos busquem a rua, os que os fazem ali permanecer. Além de buscar compreender os motivos e facilitadores daqueles/as possuidores de uma trajetória de rua e não mais estão nessa condição, também identificar os facilitadores os quais lhes permitiram sair de tal situação. Em seguida, a partir das premissas da psicanálise, realizar uma discussão sobre essas impressões e percepções.

A dissertação foi dividida em 4 capítulos, a saber, no primeiro capítulo, no intuito de esboçar contribuições para compreender o universo da pesquisa, serão apresentados a justificativa e o referencial teórico o qual sustentam a proposta do estudo.

Esse referencial teórico abordou as reflexões sobre a dimensão da rua, o percurso da construção da moradia tal como conhecida hoje (Taveira, 2016), bem como sobre a díade casa e rua (DaMatta, 1991) e a ideia de privacidade (Àries, 1985). Versou, de mesmo modo, sobre alguns conceitos da teoria psicanalítica os quais auxiliaram na compreensão e discussão do fenômeno das pessoas em situação de rua. Foram apresentados conceitos como o de contratransferência cultural discutido por Ceccarelli (2016), bem como a noção dos processos identificatórios; a ideia de ancoragens proposta por Broide (2019), alguns textos basilares de Freud (1908, 1914) sobre os romances familiares e o processo de recordar, repetir e elaborar. Ainda foi exposta uma discussão sucinta entre a diferença de compreensão do que é um cidadão, ou usuário da política e do que é sujeito.

Em sequência, no segundo capítulo, apresenta-se a explanação da metodologia da pesquisa. A proposta foi realizar entrevistas semiestruturadas com sujeitos de contextos diferentes, todavia possuem a rua como ponto de interseção. Dois sujeitos os quais estavam na data da pesquisa em situação de rua e outros dois que já estiveram foram entrevistados, entretanto, atualmente, deixaram a rua como espaço de moradia. Acrescenta-se que alguns dados dos sujeitos foram alterados para preservar-lhes a identidade, sem, contudo, trazer prejuízos para a compreensão do contexto.

O terceiro capítulo retrata, então, os resultados da pesquisa. Será que o sujeito estará aqui? Com o propósito de ilustrar e enriquecer o trabalho, foram explicitados os discursos obtidos nas entrevistas e outros exemplos colhidos da experiência na rua e narrados como agregadores para a discussão. De tal modo, aponta-se que essa costura entre as diversas narrativas também se refere a uma construção de caso. Esta pode ser compreendida como um trabalho preliminar em que, a partir das amarrações daquilo o qual foi esquecido, torna possível ao sujeito agir sobre o que foi construído (FREUD, 1937).

Esclarece-se que o terceiro capítulo contempla a apresentação dos sujeitos da pesquisa, as estratégias para sobrevivência e acesso aos equipamentos e serviços da política pública e, por fim, os apoios, facilitadores, ou dificultadores do processo de saída, ou de permanência nas ruas. Além do mais, conta, com a articulação possível entre as falas e os pressupostos teóricos propostos.

No capítulo final, à luz do caminho teórico percorrido, foram feitas algumas considerações e reflexões sobre o estudo e o que foi possível extrair da experiência no atendimento aos sujeitos em situação de rua. Espera-se que, a partir da oferta da escuta, da sua elaboração, possa-se colher indícios sobre o que faz com que as pessoas em situação de rua permaneçam e o que atuou como facilitador para as que conseguiram romper com essa condição. Talvez, assim, compreendendo tais nuances (de ordem também subjetiva?), possa-se contribuir para o aprimoramento das ofertas destinadas aos sujeitos os quais estão na rua. Que se possa encontrar, ao 'final' do trabalho, luzes no caminho que possam ser captadas pela política e colocadas a iluminar passos à frente.

2. COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA

A PNAS (2004) e a Norma Operacional Básica (NOB SUAS, 2005), lançaram o desafio de implementação do SUAS, bem como a organização e a estruturação de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Nessa perspectiva de consolidação do SUAS, em 2009, foi aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em que é tipificado o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Nesse ínterim, surge a necessidade de se planejar, implantar e gerir os serviços para esse público, reconhecendo-o como foco de atuação do SUAS.

A inquietação tratada, nesta pesquisa, sobre a questão das pessoas em situação de rua surgiu da experiência na oferta do atendimento psicossocial a este público referenciado ao CREAS, um dos equipamentos do SUAS. Sobre esse público, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou uma estimativa de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil, em 2015, apesar de relatar não haver dados oficiais. Apontou, ainda, que essa fragilidade nos dados prejudica a implementação de políticas públicas específicas, além de reproduzir a sua invisibilidade social (NATALINO, 2016).

O foco para este público se ampliou em 2020 devido à pandemia da Covid-19. O IPEA lançou notas sobre o fenômeno e fez-se necessária sua contabilização,

dado o contexto e a gravidade do quadro sanitário a que todos estão submetidos, sensivelmente os mais vulneráveis. Assim, o contexto de pandemia exigiu uma oferta a esse público o qual prezasse por espaços de acolhimentos adequados às normas de saúde e de distanciamento social, bem como estruturas para higiene e outras (NATALINO, Nota técnica 73, 2020).

Para a realização dessa estimativa, o autor informa sobre a utilização do Cadastro Único para atualização dos dados do Censo SUAS ao longo dos anos. O autor acrescenta que houve uma melhora no repasse e na sistematização dos dados administrativos disponíveis, por isso foi possível realizar um cálculo um pouco mais preciso. Contudo, salienta que a contagem é difícil de ser realizada já que não se trata de pessoas domiciliadas, como ocorre na realização do Censo, havendo uma tendência à subestimação do fenômeno.

Nas conclusões do estudo, Natalino (2020) aponta que, no período de setembro de 2012 a março de 2020, foi observado um aumento de 140% da população em situação de rua no Brasil. Em estudo realizado em 2016, a estimativa era em torno de 101 mil pessoas nessa condição, já em fevereiro de 2020, mais de 146 mil pessoas se declararam em trajetória de rua no Cadastro Único do governo Federal (SILVA, NATALINO & PINHEIRO, 2020).

Em relação à caracterização do quadro, os dados apontam que o fenômeno é urbano, sendo predominante no Sudeste do Brasil, onde se concentra mais da metade dessa população (124.698 pessoas, em março de 2020). Nota-se um aumento, também significativo, no Norte, o que pode ter sido ocasionado por questões fronteiriças. Apesar da concentração dessa população nos grandes municípios, ressalta-se que 18,5%, em 2020, estavam em municípios pequenos e médios, o que também demonstra a necessidade de estruturar políticas compatíveis com essas localidades (NATALINO, 2020).

Em Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), no Relatório sobre as Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único² (CadÚnico) disponibilizado pela Prefeitura, no mês de abril de 2018 (BELO HORIZONTE, 2018), havia 5.563 pessoas cadastradas como em Situação de Rua no município. Os dados foram obtidos por meio de

² O Cadastro Único (CadÚnico) é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

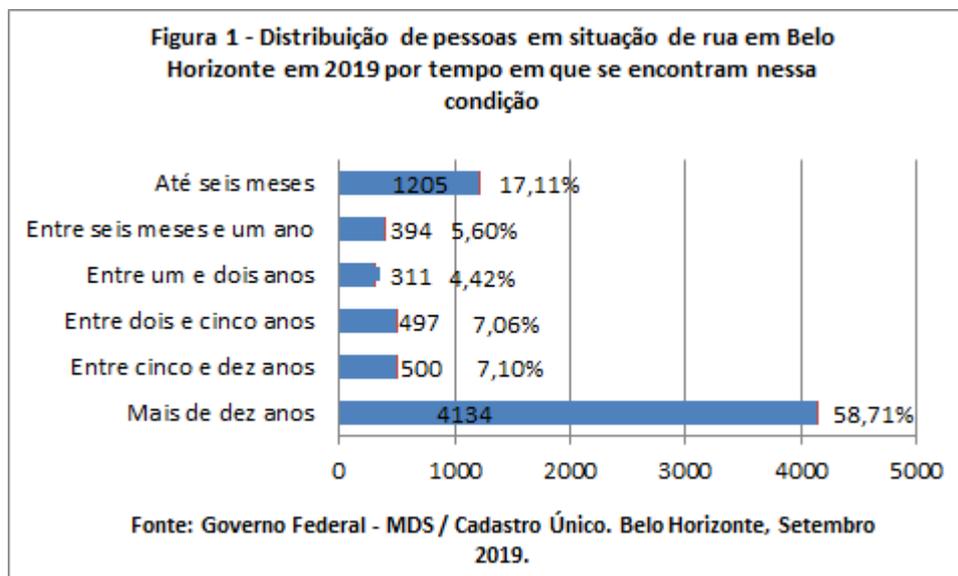
geoprocessamento, georreferenciamento e análise qualitativa/ quantitativa dos dados do CadÚnico. Desse número, apresentam que 4.749 pessoas eram beneficiárias do Programa de transferência de renda Bolsa Família e estavam com o cadastro atualizado. Os dados ainda mostram que 90% do público era do gênero masculino, corroborando o que diz a estatística.

Com a intenção de caracterizar o que leva as pessoas a uma trajetória de rua, segundo dados do IPEA de 2009, os principais motivos das pessoas utilizarem a rua e outros espaços públicos como moradia são, respectivamente, problemas de alcoolismo e drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%). E acrescentam que 71% dos entrevistados relataram pelo menos um desses motivos, indicando uma correlação entre eles, muitas vezes de causalidade.

Há ainda uma consideração apresentada a qual merece ser destacada: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Esta questão, apesar de não ser a principal razão de saída de casa, aparece indiretamente nos relatos das entrevistas. E pontuam que essa escolha, muitas vezes, está relacionada a uma ideia, mesmo que vaga, de liberdade proporcionada pela rua, se constituindo em um fato de explicação não somente para a saída, entretanto para a permanência. O que, segundo o mesmo documento, pode ser corroborado pelo fato de que quase metade da população nessa situação (48,4%) está há mais de 2 anos dormindo em albergues, ou na rua, e próximo a 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos. Outro dado interessante o qual se relaciona ao tema desta pesquisa é que, neste último grupo apresentado, se forem considerados aqueles os quais estão nessa condição desde que nasceram - os filhos de família há muito tempo em situação de rua (1,3%) - tem-se o total de 30,9% de pessoas as quais estão na rua há mais de 5 anos (BRASIL, 2009).

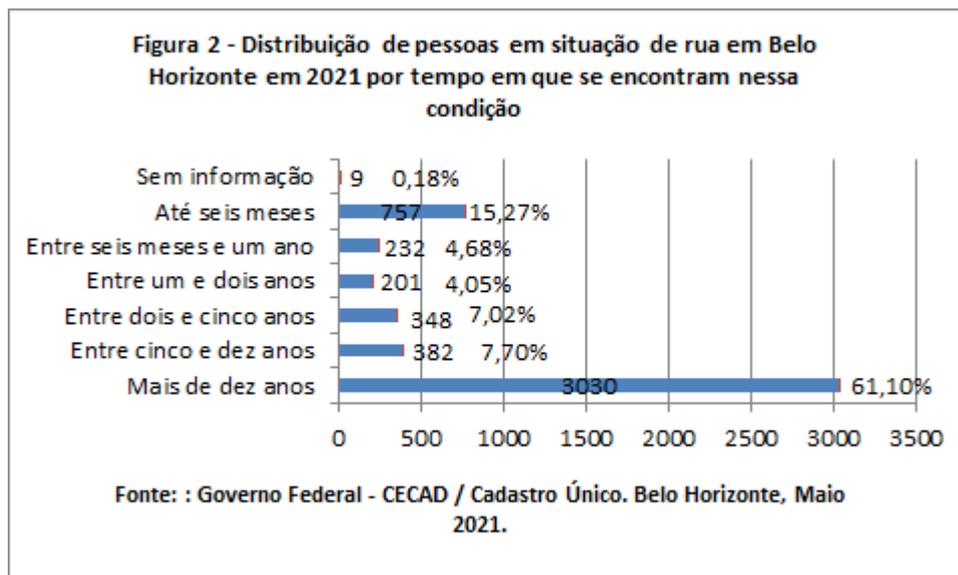
Outro ponto que merece atenção é que a situação das pessoas com permanência acima de 5 anos na rua, ou em instituições, pode sinalizar uma cristalização da situação de rua como modo de vida, o que é mais perceptível no caso daqueles os quais estão na rua desde que nasceram (BRASIL, 2009). Tal fato pode reforçar a ideia de que há algo familiar, ou de uma repetição nesse fenômeno. Já, no relatório produzido pela Gerência de Vigilância Socioassistencial (GVISO) da Prefeitura de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2019), com informações sobre pessoas em situação de rua no CadÚnico do município, datado em setembro de 2019, havia 8.611 pessoas cadastradas como em situação de rua na capital e, no

mês de referência, 7.041 pessoas inscritas no CadÚnico e com os seus cadastros atualizados. Outra informação a qual chama atenção diz do tempo de permanência nessa condição.



Segundo a Fig. 1, são 4.134 pessoas (58,71%) que estão há mais de dez anos e 500 pessoas entre cinco e dez anos (7,1%) em situação de rua. Já em relação aos motivos os quais as levaram a essa condição, os com maior número dizem que 3.910 pessoas (45,4%) relatam problemas familiares, 2.805 desemprego (32,57%), 1.818 por perda de moradia (24,11%), 1.329 por alcoolismo (15,43%). Corroborando, mesmo em ordem inversa, os principais motivos narrados pelo IPEA (2019).

No documento disponibilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, com dados de maio de 2021, percebe-se uma diminuição no registro da população em situação de rua. Segundo esse documento, estão cadastradas no CadÚnico 8.282 pessoas como em situação de rua e, no mês de referência (maio), 4.959 pessoas estavam com os seus cadastros atualizados nos últimos 24 meses e 1.711 estavam com os seus cadastros atualizados nos últimos 12 meses (BELO HORIZONTE, 2021).



Sendo assim, analisando a Fig. 2 acima, a qual corresponde à mesma estrutura da Fig. 1, no entanto, em anos diferentes, percebe-se que o número total de pessoas consideradas em situação de rua, em referência ao período em que o cadastro foi atualizado (24 ou 12 meses), reduziu de 2019 para 2021. A impressão que se tem é que a condição de pandemia e *lockdown*³, vivenciados a partir de março de 2020, pode ter dificultado a atualização cadastral ou trazido outros impasses ainda não identificados.

Conforme a Fig. 2 ainda, das 4.959 pessoas em situação de rua, 3.030 estão há mais de 10 anos (61,1%), entre 5 e 10 anos estão 382 pessoas (7,7%), entre dois e cinco anos 348 (7,02%) e entre um e dois anos 201 pessoas (4,05%). Já entre seis meses e um ano somam 232 pessoas (4,68%) e até seis meses 757, ou seja, 15,27%. Os 0,18% faltantes representam 9 pessoas sem informações contempladas nessa figura.

De modo geral, comparando-se os dois períodos expostos, 2019 e 2021, percebe-se que o número total de pessoas em situação diminuiu. Contudo, parece não corresponder ao seu aumento visível e perceptível em vários contornos da cidade. Parece haver, como mencionado, alguma fragilidade na contabilização das pessoas considerando, apenas, as com cadastro atualizado nos últimos 12 e 24

³ Segundo o Dicionário Cambridge, *lockdown* refere-se à situação de emergência em que as pessoas não possuem permissão para se movimentar livremente devido ao perigo. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/lockdown>>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.

meses. Esta atualização pode ter sido dificultada por vários motivos, inclusive, pela dificuldade de acesso ao setor responsável pelo cadastro.

Um outro ponto alarmante aparece na porcentagem das pessoas em situação de rua entre 6 meses e 1 ano e quem está até 6 meses. Se esses mesmos tempos forem comparados com os do ano de 2019, observar-se-ia que, após a eclosão da pandemia, o quantitativo de pessoas com menos tempo em situação de rua no CadÚnico teria diminuído em 2021. Tal situação soa controversa com a realidade perceptível.

Tal percepção é corroborada por Dias (2021) ao dizer que:

... se é verdade que as questões estruturais, como desemprego em massa, empobrecimento das famílias e nível de endividamento, para ficar em alguns exemplos, possuem relação com o número de pessoas em situação de rua, é pouco provável que o número da população em situação de rua decresça no cenário econômico e pandêmico do Brasil atual (DIAS, 2021, p.54-55).

De acordo com o documento lançado em setembro de 2021, pelo Programa Polos de Cidadania da UFMG, em Belo Horizonte, em junho do corrente ano, havia 8.374 pessoas em situação de rua e possuíam o cadastro, tanto atualizado quanto desatualizado. O documento chama a atenção para a importância da permanência e continuidade no fortalecimento da coleta de dados sobre a população, visto que é por meio dela que se pode construir e adaptar, de forma conjunta, a política pública e os estudos para estabelecer parâmetros mais próximos à realidade de quem vive nas ruas (DIAS, 2021).

Nesse mesmo íterim, ressalta-se a necessidade, tão importante quanto, de estar disposto e encontrar meios para que essas pessoas sejam ouvidas e que a singularidade do seu viver seja revelado. Acredita-se que os dados precisam encontrar respaldo também na realidade e na história de cada um.

Sendo assim, além do CadÚnico, a PNAS, através de equipamentos e serviços, oferta atendimento e benefícios socioassistenciais ao público em questão. Não obstante, como é perceptível, o número de pessoas nas ruas tem aumentado e as indagações sobre os motivos os quais as fazem estar e, além disso, permanecer nesta situação, também crescem.

Em relação ao período de pandemia da Covid-19, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021) traz pontuações de que, durante os momentos em que os

serviços e comércios precisaram ser fechados, época de *lockdown*, a situação de quem vive nas ruas se tornou ainda mais grave. Exemplificam trazendo à tona o fechamento das unidades de atendimento psicossocial e as repercussões negativas da interrupção de tratamento, por exemplo, contra as drogas. Elucidam, ainda, a fala do entrevistado, Arlindo, que diz não ser suficiente ter apenas a alimentação garantida, considerando a dificuldade da sobrevivência, porém que outras necessidades precisam ser garantidas, tais como o alento espiritual e atendimento psicológico. O entrevistado ainda afirma que:

O poder público, estado e município, diz que está trabalhando, mas a gente sente uma desarticulação. Há muita assistência social, trabalho de caridade, que no momento a gente tem precisado muito e tem ajudado, mas sabemos que isso não é suficiente. Sem políticas públicas, é muito fácil voltar para a rua (CFP, 2021, p. 57).

Medeiros (2010), em seu percurso profissional com pessoas em situação de rua, também apresenta a sua inquietação sobre o fenômeno. A referida autora confirma a importância da discussão sobre a saída das ruas e, em alguma medida, a questão da permanência, citando haver vários estudos sobre os motivos os quais levam para as ruas e as características desse público, mas pouco se tem publicado sobre a saída ou o processo de saída da rua (MEDEIROS, 2010, p. 15).

A partir de tais dados, questões se apresentam nessa cena. Diferente do que se possa pensar numa associação quase automática, o fenômeno no país não parece passar, segundo tais dados, exclusiva e majoritariamente, por um problema/falta de moradia, ainda que este seja um agravante. Quais serão os outros motivos que fazem com que os sujeitos migrem para as ruas? Haveria algo de uma compulsão à repetição, uma forma de transmissão transgeracional (FERENCZI, 1933), já que também há vestígios de uma ação perpassada pela ordem familiar? As ofertas macro, universais, já determinadas pela política pública, serão suficientes para proporcionar uma mudança nessa condição? Se agarrar ao discurso de ofertas de vagas no acolhimento institucional (albergues, abrigos e bolsa-moradia) resolve, por si só, a complexidade do fenômeno? Assim sendo, como o sujeito pode encontrar lugar para si na oferta da política? A clínica, para ofertar essa escuta, precisa existir.

2.1 O Homem das cavernas / População de Rua

Para dar prosseguimento ao tema será dado um outro passo. Para se conceituar quem faz da rua a sua morada, parte-se do pressuposto que há um outro lugar mais adequado para que esse sujeito possa estar. Nessa linha de raciocínio, historicamente, faz-se necessário recapitular a construção da casa.

Muito difícil dizer, com precisão, como se deu o surgimento da casa como moradia. Segue-se, neste trabalho, as pistas lançadas pelo historiador e arquiteto Banister Fletcher (*apud* TAVEIRA, 2016). Para este autor, a casa nasce da necessidade humana de se proteger dos perigos externos e manter sua segurança e sobrevivência. Para tanto, para defender a própria existência, o homem necessita refugiar-se onde pode permanecer, se desenvolver, sem necessidade de permanente deslocamento. Segundo ainda o autor, quando encontra o refúgio, nasce a habitação, sendo a caverna a primeira desta.

Primeiro foi a caverna. O homem, animal com uma clara racionalidade, embora pouco desenvolvida, pouco avançada, refugiou-se nas cavernas para se proteger do frio e da chuva e para se defender do ataque de outros animais irracionais. O estereotômico – a terra, a rocha, o pétreo, o pesado, o obscuro – acolheu o homem nas suas entranhas. E aquela racionalidade, com toda a sua capacidade de criação, deixou as marcas da sua imaginação, da sua memória, naquelas paredes através da pintura (CAMPO BAEZA, A ideia construída, 2013, *apud* TAVEIRA, 2016).

Taveira (2016) continua acrescentando que o homem primitivo se tornou vulgarmente conhecido como “homem das cavernas”, pois era este o seu habitat. Com a utilização do fogo, surgiria a ideia de “lar”. O autor diz que o homem, com algum desenvolvimento de racionalidade, cria o fogo e a lareira e esta ocupa o centro da habitação, unindo os habitantes ao seu redor, em uma única família. Dessa forma, alegoricamente, a marca do centro da família recebe o nome de lar, o qual advém da lareira.

Apesar das vantagens da caverna, surgiram outras necessidades e vontades humanas, incluindo o fato de o homem poder escolher o lugar, a forma, a matéria da sua habitação, tanto quanto moldar a luminosidade. A partir disso e da observação de outros animais os quais construíam seus ninhos, nasce a cabana, a primeira habitação construída pelo homem. Em contrapartida, o homem ainda não conhecia

meios de cultivar a terra, portanto, quando os recursos desta área se findam, o homem primitivo é levado a deixar o lugar e sua habitação, já que também não sabe, ainda, como transportá-la, e busca um outro lugar (TAVEIRA, 2016).

Em sequência, Taveira (2016) aponta o surgimento da habitação episódica, a cabana temporária, em que há uma separação do espaço em dois, cada um com uma função. Um dos espaços seria para dormir, surgindo o quarto, e o outro para a fogueira, onde o habitante cozinhava, surgindo daí o nome dessa nova divisão. Sendo assim, a habitação torna-se multifuncional. Com o decorrer do desenvolvimento agrícola e da domesticação de alguns animais, as habitações passam a ter um outro formato, sendo possível transportá-la.

O grupo, segundo o autor citado, também aumenta, a partir da união das tribos, surgindo, assim, a família. E passam a viver em cabanas mais complexas, duradouras, adaptadas ao tamanho da família e às necessidades de seus habitantes, aproximando da habitação permanente. Com a ocupação sedentária do habitat, a partir da agricultura, a principal necessidade humana é vinculada à manutenção e organização das colheitas e da preservação da família. Assim, o homem passa a habitar a casa, um refúgio firme e permanente.

No decorrer da obra, Taveira (2016) diferencia as ideias de casa de acordo com a época, se rural ou urbana e com espaços mediados pelo grau de privacidade esperado. Apresenta, também, nuances da separação do ambiente externo, a rua.

O paradigma das primeiras casas modernas consiste na multiplicação dos espaços e na espacialização funcional de cada um, tendo vários propósitos. O piso térreo seria para áreas de serviço, onde se encontra a cavalaria, a adega, a despensa, a cozinha, quartos para criados e outros serviços, devido a questões práticas, já que este se ligava com o espaço público, a rua, havendo menos privacidade, seria então para funções de serviço, trabalho, como uma herança de costumes feudais, onde a rua se prolonga pela casa (TAVEIRA, 2016, p. 44).

O referido autor ainda acrescenta que a vida privada atinge o apogeu no século XIX, a partir das ideias do liberalismo, em que privacidade e felicidade se relacionam. Sendo assim, a casa é transformada em um espaço de liberdade pessoal, o qual pressupõe intimidade, local onde se experimenta a independência, o refúgio e o conforto. Desse modo, as práticas sociais e familiares desenvolvidas ao longo do século XX culminam em um espaço habitacional dividido em três áreas, de

acordo com a relevância da necessidade humana em questão. Assim, há o espaço íntimo, representado pelo quarto de dormir e de banho; o segundo diz do espaço de serviço, como a cozinha e, por fim, o terceiro, o espaço social, a sala. Enfim, traduz que o espaço elementar da habitação é o espaço íntimo.

Taveira (2016) ainda aponta que, na falta deste lugar íntimo, a busca se volta à mesma necessidade do homem primitivo, a de abrigo:

Um sem-abrigo, como o nome insinua, alguém sem habitação, sente a falta desta última quando necessita de pernoitar, regressando deste modo à situação em que o primeiro homem se deparou antes de encontrar a caverna, na procura de um lugar fixo e seguro para permanecer e dormir, já que nesta situação o homem encontra-se em estado de sono, ou seja vulnerável e incapaz de prever qualquer situação que possa colocar a sua vida em perigo, portanto é nesta situação que a casa se torna numa necessidade básica da vida humana, um lugar estável onde o homem se sinta seguro e privado (TAVEIRA, 2016, p. 70).

Percebe-se, assim, que o abrigo traduz a ideia proteção, segurança e privacidade.

2.2 A Casa e a Rua

Continuando o compasso, percebe-se que muito se caminhou da cabana para a casa da forma como é conhecida atualmente (de alvenaria ou outros materiais, com janelas, portas, luminosidade, de acesso a um espaço privado, no entanto que permite circulação com o espaço comum e externo). E aproximando a ideia de casa do tema deste trabalho, outras faces precisarão ser elucidadas, mesmo que brevemente.

Falar de população em situação de rua pressupõe que esse seja o outro lado da dita normalidade, o reverso gramatical da ideia de lar, de casa. Para travar tal discussão e ir além dela, será necessário tentar buscar as suas origens, o alicerce dessa construção. Como surgiu a ideia de casa? Da moradia privada? A rua é o espaço comum, porém o local do medo e da violência? E quem faz da rua a sua casa?

Em *A Casa & a Rua*, Roberto DaMatta (1991) descreve sobre fenômenos e interpretações acerca das ideias da casa, do que é externo a ela e das relações as

quais perpassam por esse caminho. Este autor aponta que a casa é o espaço privativo, íntimo, mas também das relações e vínculos de hospitalidade e simpatia, o que faz da casa uma metáfora da sociedade brasileira. Aí, quando ocorre de “ser posto para fora de casa”, remete-se a um ato violento, de rompimento, tal como demonstrado no trecho:

"ser posto para fora de casa" significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de "amor", "carinho" e "consideração". Do mesmo modo, "estar em casa", ou sentir-se em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas e as disputas devem ser evitadas. (DAMATTA, 1991, p. 38.)

Em contrapartida, a rua se apresentaria num contexto moral e hierárquico dos valores brasileiros, sendo o local dos malandros, marginais em geral, mesmo que em casa possam assumir outros papéis. A rua é o local da individualização, de luta, onde cada um zela por si. Quer dizer, é como se a casa representasse o espaço de calma, hospitalidade, de tudo o que define a ideia de “amor”, “carinho”, enquanto a rua é entendida enquanto um espaço pertencente ao “governo” ou ao “povo”, genérico, repleto de movimento, sendo um local perigoso.

Tudo isso revela gritantemente como o espaço público é perigoso e como tudo que o representa é, em princípio, negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora. O ponto crítico da identidade social no Brasil é, sem dúvida, o isolamento (e a individualização), quando não há nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa (seja pessoa, instituição ou até mesmo um objeto ou atividade) (DAMATTA, 1991, p. 42).

Em outras palavras, são espaços os quais possuem éticas particulares. O que se faz no espaço privado não é o mesmo e nem da mesma forma o que se faz fora dele. Na rua, o indivíduo é anônimo, sem voz. Assim sendo, o que está fora da casa é de responsabilidade de um outro, do governo. A rua passa a ser de ninguém, é impessoal (DAMATTA, 1991).

Para Ferreira (2001, p. 32), a rua é também um refúgio do imaginário, guardando promessas, fascínio, algo de uma liberdade, prazer e obscenidades. “Na

rua procura-se o que não se tem”. No seu trabalho com crianças e adolescentes, Ferreira (2001) observa que é em nome desse “procurar o que falta em casa” que esse público chega às ruas, todavia vai mais longe acrescentando outras dimensões:

(...) a falta de oferecimento, pelo social, de um lugar simbólico onde o sujeito possa reconhecer-se como singular e como pertencente a uma coletividade; e, essencialmente, a ida para a rua como uma necessidade de estrutura - uma saída ética patológica. Quando digo isso, refiro-me ao fato de o sujeito necessitar do “deslocamento” da cena traumática, o que a rua consente em realizar. Ali o sujeito atua suas vivências traumáticas, pela via da repetição, ao mesmo tempo em que busca na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa (Ferreira, 2001, p. 32).

Sobre a ida para a rua ainda na infância, Medeiros (2010) parece confirmar, a partir de sua pesquisa, a percepção de Ferreira (2001) ao afirmar perceber que a rua assume um importante papel na vida das pessoas cuja trajetória de rua se deu na infância. Medeiros (2010) traz que, para algumas crianças, a rua cumpriu uma função, atuando em contraponto às situações de violência ou de ausência que possuíam dentro de suas famílias.

Viver na rua é abrir as portas para uma experiência sempre traumática. As pessoas, nessa condição, vivem tudo na rua, a sua higiene (nos chafarizes das praças, nas torneiras públicas), a alimentação, o dormir, a vida sexual, vivenciando uma exposição incessante e repetitiva (FERREIRA, 2001).

Além disto, pretende-se trazer à tona outras perspectivas sobre o fenômeno dos sujeitos em situação de rua. Muitos estudos, a própria legislação da Assistência Social e a atuação prática tendem a focar nas situações de pobreza ou de vulnerabilidade social. E Mendonça (2006) apresenta algumas reflexões as quais podem auxiliar na construção de outras possibilidades de entendimento. Apresenta que:

... não restam dúvidas de que o sociologismo se compromete quando evita a estrutura psíquica do indivíduo, fotografa a realidade, mas não a desvenda plenamente, não a descobre de modo a atingir o domínio mais profundo da sociedade sobre o indivíduo. O sociologismo, que aparentemente superestima a sociedade, na verdade a subestima por não examinar as suas relações com o indivíduo e por tomar a sociedade nas suas expressões imediatas, considerando-a um fenômeno de superfície (RESENDE, 2001, p.537 *apud* MENDONÇA, 2006).

Este autor (2006) traz que a falta de atenção às singularidades das pessoas as quais vivenciam a pobreza compromete o entendimento de histórias importantes para a formulação de políticas públicas eficientes, o que pode ser agravado por uma visão estritamente sociológica. Não se trata de deixar de lado o inegável caráter político e social da pobreza, contudo ser necessário enxergar o sujeito, a subjetividade, imersos neste contexto.

2.3 A história da vida privada

Philippe Àries (1985) apresenta, em seu livro *Para una historia de la vida privada*, uma discussão sobre o surgimento da privacidade ao longo dos séculos e das sociedades. Discute que a organização social foi se adaptando e se transformando a ponto de as pessoas desejarem se isolar do olhar do outro, de perceberem a criança enquanto tal, de valorizarem a família e, do mesmo modo, realizar mudanças também físicas no espaço da casa.

O referido autor (1985) comenta que, no século XIX, as atividades passam a ser separadas, isto é, trabalho, lazer, estar em casa, em família, se tornam atividades autônomas, representando indícios de privatização. Ele afirma que a história da casa traduz um movimento de inovações e contradições, recheada de uma história complexa e permanecendo em constante mudança. E ainda salienta alguns pontos como os mais importantes: o tamanho dos quartos se torna menor; a criação de espaços de comunicação (escada privada, corredor, saguão) os quais permitam entrar e sair de uma sala sem ter que passar por outra; a especialização dos quartos, sendo um para a criança, outro para os pais, ou seja, corresponde a uma funcionalização; alguns quartos são reservados para um trabalho específico e não necessariamente para a privacidade e, por fim, a distribuição de aquecimento e luz (ÀRIES, 1985).

No decorrer da narrativa, o autor citado (1985) se pergunta como todos estes elementos puderam ser agrupados em uma unidade coesa. Para amarrar tal discussão, elenca três fases: a primeira delas se refere à conquista da intimidade individual. Os séculos XVI e XVII parecem marcar uma ascensão de costumes

cotidianos baseados no individualismo, surgindo espaços sociais sob a conquista do Estado e outros individuais. Entretanto, afirma que a intimidade está ligada à conquista do amor. Já a segunda se refere à formação dos grupos de convivência social entre os séculos XVI e XVII, em que ocorreria uma cultura de pequenas sociedades. Surgiram, assim, clubes, grupos, sociedades de pensamento, academias. E a terceira demonstra a invasão da vida cotidiana no espaço social, uma mudança na família, se tornando um lugar de refúgio, de afetividade em que são estabelecidas relações de sentimento entre o casal e os filhos, o que nunca havia sido antes, um lugar de atenção à infância.

No que diz respeito à ideia de público, Àries (1985) apresenta que, em uma das concepções o público é o Estado, o serviço ao Estado e o privado, ou particular, correspondia ao que era subtraído do Estado. Mas também comenta que

Llegamos así a finales del siglo XVII y principios del XVIII. Desde ese momento, lo público está netamente desprivatizado. La cosa pública ya no puede confundirse con los bienes o los intereses privados. Desde ese momento, el espacio privado puede organizarse como un espacio casi cerrado, y en cualquier caso separado por completo del servicio público que se ha hecho totalmente autónomo (ÀRIES, 1985, p. 28).

Em outros termos, chegando ao final do século XVII e ao início do XVIII, tem-se que a coisa pública não pode mais ser confundida com os interesses e bens privados. A partir daí, o espaço privado se organiza como um local quase fechado e bem separado do serviço público, o qual se tornou autônomo.

2.4 Sujeitos em situação de rua, desde quando?

Enveredar por esse caminho da constituição da casa tal como conhecida hoje, das suas divisões espaciais e até como *lócus* de privacidade faz sentido na tentativa de encontrar caminhos para este estudo. Porém, afinal, desde quando há sujeitos que fazem do lugar não privado, do público, como local de permanência e moradia?

Na mitologia Grega, aparece uma figura a qual muito se assemelha a um 'morador' de rua, a de um sujeito que abdica de bens materiais e passa a viver numa espécie de barril. Conhecido como Diógenes, segundo Laertius (2008), o filósofo

defendia uma vida autossuficiente e, ao que parece, causava incômodo nos outros moradores da cidade ao expor sua liberdade das regras e leis as quais a sociedade impunha. Ou seja, escancarava aos outros a liberdade a qual ninguém mais possuía, não tendo seus desejos limitados e suprimidos para uma vida em sociedade.

Diógenes, segundo os estudos de Laertius (2008), carregava uma sacola com seus pertences, alimentos e servia-se de qualquer lugar para satisfazer suas necessidades, tanto para se alimentar, ou dormir, ou ainda para conversar. O desconforto causado nos demais é retribuído, segundo este autor (2008), com atos agressivos. Apesar da reconhecida contribuição dos seus escritos, era nomeado como “Sem cidade, sem lar, banido da pátria, mendigo, errante, na busca diuturna de um pedaço de pão” (Fragmento trágico anônimo, 984. Nauck, *apud* LAERTIUS, 2008, p. 161).

Em relação às leis, segundo Diógenes, não é possível a existência de um Estado sem elas. Esse filósofo, também conhecido como O Cínico, afirma que, sem uma cidade, a própria civilização não tem utilidade alguma; a cidade é uma comunidade civilizada e organizada; sem a cidade, as leis não têm utilidade, logo, a lei é a civilização (LAERTIUS, 2008). Este entendimento se aproxima da ideia a qual Freud (1930) traz sobre as renúncias pulsionais, a vida em sociedade e sobre a constituição do sujeito. Conforme relata Ceccarelli (2007), alguns sujeitos, incapazes de suportar as exigências sociais, acabam por encontrar nas doenças, ou nas transgressões, as únicas maneiras de darem vazão às demandas pulsionais.

2.5 Psicanálise

Partindo do que já foi dito, quais contribuições possíveis da psicanálise sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, mais especificamente na política de Assistência Social? A relação entre esses dois polos não parece tão distante. Mister destacar que Broide e Broide (2015) trazem importantes considerações ao afirmarem que a psicanálise tem muito a contribuir, inclusive em uma metodologia inovadora, na medida em que abre portas para o surgimento do sujeito. Trazem, ainda, outras indagações que são necessárias serem refeitas:

Como pensar a possibilidade do ato analítico, então, em um grupo de moradores de rua, quando estamos diante da vida nua (segundo conceito de Agamben), do sujeito subsumido, plasmado na figura do usuário da assistência? Como escutar a urgência, a premência das pessoas sob viadutos, pontes em praças, com tuberculose, sífilis, HIV, fome, miséria, depressão, psicose, loucura ou drogadicção? Nessas situações, a crueza da realidade factual invade e desafia a escuta do psicanalista frente ao que é próprio do sujeito nos meandros da exclusão e do desamparo social (BROIDE & BROIDE, 2015, p. 89).

Os autores acrescentam (2015):

Por vezes, os dispositivos coletivos criados funcionam como uma espécie de condição-suporte do resgate da enunciação do desejo, mas em outras podem agir de forma a inibir a necessária recusa à submissão às normas e procedimentos de uma assistência que busca garantir os mínimos sociais. Como superar esses limites sem cair na defesa militante do gestor, e tampouco na dos moradores de rua? (BROIDE & BROIDE, 2015, p. 89).

Nessa perspectiva, na busca de escutar e fazer com que falem, a intenção é descobrir quem são as pessoas as quais percorrem o trajeto da rua e nela fazem sua morada. Quem são esses sujeitos? Quais as histórias de vida carregam consigo? O que os fez ir para a rua, como se organizam, como estabelecem seus afetos e laços? Quem conseguiu romper e quem permanece na situação de rua?

Ressalta-se que Freud (1918) já trazia, em sua tese, o vislumbre de que a psicanálise precisaria se estender, alcançar outros lugares e sujeitos. Nesse sentido, Freud (1918) traz uma possível aposta que, em algum momento da história, seria necessário pensar em alternativas com o intuito de que a escuta fosse ofertada para quem não pudesse pagar por ela, isto é, deveria estar atrelada a um suporte oferecido pelo Estado.

Em um estudo correlato, contudo com o foco nas ofertas da atenção social básica, em outros termos, nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), Dias, Chaves e Neto (2017) apresentam um entendimento que também reforça a necessidade de escuta como uma possibilidade de fazer emergir, no papel do usuário da política, o sujeito. Afirmam:

As demandas nem sempre estão diretamente relacionadas aos direitos sociais, pois o sujeito é, antes de tudo, sujeito de desejo. Por este viés o psicanalista assume o compromisso de fazer emergir nesse cenário a articulação entre os direitos socioassistenciais com o que há de particular no indivíduo (DIAS, CHAVES & NETO, p. 248, 2017).

Os autores ainda refletem sobre como se daria a atuação de orientação psicanalítica em uma oferta a qual pressupõe o acesso universal de forma igualitária, considerando que o profissional da psicologia no CRAS é chamado a trazer alternativas para um plano de trabalho o qual prevê demandas apenas socioassistenciais. Porque, ao interrogar essa experiência, a psicanálise elucida a necessidade de alguém, de um interlocutor, que possibilite a aparição do desejo desses sujeitos (DIAS, CHAVES & NETO, 2017).

Ademais, os referidos autores (2017) acrescentam:

Dizer que há desejo, e não apenas necessidade no âmbito da Assistência Social, esclarece a nós que existem sujeitos nessa instituição, e não simplesmente usuários. Podemos dizer também que a demanda primeira do sujeito é de ser reconhecido no seu desejo. A demanda de escuta que reconhecemos como necessária não é anterior à presença do analista na instituição, ela é produzida por um entrelaçamento entre as redes do social e as redes dos significantes (DIAS, CHAVES & NETO, 2017, p. 254).

Nesse ponto, os autores citados (2017) apresentam que a diferenciação entre usuários e sujeitos perpassa pelo reconhecimento do desejo. Assim, a demanda de escuta é incitada por aquele que media a relação e que faz aparecer algo além da necessidade.

2.6 Processo Identificatório e a construção da identidade

Na busca de trazer elementos sobre quem são os sujeitos os quais possuem trajetória de vida nas ruas, pode-se pensar na constituição de identidade. E é no recalcado que se encontra a singularidade da história individual, o que representa a verdadeira identidade do sujeito (do inconsciente) e faz com que cada ser humano seja único (CECCARELLI, 2013).

Para Laplanche e Pontalis (2001, p. 227), o termo identificação significa “Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações”. Acrescentam, ainda, que para Freud (1930), o conceito de identificação assume mais do que um mecanismo psicológico, mas a operação por meio da qual o sujeito humano se constitui.

Toda tentativa de compreender a questão identitária vem acompanhada por contradições. Pois, para a psicanálise, a identificação equivale a um movimento duplo que, concomitantemente, apreende o outro (se identificando a esse outro), e constitui o eu (CECCARELLI, 2013). Em outras palavras,

...Tratar da questão identitária é, então, tratar variáveis tais como o complexo de Édipo, o inconsciente parental, o lugar que o sujeito ocupa na economia libidinal da família e do grupo ao qual ele pertence. Toda tentativa de compreensão da questão identitária trará consigo, inevitavelmente, contradições e impasses e deverá, necessariamente, levar aos processos identificatórios, pelos quais se dá a passagem das identificações à identidade: por falta de identidade, o ser humano é condenado à identificação (CECCARELLI, 2013, p. 112).

Corroborando com isto, Ferreira (2001) discorre que a criança faz seu ingresso no universo cultural, ou no Outro, quando caminha da relação com os pais à relação com os pares, necessitando reconhecer um lugar simbólico para poder se reconhecer como singular e como constituinte de uma coletividade. Acrescenta que, caso o grupo social não ofereça esse lugar, há uma ruptura, um choque, em que o sujeito se identificará com uma posição na qual ele próprio se desinveste enquanto projeto. E reforça que “além da provisão material, algo da provisão libidinal fracassou de modo tão radical que levou a esta ‘escolha’ pela rua” (FERREIRA, 2001, p. 62).

Em se tratando de ângulos diferentes de observação da relação casa e rua, há que se falar da necessidade, e dificuldade, de se despir das próprias representações coletivas para compreender discursos diferentes. Ceccarelli (2007) utiliza a expressão “Choque mitológico” para nomear o confronto cultural, que é o confronto dos mitos de origem os quais dão sustentação para o imaginário das culturas. Aponta, ainda, que cada cultura, na tentativa de dar representações psíquicas aos movimentos pulsionais, cria sua própria visão de mundo. A visão de mundo particular de cada cultura é utilizada como decodificador dos fenômenos. E

mesmo dentro de uma mesma cultura, existem leituras diferentes da realidade: as representações psíquicas do morador de rua, divergem daqueles que não têm a rua como seu local de moradia.

Um outro sentido o qual pode ser atribuído a tal confronto cultural se refere à diferença entre as lógicas do serviço público e a lógica da comunidade onde os sujeitos estão inseridos. Desse modo, a questão preponderante é como criar, com o trabalho ofertado (na Assistência Social), caminhos, trilhas entre as lógicas as quais possuem maneiras tão diversas de funcionamento, o que acaba por impedir uma conversa verdadeira, impede que o sujeito fale de verdade (BROIDE, 2019).

Ceccarelli (2016) trabalha com uma expressão, cunhada por Patrick Fermi (1998), para descrever sobre o fenômeno provocado pelo encontro de elementos culturais diferentes: “contratransferência cultural”. Tal expressão convoca a refletir sobre as maneiras de compreender o outro o qual possui uma expressão cultural da psique diferente do ponto de vista de quem o acolhe e o escuta. Para tanto, chama a atenção para que as características da organização social de quem observa, isto significa o sistema de valores, a vivência da sexualidade e outros, não atropelem a oferta da escuta.

Há de se levar em conta a dificuldade em se trabalhar com a possibilidade da existência de outras estruturações simbólicas, muitas vezes, opostas à de quem escuta, entretanto que são, de mesmo modo, capazes de dar representações às pulsões. Nesse *continuum* é apresentada a função dos mitos, cumprindo seu papel ideológico de afirmar que a ordem simbólica, a qual sustenta a social, seja compreendida como algo universal e inevitável (CECCARELLI, 2016).

“Os mitos são relatos que o homem constrói para explicar aquilo que ele ignora” (CECCARELLI, 2007, p.181). Tal construção tem como função significar tanto o que passou quanto o que virá, ou melhor, a particularidade da origem de uma cultura será determinante para o seu futuro. Desse modo, o mito pode ser compreendido como fundador de identidade. Ao ser perdido, pode acarretar uma perda identitária, levando a um conflito da função simbólica.

Trazendo essas considerações para as questões da rua e das pessoas que vivem essa situação, pode-se pensar num modo de organização psicossocial não necessariamente avesso, mas contraditório com o ideário civilizatório e de cidadania. Dessa maneira, pode-se depreender que é possível que os grupos os quais vivem em situação de rua tenham dado diferentes representações psíquicas às pulsões, as

quais trilhem outros caminhos de subjetivação e construções simbólicas diferentes dos que a sociedade, e a política pública, esperam. Como então pensar em intervenções sem primeiro conhecer de que lugar esse sujeito fala? Ceccarelli (2016, p. 714) complementa: “a identidade de um grupo, assim como seu universo simbólico, são sempre construções sócio-históricas e, como tal, susceptíveis a mudança e reorganizações”. E adverte para o fato de não se realizar a exportação de um método que é totalmente estranho ao grupo e aos sujeitos em questão.

2.7 Ancoragens

Nesse *continuum*, é preciso buscar compreender o que liga essas pessoas que vivenciam situações sociais limites, ou a chamada urgência social, à vida. Se, em meio a tantas vulnerabilidades e dificuldades, a pessoa está viva é porque existem fios, por vezes invisíveis, que a amarram à vida. Estes fios são as ancoragens. E a partir do momento em que se começa a entender o que e quais são as ancoragens, a escuta passa a ser outra (BROIDE, 2019).

Sendo assim, as ancoragens precisam ser escutadas, em vez de se concentrar ações diretamente nas famílias. Para tanto, urge a necessidade de ir ao território, compreender suas nuances de funcionamento, como as transferências ocorrem naquele local e como o profissional irá lidar com essas ancoragens. Será preciso, então, “escutar, escutar, escutar o que acontece ali, para só após decidir o que fazer” (BROIDE, 2019, p.132).

A proposta, destarte, é utilizar da psicanálise como um instrumento teórico para fazer evocar o sujeito, aquela história e constituição particular. O papel do profissional que trabalha com o público, seja ele qual for, é moldar de modo que se crie um espaço vazio, aberto. E é aí, “a partir desse trabalho, que espero que o sujeito surja: não apenas o sujeito de direitos como também o sujeito de desejo” (BROIDE, 2019, p. 134).

2.8 Usuário/Cidadão x Sujeito

Ao mencionar sobre a díade usuário/cidadão versus sujeito, é possível encontrar, em Garcia (2000), importantes elucidações. O autor citado (2000) reflete sobre a posição ética do profissional e propõe a ideia de Clínica do Social, trazendo que a Ética possível deve avaliar o que pode um sujeito e o que desse poder ele é capaz de querer. E acrescenta também a dúvida se é possível contentar-se com o cidadão e abandonar a questão do sujeito, abnegando-se de fazer do cidadão um sujeito. E mais ainda, questiona a ideia do que é o homem, o que pode ser relacionado à forma como os chamados Direitos Humanos, que localiza o homem como vítima, são traduzidos na Política de Assistência Social:

Pode-se propor um outro esquema em que se trabalham questões éticas a partir de uma definição positiva do homem e que inclua o não-humano. Para tanto, tem-se que romper com a concepção cada vez mais aceita na atualidade e que consiste em ver, na maioria das vezes, o homem como uma vítima; os direitos desse homem-vítima serão, conseqüentemente, os direitos de uma vítima, e o tratamento a ele reservado será aquele reservado a uma vítima (GARCIA, 2000, p.25).

Há, no serviço público, uma demanda de escuta dos usuários das políticas. Contudo, essa escuta pode ocorrer sob diversos prismas, muitas vezes, sendo utilizada como uma fonte de dados pessoais para dar subsídio a tomada de decisões de um outro serviço, por exemplo, do judiciário. Assimila-se, assim, de acordo com Ferreira (2001), muitas demandas de escuta são para responder ao funcionamento das instituições, apenas.

Quando as instituições já apresentam uma resposta, não há espaço para que o 'usuário', sujeito, se questione. Desse modo, não há espaço para o aparecimento do desejo. Assim, a atuação fica restrita em analisar os determinantes da situação, a condição social, a organização familiar, deixando passar bem longe a interrogação sobre a posição do sujeito diante do que o determina. São questões as quais alimentam a discussão, incluindo a própria posição do profissional diante daquilo que escuta (FERREIRA, 2001).

Permanecendo na discussão sobre a escuta e, conseqüentemente, sobre a clínica, torna-se imprescindível trazer à tona um outro entendimento do termo clínica por parte dos profissionais das políticas públicas, que, muitas vezes, caem no equívoco de dizer que nas instituições públicas não se pode realizá-la. Há propostas

de que se adote uma definição ampliada, a qual permita pensar que ela não significa em considerar apenas o que chega enquanto um sintoma, mas também enquanto um mal-estar da cultura (FERREIRA, 2001).

O Usuário do SUAS é aquele para quem se destina a política de Assistência Social, partindo da identificação de vivência de situação de vulnerabilidade e/ou risco social (BELO HORIZONTE, 2012). Ainda nessa discussão sobre o usuário, que se relaciona diretamente com a definição do público a ser atendido, com suas especificidades definidas por cada oferta de serviço, traz-se a necessidade de almejar uma abordagem ao sujeito. Ferreira (2001) corrobora tal ideia afirmando que uma abordagem do sujeito é o que coloca a atuação no campo da psicanálise. E acrescenta: “Desse modo, não se trata mais do ‘público a ser atendido’... ‘público-alvo’, nem do ‘objeto de intervenção’, mas do sujeito que se produz como resposta do real. Tratar a questão dos meninos e a rua, escutá-la, é uma forma de presença da psicanálise na cultura” (FERREIRA, 2001, p. 24). E ainda faz um importante adendo, já que delimitar o perfil de público específico dos equipamentos faz com que haja um modelo institucional e não seria isso um ato de referendar a escolha do sujeito?

Percebe-se que não é a miséria material a única razão a qual faz com que as pessoas experienciem a situação de rua: há também o que se pode chamar de "miséria psíquica" que ocorre quando não se leva em conta que a particularidade do percurso identificatório de cada sujeito é sempre única. Assim, há que fazer uma virada nas ofertas e nas escutas para esse público e na consideração sobre o local de fala ofertado a ele. Ferreira (2001) faz uma aposta a qual, além da provisão material, algo da provisão libidinal também fracassou, o que, de modo tão radical, levou a esta “escolha” pela rua. A autora citada (2001) discute sobre a possibilidade de ser uma escolha ética, mesmo que patológica, na tentativa de fugir da cena traumática do lar. Porém, ressalta, ainda que o sujeito seja determinado por um discurso que o antecede, antes mesmo de nascer, deve-se interessar, além dos determinantes de sua condição, sua posição frente àquilo o qual o determina (FERREIRA, 2001).

Isso posto, um outro aspecto precisa ser considerado. Faz-se uma advertência quanto ao que se ambiciona quando se pensa em cidadania. Anseia-se por uma cidadania pelos loucos, meninos de rua, pelos oprimidos e excluídos, considerando que, para ser um tipo ideal de cidadão, espera-se uma organização

subjetiva específica. Ferreira (2001) discorre ainda que, em termos de ideias, há algumas formas de subjetividade as quais não são compatíveis com o exercício da cidadania. Sendo assim, é necessário investigar como cada pessoa, cada “menino de rua”, se organizou subjetivamente para responder do lugar (ou não-lugar) o qual lhe foi destinado.

Por fim, ou por início, Ferreira (2001) aponta uma direção ao dizer que a ida para a rua é proveniente do deslocamento das experiências traumáticas vividas em casa para a rua. Todavia, reforça que “mais que um apego aos atrativos que a rua oferece, sua permanência lá se deve a uma necessidade de estrutura” (FERREIRA, 2001, p. 117).

Sobre a ida para a rua ainda na infância, Medeiros (2010) corrobora tal ideia, a partir de sua pesquisa, afirmando perceber que a rua assume um importante papel na vida dessas crianças, ocupando o lugar da ausência ou da violência familiar.

Scarpato (2008) apresenta, em seu trabalho, a proposta da clínica ampliada como uma tentativa de articulação entre as dimensões política e clínica, dimensões essas as quais se desdobram também na dicotomia sujeito x cidadão.

Na questão da exclusão, o que está posto de fora é o sujeito. Se há um resgate possível, ele necessariamente passa pela escuta do discurso e no reconhecimento do desejo. Se a psicanálise tem algo a contribuir com o trabalho no campo da assistência social é com sua ética implicada nesta escuta do sujeito do inconsciente, o que só é possível na transferência e no laço social (SCARPATO, 2008, p. 70).

Ressalta que, na perspectiva da cidadania, a ideia de sujeito está relacionada aos direitos e necessidades na proposta de inclusão social. Aponta, ainda, que a escuta é um instrumento de produção de sujeito do discurso e, nesse sentido, o sujeito “não está dado, não tem essência, e sim emerge quando enuncia para um outro que escuta ou quando é falado por alguém” (SCARPATO, 2008, p. 64).

2.9 Recordar, repetir, elaborar

Na obra *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1914) propõe a discussão de como utilizar da transferência para se trabalhar a compulsão à repetição e

oportunizá-la em elaboração. Tal assunto se faz correlato, neste estudo, uma vez que, percebe-se, a trajetória de vida nas ruas parece ser um processo cíclico, o que denota algo de repetitivo e, conforme Ferreira (2001), de deslocamento da cena traumática vivida em casa para a rua.

Apesar de não parecer mensurável, identificar quantas vezes um sujeito tentou sair da rua e retornou, sabe-se que a saída da rua não é um processo linear, nem simples. Há quem diga que mesmo que se saia da rua, a rua não sai de si. O que isso pode ter a ver com a repetição?

Freud (1914) afirma que há um grupo de processos psíquicos o qual durante o processo analítico, se apresenta como fragmento 'recordado', mas que nunca poderia ter sido 'esquecido', já que nunca fora notado, não era consciente. À vista disso, o sujeito não recorda o que esqueceu e recalcou, todavia expressa-o em ato. Não se refere a ele como uma recordação, entretanto repete-o sem saber.

O autor acrescenta que "Percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido" (FREUD, 1914, p.197). A partir da transferência é que haverá oportunidade para o sujeito trabalhar a sua compulsão à repetição e direcionar a sua intenção para outra coisa, o que não isenta o processo de ser permeado pela resistência.

Sobre o que é repetido, ou atuado, têm-se as inibições, as atitudes inúteis e os sintomas. A repetição substitui o recordar, não apenas no âmbito terapêutico, não obstante estende-se às diferentes atividades e relacionamentos do sujeito. Quanto mais persistente for a atuação, a repetição, significa que a resistência também está mais presente e fortalecida (FREUD, 1914).

Durante o percurso, é preciso nomear a repetição ao sujeito. Contudo, é imprescindível que seja lhe dado tempo a fim de que possa compreender melhor essa resistência e, então, elaborá-la para quem sabe, superá-la (FREUD, 1914).

2.10 Romances Familiares

A trajetória de vida nas ruas, como apontado até aqui, tem uma marca a qual perpassa as questões familiares, sejam particulares, ou nas definições trazidas pela própria Política de Assistência Social. Um dos principais motivos elucidados para o fenômeno em questão é o rompimento, ou fragilização dos laços familiares. Assim sendo, o que se pode dizer sobre o papel da família no processo de constituição do sujeito?

Freud (1908) traz, em *Romances Familiares*, que separar-se da autoridade dos pais é um processo natural do desenvolvimento humano, mesmo que doloroso. Nos primeiros anos da infância, os pais são a representação do que há de mais certo e extraordinário e o desejo da criança pequena é igualar-se a eles. No decurso do seu crescimento, a criança começa a conhecer outros pais e os compara com os seus, colocando em xeque as qualidades ideais antes atribuídas.

Para lidar com a diferença percebida, a fantasia surge e os devaneios sobre as figuras paternas podem acontecer, inclusive substituindo um dos genitores por outros de melhor posição social e financeira. Apesar disso, as bases para tais fantasias se originam nas recordações das qualidades dos pais reais (FREUD, 1908). O processo descrito demonstra que há uma função da imagem criada pela criança em relação aos seus pais, assim como descobri-los passíveis de erros, sendo estas situações, relacionadas ao Complexo de Édipo, importantes de modo que a criança se separe dos pais e possa construir a própria identidade.

Acrescenta-se a importância de compreender a separação como um processo diferente do rompimento. A separação dos pais, movimento importante para a própria constituição identitária, é diferente de um rompimento, uma ação abrupta, violenta.

2.11 Mal-Estar na civilização

Freud (1930) traz à tona a discussão sobre a felicidade, a satisfação e a vida em sociedade. Apresenta o paradoxo entre as exigências pulsionais e as restrições impostas pela cultura, o qual resulta em uma busca por satisfação, ou diminuição do desprazer, compreendendo que a satisfação também é fonte de sofrimento, já que

nunca será satisfeita plenamente. A partir do inevitável contato com o sofrimento e o desprazer, o afastamento a tais sensações se impõe pelo princípio do prazer.

Nesse percurso das impossibilidades de realização e satisfação, na intenção de suportar as decepções e atividades impossíveis, Freud (1930) aponta três medidas paliativas para o alívio de tal situação. São elas: os chamados derivativos poderosos, como a atividade científica, por exemplo, as satisfações substitutivas, tal como a arte com o auxílio da fantasia e o uso de substâncias tóxicas, as quais agem e alteram a sensibilidade do corpo.

Já as ameaças do sofrimento advêm de outras três possíveis fontes: da fragilidade do próprio corpo, do mundo externo enquanto forças da natureza e dos relacionamentos com outros homens. Talvez essa última seja a mais penosa e dolorosa. Diante desse arsenal de possibilidades de sofrimento, o próprio princípio do prazer se transforma no modesto princípio da realidade (FREUD, 1930).

No sentido moderado em que é admitida como possível, a felicidade constitui um problema da economia libidinal do indivíduo. Não há, aqui, um conselho válido para todos; cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz. Fatores os mais variados atuarão para influir em sua escolha. Depende de quanta satisfação real ele pode esperar do mundo exterior e de até que ponto é levado a fazer-se independente dele; e também, afinal, de quanta força ele se atribui para modificá-lo conforme seus desejos. Já neste ponto a constituição psíquica do indivíduo, à parte as circunstâncias externas, será decisiva (FREUD, 1930, pp. 27-28).

Nessa perspectiva das constituições psíquicas do indivíduo e sobre uma última técnica a qual promete satisfação substituta, este autor (1930) apresenta o recurso da fuga para a doença neurótica. Quando isso não é possível “O indivíduo que numa idade posterior fracassa nos esforços pela felicidade, encontra ainda consolo no prazer obtido por meio da intoxicação crônica, ou faz a desesperada tentativa de rebelião que é a psicose” (FREUD, 1930, p.28).

Sobre a compreensão do termo ‘civilização’, Freud (1930) o define como um conjunto de realizações e instituições as quais busca distinguir a vida humana dos seus antepassados animais, exercendo duas finalidades: a de proteção do homem contra a natureza e a de ajustar, regulamentar, os vínculos entre os homens.

Sobre as atividades culturais, Freud (1930) as define como construções, recursos úteis aos homens, seja na produção de sua subsistência, seja na proteção

contra a violência da força da natureza. O autor citado (1930) afirma que os primeiros atos da civilização foram o controle sobre o fogo, o emprego de instrumentos e a construção de habitações. E sobre a casa, relata: “a casa, um sucedâneo do útero materno, a primeira e ainda, provavelmente, a mais ansiada moradia, na qual ele estava seguro e sentia-se bem” (FREUD, 1930, p. 34).

O mal-estar se remete àquilo que é impossível suportar. Nesse sentido, a escuta clínica na Assistência Social, assim como pode ocorrer em vários campos, não se restringe ao que é narrado ao profissional, mas também como o sintoma apresentado, o impossível de suportar. Isso faz lembrar das diversas manifestações as quais chegam de moradores do município pedindo que retirem de suas portas as pessoas que ali se encontram. O insuportável é visível, incomoda, se presentifica. Situação semelhante ocorre com os profissionais os quais trabalham com o público em situação de rua. Os profissionais também são marginalizados em sua escuta, porquanto são os anunciadores institucionais sobre o mal-estar encontrado na realidade desse fenômeno.

Em relação a isto, Broide (2006) tece considerações pertinentes ao dizer que o técnico, aquele que trabalha com o público da assistência social, por vezes, possui um vínculo ambíguo. O autor referido (2006) apresenta que o técnico está exposto ao ser o depositário dos sofrimentos, da miséria, da morte, do cheiro, das violências. E, assim, encontra-se com uma cobrança implícita e explícita de uma resposta imediata. Tal contexto leva o trabalhador a um sentimento de impotência, fazendo com que, muitas vezes, ele negue o sujeito o qual atende. Daí a ambiguidade.

Para além, quando o técnico retorna para a instituição aquilo que lhe foi depositado, pelo processo de transferência, ele torna-se o porta-voz da impotência. Dessa maneira, passa a acontecer com o profissional o mesmo que ocorre com a população de rua, torna-se, em alguma medida, rejeitado pelo supervisor, pela instituição, que passam a sentir os mesmos incômodos, impotência e urgência (BROIDE, 2006).

Um outro enunciado de Freud (1914) que se relaciona com essa questão é a compulsão à repetição. A repetição da pulsão de morte repete o que leva o sujeito ao pior. Anterior ao princípio do prazer está a pulsão de morte. Mesmo em uma tentativa de manter a saúde, a rua como uma saída ética ainda seria levar o sujeito à sua pior condição? A usuária a qual volta na sua decisão em ir para o acolhimento institucional e justifica-se afirmando que seu caminho é carregar sua cruz, o seu

sofrimento e dele não poder abrir mão, é repetir o seu sofrimento cotidianamente? O céu, ao qual ela menciona desejar, só poderá ser alcançado com seu sofrimento, com sua trajetória de rua? A outra usuária que acessa aos serviços da Assistência é contemplada com o benefício do aluguel social e ainda assim não consegue romper com a rua, faz uma tentativa de repetir a trajetória de rua da mãe? Repetir a história familiar para se sentir pertencente a ela, também diz de uma compulsão? Ou talvez repita por identificação e uma não separação do outro, o que dificultou a construção da própria identidade? O mortífero está ali, à espreita.

3. METODOLOGIA

A investigação em psicanálise pode se dar, segundo Ceccarelli (2012), de diversas formas, inclusive por meio de entrevistas. A proposta é começar por perguntas norteadoras, dando oportunidade para que o sujeito, a partir de suas manifestações inconscientes, possa ser ouvido. Ou seja, proporcionar ao sujeito um espaço para expressar algo do seu aspecto subjetivo, da sua “realidade psíquica” sobre a situação em que vive, considerando a premissa da dimensão transferencial.

A escuta clínica permeou todo o processo. Conforme Garcia (2000), a palavra clínica vem de *Kline*, do grego, que quer dizer debruçar-se sobre o leito. Essa tentativa de auscultar a pessoa a qual se atende é uma valiosa aquisição trazida pela Psicologia, Psicanálise e Medicina. E a partir dela é que se pretendeu construir esta pesquisa e, mais ainda, produzir/ouvir conhecimentos os quais favoreçam outros modos de proteção social, prevenção, promoção da saúde e articulações mais próximas entre a universidade e os serviços voltados para a população de rua.

A proposta de produção deste estudo foi de base psicanalítica, com realização de entrevistas com sujeitos com histórico de vida nas ruas. Tais usuários, ao serem convidados para participar da pesquisa, foram informados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e demais procedimentos éticos para a realização do trabalho. Acrescenta-se que, considerando a situação de pandemia devido à Covid-19 a qual se vivencia no Brasil e no mundo, a proposta foi que a entrevista acontecesse a partir da utilização de Equipamento de Proteção Individual,

respeitando o distanciamento e demais orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

As entrevistas foram abertas, no formato semiestruturado e cujos áudios foram gravados. Os custos decorrentes da realização da pesquisa proposta foram de responsabilidade da autora do estudo, não havendo quaisquer ônus para os participantes da pesquisa ou para a instituição de ensino.

Esclareceu-se que, dentro do universo de pessoas em situação de rua no município de Belo Horizonte, foi necessário selecionar os sujeitos cujas histórias e trajetórias seriam aqui apresentadas. Sendo assim, a entrevista ocorreu com 2 sujeitos que estão em situação de rua por diferentes períodos temporais e outros 2 que conseguiram romper com tal situação e possuem moradia, podendo, inclusive, serem beneficiários do Programa Bolsa-Moradia. Para acessar tais sujeitos, foi utilizada indicação de outros profissionais os quais trabalham com a temática. Para os sujeitos que estão em situação de rua, a própria rua foi o cenário para a entrevista e para os que possuem moradia, o local onde acharam mais viável.

Assim sendo, a narração se deu a partir das falas dos entrevistados e de exemplos de situações do cotidiano do trabalho, contendo motivações diversas de ida para a rua, e, possivelmente, também de permanência, para servir de ilustração e inspiração para outras discussões. Pontua-se que a construção do caso diz de um trabalho de amarração, de costura do que é apresentado de forma fragmentada. Freud (1937) elucida que a construção do caso é uma atividade similar ao de um arqueólogo no processo de escavação, buscando completar o quadro com aquilo que foi esquecido, buscando os traços os quais foram abandonados. Acrescenta que o analista possui uma condição melhor de trabalho, porquanto trabalha não com o que está destruído, porém com o que ainda está vivo (FREUD, 1937). O autor acrescenta, por fim, que para o arqueólogo a reconstrução é o objetivo final da sua atividade, já para o analista a construção é um passo preliminar. Esclarece-se aqui que, ainda que não seja uma escuta e construção do analista, uma vez que o trabalho proposto não se dá a partir da análise, trata-se de uma escuta da singularidade, daquilo o qual escapa ao sujeito presente na cena da assistência social.

Ao dar de exemplos do cotidiano, de fragmentos de caso, recorre-se à Viganò (2010) ao dizer que a construção do caso pode ser compreendida como um

movimento dialético em que o paciente assume uma posição de docente e a rede social se coloca em posição discente. O referido autor (2010, p. 2) afirma que

(...)o que o paciente deve ensinar não passa por sua consciência e não pode ser dito em uma fala direta, mas mediante nossa escuta das particularidades, das coincidências que foram escondidas de sua história, do enigma de seus atos falhos, recaídas, ausências etc. (VIGANÒ, 2010, p. 2).

Por fim, o autor citado (2010) acrescenta que a construção do caso é um instrumento potente tanto na formação, quanto na melhoria da qualidade clínica do trabalho.

Além do mais, pretendeu-se escutar / estudar as ações e hábitos desses sujeitos, suas histórias singulares, o percurso na rua, formas atuais de sobrevivência; desejo e ou dificuldade de saírem da condição precária em que vivem na rua, conforme o roteiro anexo. Para além, conhecer dados mais objetivos para caracterização desse público, tal como nome ou apelido (mesmo que fiquem anônimos), idade, cor, origem, estado civil, escolaridade. Ressalta-se que as perguntas norteadoras se diferem apenas quanto à condição atual de moradia, sendo permanente (casa) ou no espaço público (rua).

A proposta de apresentar tais casos se sustenta, para além da prática do trabalho com este público e a busca da compreensão sobre a pergunta básica que norteia esta pesquisa (por que as pessoas permanecem em situação de rua), na inquietação de que há fatores outros além da extrema pobreza que tornam este fenômeno instigante. Logo que trazido por Ceccarelli (2012), o tema da pesquisa é o que interpela o sujeito e o que marca a dimensão singular e, na área de humanas, nunca é por acaso.

O objeto de pesquisa em psicanálise, divergente de outras áreas do conhecimento, são as manifestações do inconsciente. O que concerne à psicanálise é a dinâmica psíquica a qual compõe o fenômeno observado, que por sua vez e definição, é inacessível à observação. Trata-se, logo, da realidade psíquica do sujeito, ou o subjetivo, aquilo o qual é incompreensível para o método lógico e que, em certo grau, equivale-se à realidade do mundo material (CECCARELLI, 2012, p. 141). O autor acrescenta que “muitas vezes, a realidade psíquica possui, na subjetividade de quem a anuncia, o mesmo estatuto que a realidade "objetiva””.

Os materiais trazidos como suporte, sejam os dados do IPEA (2019), ou demais artigos, tendem a apontar a extrema pobreza como um facilitador do fenômeno da estadia transitória na rua. A reflexão que dá o alicerce para este estudo é trilhada sobre uma indagação a qual nasce no decorrer da atividade prática de atendimento ao público em situação de rua, o que faz surgir outras hipóteses para contornar tal condição. Na rua, assim como mostram as estatísticas (NATALINO, 2016) e como próprio define a Política Nacional (BRASIL, 2005), encontra-se um grupo bastante heterogêneo. Há pessoas sem instrução, assim como há aqueles os quais iniciaram o ensino superior ou o concluíram; há os que possuem origem familiar na pobreza e outros provenientes de um diferente cenário econômico. Há quem foi para rua quando ainda criança e adolescente, ou quem chega adulto e quem permanece até a velhice. Perguntas surgem: A pobreza e a baixa escolarização influenciam na ida para a rua ou dificultam a saída? E como ocorre para quem tem acesso ao ensino superior? Quem está desempregado teve um mesmo processo de realização que um ex-gerente de banco que também se encontra nesta condição? A moça que encontra seu companheiro na rua e repete a história da mãe, que também está em situação de rua, mas que foi criada com carinho pelo avô, possui relação com a mulher que está na rua após perceber o demônio agindo nos seus familiares e, devido à sua condição de saúde mental, prefere romper o laço familiar? O que torna tão difícil e pesado para uns sustentar a ida para uma moradia, seja por iniciativa própria ou por oferta?

Não houve a pretensão de conseguir respostas para essas perguntas. O desejo partiu ao escutar o que alguns desses sujeitos têm a dizer sobre a própria trajetória, sobre a singular história de vida, seus contornos (ou a falta deles), seus afetos, medos, dificuldades e o que mais quiseram compartilhar. O horizonte é que seja possível identificar os indícios os quais fazem com os sujeitos permaneçam em condição de rua e o que, para aqueles que saíram, facilitou o movimento de rompimento e a sustentação do estilo de vida com moradia fixa.

Em sequência, os conteúdos das entrevistas foram analisados e articulados com a teoria que se está propondo como suporte. Todo o material produzido na pesquisa está sob a guarda da pesquisadora responsável e será utilizado para fins acadêmicos.

4. ENTRE VISTAS, ENTRE OUVIDOS. SERÁ QUE O SUJEITO ESTÁ AQUI?

Este capítulo apresenta os depoimentos das pessoas sobre sua história, trajetória de vida nas ruas, as dificuldades delas e os possíveis facilitadores para a saída desta condição. Foram realizadas cinco entrevistas individuais a partir de um roteiro disparador cuja proposta era ouvir o que o sujeito apresentava sobre si e trajetória dele na rua. Trata-se de entrevistas qualitativas, não se consistindo em uma pesquisa com muitos participantes. Salienta-se que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e os envolvidos autorizaram a gravação de áudio, bem como se mostraram cientes da proposta, assinando, assim, o TCLE. Como já citado, alguns dados foram alterados para preservar a identidade dos sujeitos.

Em relação à escolha dos participantes, esse processo ocorreu a partir do conhecimento prévio de alguns sujeitos em decorrência da experiência da pesquisadora em um dos CREAS do município de Belo Horizonte, MG. Assim, identificaram-se os que se enquadraram no perfil proposto: quem permanecia em situação de rua e quem, de algum modo, conseguiu romper com esse padrão. Pondera-se que alguns desses sujeitos permaneciam em situação de rua nas proximidades do equipamento do SUAS, o que permitiu o acesso facilitado a eles. Além disso, outros sujeitos partiram de indicação de outros profissionais os quais atuam com a temática.

Uma das entrevistas foi realizada de modo virtual, utilizando-se de uma ferramenta digital para a gravação do áudio e posterior transcrição. As demais, presenciais, ocorreram com utilização dos equipamentos de proteção individual pela pesquisadora e pelos entrevistados, mantendo o distanciamento e os cuidados necessários contra a transmissão da Covid-19.

Antes de apresentar o conteúdo das entrevistas, ressalta-se que o percurso para se chegar ao outro, ouvi-lo, apresenta-se como um palco de inúmeras outras descobertas. A proposta de gravação da entrevista *in loco*, na rua, faz emergir outras contingências da situação vivida por essas pessoas e atravessa e toca quem se coloca a escutá-las. O barulho é uma delas. As gravações registraram, igualmente, o barulho do trânsito, das buzinas, cachorros, de gritos de outras pessoas as quais por ali também estavam, ou passavam. Em referência a isso, Scarparo (2008) pondera que o atendimento, o encontro com o sujeito, pode ocorrer em vários locais, o que

indica, conseqüentemente, que são vários fatores os quais interagem no atendimento. A autora acrescenta que as interferências podem dificultar, ou facilitar o contato, assim como pode indicar de que lugar o sujeito se posiciona. Dessarte, afirma que, nestes lugares, seja a casa, o abrigo, a rua ou qualquer outro, pode-se evocar a fala particular dos sujeitos na relação com esses espaços.

Na ida a campo para a realização das conversas, pôde-se perceber, de mesmo modo, que outras dinâmicas relacionais se constroem e se sustentam, como uma família da rua. Um outro aspecto o qual merece ser destacado é que, apesar de estatisticamente os homens comporem a grande maioria (82%) do público em situação de rua (BRASIL, 2009), compreende-se que a percepção pelo olhar da mulher também se fez presente. Assim, duas, das cinco histórias narradas, possuem como personagem mulheres.

4.1 Apresentando os sujeitos da pesquisa

Dentre os 5 sujeitos entrevistados, 3 são homens e 2 são mulheres. Dentre os primeiros, em relação à escolarização, um relatou possuir o 1º grau completo, um disse ter estudado até a 5ª série e o outro apenas a 1ª série, não sabendo nem ler nem escrever. (Para esse último, o TCLE foi lido, e a autorização foi confirmada com o carimbo de sua digital). Entre as mulheres, uma relatou ter concluído o 1º ano do Ensino Médio e a outra ter cursado até a 8ª série.

Em relação à faixa etária, elas possuem 47 e 23 anos, respectivamente, enquanto eles possuem 41, 47 e 44 anos. Sobre o tempo de vida nas ruas, apresentam 13 anos, 35, 15, mais de 20 e 7 anos. Isto significa, o tempo de vida nas ruas variou de 7 a 35 anos, demonstrando uma grande amplitude nesse aspecto. Ressalta-se que a pessoa que afirmou ter 35 anos de rua possui idas e vindas, estando, inclusive, até o momento da entrevista, no percurso casa-rua-casa.

Do mesmo modo, a seguir, serão apresentados em três grupos (os que saíram da rua, os que ainda permanecem e os que estão no trajeto casa-rua) e será traçado um perfil dos entrevistados:

4.1.1. Grupo 1: Saíram da rua

Carlos: Homem, 41 anos, autodeclara-se como moreno claro, relata ter estado por 13 anos em situação de rua e já saiu há 4 ou 5 anos. Nasceu em Belo Horizonte, MG, e permanece até os dias atuais. Sobre a ida para a rua relata um pouco de sua trajetória contando que a mãe esteve doente, fez tratamento contra o câncer, mas faleceu. Nesse contexto, segundo ele, o pai, o qual já fazia uso de álcool anteriormente, voltou a beber, entrou em depressão e faleceu. A empresa familiar, a qual era a fonte de renda da família, passou a ser administrada por seu irmão, inexperiente no ramo, e faliu. Carlos conta que morava em um dos imóveis onde a empresa funcionava, porém devido à falência, foi obrigado a sair.

A empresa fechou, meu pai faleceu, minha mãe já era falecida. E aí eu tava morando numa casa aonde que funcionava alguma das empresas. E aí o oficial de justiça chegou e falou que eu tinha 30 dias para desocupar o imóvel, que ele iria ser leiloadado, por causa que a justiça do trabalho tinha embargado. E aí foi aonde que eu me deparei com a rua, até então eu conhecia a rua só de ir e vir. Como meu pai, na época, tinha distanciado, né, da família dele e da minha toda, eu perdi totalmente o vínculo familiar. Entendeu? E aí eu peguei e fui pra rua. Eu não quis pedir ajuda porque eu já tava, já tinha afastado, tal, e eu falei que não, não ia ser agora que eu ia pedir ajuda. E aí eu fui pra rua, só que eu não conhecia nada da rua, sabe. Então eu sofri muito na rua, eu não conhecia os equipamentos de acolhimento, não conhecia o albergue, não conhecia o CentroPop, né, não conhecia nada. Aí eu dormi na rua, passei frio, passei fome. Aí teve um dia que eu estava num ponto de Belo Horizonte, perto da regional aqui de Belo Horizonte que fica na Noroeste. Aí eu tava dormindo lá e teve uma das chuvas mais fortes de Belo Horizonte, eu tava dormindo, eu tava tão cansado que até essa chuva me arrastou, sabe. E eu acordei todo molhado, sem roupa e foi um próprio morador de rua que chegou perto de mim e me estendeu a mão, né. Me emprestou uma roupa, e aí a gente começou a conversar. Porque eu me isolei, como eu não tinha costume e nunca tinha passado por aquilo, eu ficava só sozinho, sabe. E aí foi aonde eu comecei a conversar com esse morador de rua, e esse morador de rua começou a me apresentar os equipamentos. Aí ele falou que ali tem o CentroPop, que dá para você tomar banho, lavar sua roupa, guardar suas coisas, né. Tem algumas oficinas educadoras, aí eu comecei a conhecer o Centro Pop. Aí depois ele me apresentou o albergue, aonde que dava para você pernoitar, jantar e tomar um café da manhã, né. Aí depois eu fui conhecer a Pastoral de Rua que no meu ponto de vista foi essencial na minha trajetória da saída das ruas. Porque eles falavam, não, tem a pastoral de Rua, lá tem algumas reuniões, eles dão um café, dão um lanche e eu comecei a participar dessas reuniões. E eu comecei a me interagir, né. Lá tinha o Moradia para Todos, que é uma política voltada pro Bolsa Moradia, né, e na época seria para o Programa do Minha Casa Minha Vida, né, e eu comecei a participar das reuniões e entrei no Movimento da População de Rua. Comecei a entender um pouco da política voltada para esse público, né, aí eu comecei a me interagir mais e aproximar mais. Aí seria aonde, né, que eu fui inserido pro Minha Casa Minha Vida (Carlos).

Machado: Homem, 47 anos, afirma ter estado em situação de rua por 15 anos e ter saído há quase 3 anos, se diz solteiro e veio do interior da região leste de MG. Autodeclara-se mulato, conta ter morado em Belo Horizonte na infância com a família e voltou para sua cidade de origem. Veio em definitivo para a capital aos 18 anos, sozinho, após ter conhecido uma boate e se encantado pela noite belorizontina, já que diz que o interior é mais pacato. Assim, como era cabeleireiro, trabalhou por algum tempo em salões em regiões de classe média e alta. Contudo, afirma que devido ao uso abusivo de drogas, abandonou o trabalho e foi para a rua.

Devido ao uso de droga, eu abandonei tudo e fui pra rua. Morar na rua. E quando se está na rua você não tem que ter responsabilidade, né, não tem que pagar água, não tem que pagar luz, aluguel. Vivia em função da droga. Vira escravo da droga, né. Vivi na rua, entre idas e vindas fui preso várias vezes e fiquei quase 15 anos na rua. Até o dia em que eu me deparei debaixo de uma árvore que tinha aqui e me instalei aqui, né. Fiz um cômodo, dois cômodos, quando eu vi eu tinha feito uma casa de dois andares, quatro cômodos. E como eu trabalhava, mexia com reciclagem, catava as coisas no lixo, eu achava assim, vou te falar que era uma coisa assim, tremenda falta de consideração principalmente com o povo brasileiro que gasta o dinheiro investido em livros, né, porque a educação, os livros, são pagos pela população. Então assim, era muito livro jogado no lixo. Eu acho que conhecimento não foi feito para ser jogado fora, né. Conhecimento, ele foi feito para todos. Ele tem que circular. Então, eu comecei a recolher esses livros e, ao invés de vender como papel, eu comecei a colocar eles nos bancos que tinha aqui na praça. Que a praça era abandonada, tava largada, tava morador de rua dormindo, usando droga, estacionamento de carro. Aí depois que eu vim pra cá, eu dei uma vida nova, eu cuidei do jardim e aí eu comecei a colocar esses livros nos bancos e a disponibilizar eles a custo zero para a população. Era uma forma que eu encontrei de retribuir à população por eu estar usando um espaço que não era só meu, ele era público. Se é público, é de todo mundo. Então foi a forma que eu encontrei de tá ressarcindo a população, né, de tá usando esse espaço. Aí, assim, fiquei aqui um tempo, na “Casa da Árvore”, até o dia que eles incendiaram a casa. Aí um ano depois, a prefeitura fez o espaço, né, ressurgiu como “Praça do Conhecimento” nascida das cinzas. E aqui eu tou há quase 3 anos. E saí da rua também. Aqui eu ergui uma casa na árvore e reergui a minha vida, né, recuperei a minha dignidade, recuperei minha autoestima, passei a me considerar um cidadão novamente, né. Todos acharam que eu não era mais. Na realidade, um amigo falou comigo assim “Assim como uma vírgula muda uma frase, uma atitude muda uma história”. Eu cansei de ser visto como à margem da sociedade, ser visto com maus olhos. Eu falei, por que não fazer uma coisa diferente? Por que não fazer algo pra mim ser lembrado, falado, não por coisas ruins que eu fiz, mas por coisa boa? Não é porque eu era usuário de droga, que eu sou usuário de droga, que eu só tenho defeito. Eu tenho qualidade, Todo mundo que está na rua tem qualidade, né. Usuário de droga é um vício como outro qualquer, como quem é viciado em internet, então era vício. Minha mãe fala que tudo o que você faz em excesso é vício, né. Um vício muito pior é o vício de roubar do povo, né? Político rouba do povo. Isso é vício! (Machado).

4.1.2 Grupo 2: Permanecem na rua

Guimarães: Homem, 44 anos, viúvo, autodeclara-se moreno. Conta ter nascido em um município do interior de MG, localizado no Vale do Rio do Doce e ter vindo, ainda recém-nascido, com a família para a capital mineira. Relata ter ido para a rua em 2001, contudo não soube informar com exatidão, ponderou ter mais de 20 anos e tentou relacionar com a idade em que saiu de casa, afirmando ter sido após os 18 anos. Conta que a situação familiar era difícil, apenas o pai trabalhava e, mesmo após a inserção da mãe no mercado de trabalho, diz que a situação era precária. Sendo assim, diz ter avisado à mãe que iria para a rua, todavia voltaria com frequência para a casa para vê-la. Pondera que, nesse tempo de rua, esteve muitas vezes recluso no sistema prisional.

Faz tempo, minha mãe sofria demais. Ela era desempregada, só meu pai que era aposentado. Só meu pai que era aposentado, né, aí depois que minha mãe, que abriu uma vaga num colégio pra ela, que ela foi trabalhar no colégio, no que eu estudava. Ela trabalhou lá, muitos anos no colégio, depois que ela começou a ficar, é, mais velha, eles foi e encostou ela. Encostou ela. Aí vou levando a vida assim, né. (...) Eu, meu sobrinho, um outro irmão (Guimarães).

E sobre o motivo da ida para a rua, continuou: “Ah... dificuldade, né. Os três dentro de casa. Depois meu pai perdeu o jogo das pernas, tinha que dar banho nele todo dia, trocar a roupa dele. Nó! Aí foi só isso mesmo.” E trouxe mais detalhes, ao longo da conversa, sobre sua vivência:

Eu falava: 'mãe, eu gosto mais de ficar é na rua. Aí de vez em quando eu vou vir aqui pra ver a senhora, tá? Eu... Pode vir aqui dia sim, dia não, mas sempre, sempre, sempre vou vir aqui ver a senhora. Então não precisa esquentar a cabeça comigo, se a senhora ver que eu sumi, pode saber que eu tou preso'. Aí ela ia me visitar na cadeia (Guimarães).

Cecília: Mulher, 23 anos, solteira, declara-se morena. Conta ser de Belo Horizonte e diz que sua história na rua começou aos 17 anos após ter perdido a guarda da filha e fazer o uso de drogas. Sobre o uso destas, diz ter iniciado aos 14 anos e ter ficado por 3 anos cumprindo Medida Socioeducativa de Internação e saiu, aos 17 anos, época em que foi para a rua. Relata ter sido criada pela família do pai, já que, quando nasceu, a mãe permanecia em situação de rua e, para não ser

levada para o abrigo pelo Conselho Tutelar, a família do pai a buscou. Acrescenta ter conhecido a mãe na rua, quando já estava com 18 anos.

Sobre essa entrevista, torna-se importante relatar sobre o processo e as inúmeras tentativas. Cecília, em um primeiro contato, quando foi convidada para participar da pesquisa, aceitou o convite. Contudo, foram realizadas várias tentativas para que a conversa, de fato, ocorresse. Por vezes, a ida ao embaixo do viaduto onde ela permanece foi feita, entretanto, ora ela não estava, ora estava dormindo, ora disse estar sob efeito de droga e preferia fazer a entrevista em outro momento. Assim, a conversa aconteceu quando Cecília avaliou ser mais possível. E a entrevistada ainda contou que “(...) quando eu nasci, recém-nascida, minha mãe não podia ficar comigo na rua porque senão o conselho tutelar pegava. Aí a família do meu pai foi lá e buscou eu para morar com eles.”

E, no decorrer da entrevista, acrescentou:

Porque antes o meu avô falava assim, que minha mãe tinha morrido. Aí eu pegava e falava assim com meu pai, 'ó pai, um dia vou querer conhecer minha mãe. Em nome de Jesus, onde ela estiver, eu vou encontrar.' Bastei eu querer, fui e encontrei (Cecília).

Nesse grupo sobre a permanência na rua, apresenta-se o registro de uma tentativa de entrevista cujo TCLE não foi assinado. Cabe destacar que a pesquisa tem seus caminhos, alguns abreviados, outros com a estrada estreita, no entanto exigindo, com frequência, algumas voltas para que se consiga avançar. Nem sempre é volta, apesar disso, certamente, é aprendizado.

Nesse caso, foram feitos dois contatos com a 'Adélia', que assim foi nomeada aqui. No segundo contato com "Adélia", ela estava sentada, costumeiramente, na cama posta na varanda comercial. Sua cachorrinha, 6 meses, estava brincando, ao fundo, com sua coberta. Adélia trouxe relatos sobre sua vida e trajetória de rua, apesar disso não quis falar. Não quis falar, não obstante já falando, informou que seu ouvido estava doendo e uma íngua havia logo abaixo. Afirmou, veementemente, que não ia a médicos, porque sempre precisa esperar e não tem paciência. Precisa esperar a especialidade médica que não tem, o remédio que não possuem, e o processo se arrasta.

Contou estar em trajetória de rua há 31 anos e está com 65 anos. Conta ter tido um filho que faleceu há 11 anos e, depois disso, ficou “rebelde”, se diz muito problemática, reclamar de tudo, mas fazia graça do que falava.

Ao ser informada sobre a proposta da entrevista, da importância de assinar o TCLE e permitir a gravação, lembrando do sigilo, disse que a equipe do SEAS já sabia de sua história. Foi reforçado que a proposta era ouvi-la. Ainda assim, não quis assinar. Disse que o ouvido doía e estava difícil para conversar, porém, sem embargo, seguia conversando.

Sobre a trajetória de rua, diz que foi para a rua por não ter dinheiro, logo, não ter como pagar um aluguel. Contudo, diz que, mesmo estando na rua, trabalhou com muitas coisas. Fez menção a várias agressões e violências sofridas, inclusive pela polícia.

Sobre a trajetória e o lugar em que fica, fez uma ponderação de que não é igual às outras pessoas as quais ficam na rua, já que não faz uso de drogas nem álcool, admitindo que o seu único vício era o cigarro, o qual fumava um atrás do outro. Não se identificava com as outras pessoas que estavam em situação semelhante à sua. Disse que eles estavam na rua por droga, ela estava por outro motivo.

Adélia também já foi contemplada no Bolsa-Moradia, apesar disso não deu prosseguimento para a retirada de documentação civil e Cadastro Único. Afirma não confiar em ninguém e menciona que, na ocasião, o grande impedimento foi a sua mobilidade reduzida por conta do joelho, acrescentando que mesmo que o SEAS a levasse de carro até a porta do prédio da regional, onde funciona a Assistência Social, teria que andar dentro do prédio e sente muita dor no joelho. Apresentou, inclusive, uma bengala. Disse que a outra função da bengala era bater em que se aproximasse e se defenderia. Assim aprendeu.

Conta que agora cansou da rua, que já fez 65 anos e poderá ter o benefício, fazendo alusão ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Mas, para isso, precisará organizar documentos e outras coisas. Disse que irá fazer.

Durante a conversa, a tampa da marmita de isopor voou. Disse que eram duas marmittas que recebeu de doação. Deixa uma reservada para uma outra pessoa que, às vezes, a inoportuna. Ainda assim diz não comer das doações que recebe. Ela se considera, assim, chata, porque prefere ir ao *self-service* e montar o próprio prato. Chata por escolher o que comer? Ela confirmou.

No final das contas, disse que não assinaria, que, talvez outro dia, quando o ouvido não tivesse mais doendo, aí a conversa poderia ser marcada.

Nessa tentativa de entrevista, aparece novamente o que muito se discute neste estudo: as motivações as quais levam o sujeito para a rua são diversas e tão múltiplas quanto são as contingências que os fazem permanecer. Ao considerar a fala da usuária dizendo não ser igual e não se reconhecer como par das outras pessoas as quais fazem da rua seu local de permanência, mesmo estando distantes em poucos metros, entre uma calçada e a praça, demonstra não haver uniformidade ou equivalência. Era dessa singularidade a qual o trabalho aqui realizado pretendia elucidar. Há algo do particular, do singular. E diante a essa constatação, também surge o posicionamento em não querer permitir formalmente uma autorização para a gravação e transcrição da entrevista, mesmo que a pessoa tenha se mantido a falar. A escuta precisou existir. A negação também é um dizer, um desejo de não querer, ou diz de um outro querer que precisa ser ouvido.

4.1. 3 Grupo 3: Entre idas e vindas

Clarice: Mulher, 48 anos, diz ter iniciado sua trajetória de rua aos 13 anos de idade, após falecimento da mãe e desentendimentos com o pai. Nasceu na região do Vale do Rio do Doce, interior de MG. Veio para Belo Horizonte com a família, segundo ela, para estar perto da mãe a qual veio realizar tratamento contra o câncer. Nessa época, conta, com pesar, ter saído da escola. Traz considerações sobre seu relacionamento com o companheiro e das inúmeras violências e agressões sofridas por ela, incluindo o assassinato de seu filho aos 14 anos. Pelo relato, mantém o itinerário casa-rua, mesmo tendo sido contemplada em benefícios de aluguel social.

Sobre a vinda da mãe para Belo Horizonte para realizar o tratamento de saúde, comentou: “Minha mãe tinha a casa dela, fez o tratamento de câncer. Minha mãe sentia falta dos filhos, pediu para trazer os filhos. E me arrancou do meu sonho, da minha escola”.

Na época com 14 anos, contou ainda que:

Nós ficamos na casa dela (da mãe) uns 3 meses, eu não entendia nada do mundo, só entendia livros e cadernos! Eu comecei a ler, gosto... gosto cadernos. Mas, eu não entendia esse mundo. Foi quando eu conheci esse

cara, que minha irmã já conhecia, né. A facção da rua, já trabalhava nuns camelô, esse cara me deu esse livramento de se apaixonar pra mim, por mim, e me deu poder e ensinamento. E esse ensinamento que ele me deu, que era a maldade dele, eu usei para me defender. Todos aqueles que não conhecia a rua e dentro da igreja... pai dos meus filhos me prometeu casamento, mas nós era criança. Isso foi a maldição da minha vida. Ele veio, pegou meu filho, registrou no nome dele, que não era filho dele, e a família permitiu matar meu filho. A família dele (Clarice).

Após a apresentação dos sujeitos e das suas percepções sobre a própria trajetória, faz-se necessário apresentar alguma comparação desse universo particular com os dados contidos nas referências sobre a temática. Fazendo uma leitura das informações levantadas as quais caracterizam os sujeitos participantes da pesquisa, percebe-se que, em relação à literatura (BRASIL, 2009), se enquadram no perfil etário e no tempo de permanência na rua. Dos 5 sujeitos entrevistados, os 5 relataram trajetória de rua de mais de 5 anos, corroborando com os 29,6% identificados no primeiro Censo Nacional (2007/8). Conforme a Fig. 3 abaixo:

Figura 3 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua / albergue

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe / Não lembra	583	2,1
Não respondeu	292	1,1
Total	27.647	100

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua - 2007/8

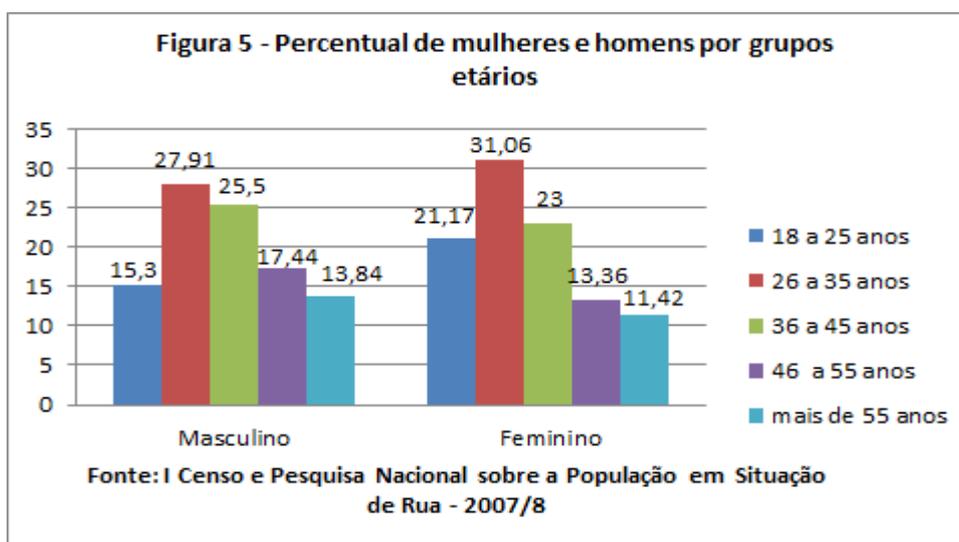
Em relação à escolaridade, tanto Carlos quanto Clarice relataram possuir o 1º grau completo, o que, conforme o Censo Nacional (2007/8), na Fig. 4 abaixo, se enquadra nos 10,3% da população em situação de rua. Os demais entrevistados, Machado, Guimarães e Cecília, incluem-se nos 48,4% dos que possuem o 1º grau incompleto.

Figura 4 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe / Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
Total	27.647	100

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua - 2007/8

Já o percentual de homens e mulheres por idade em situação de rua, o Censo e Pesquisa Nacional (2007/8) apresentam que o grupo etário mais jovem, ou seja, na fase economicamente ativa, é o de maior porcentagem. Em relação às mulheres, percebe-se o aumento na faixa etária de 26 a 35 anos (31,06%), de acordo com Fig. 5 abaixo:



Nesse sentido, percebe-se que os entrevistados homens se enquadram, neste momento, em faixas etárias diferentes das com maior porcentagem. Contudo, Carlos afirma ter ido para a rua entre 26 e 28 anos, o que lhe colocaria na faixa etária dos 26 aos 35 anos, estando contemplado nos 27,91% entre os homens.

Nesse mesmo caso, enquadra-se Machado, o qual hoje está com 47 anos e relatou ter iniciado sua vida nas ruas há 18 anos, em torno dos 29 anos. Já Guimarães, também no seu período de iniciação nas ruas, estava próximo aos 18 anos, o que lhe colocava no grupo dos 18 aos 25 anos (27,91%). Em relação à idade no momento, no caso de Guimarães que permanece na rua, encaixa-se no grupo dos com 25,50%, de 36 a 45 anos.

Em referência às mulheres, Clarice diz ter ido para a rua pela primeira vez aos 13 anos, e Cecília aos 17, idades as quais não aparecem contempladas no Censo de 2007/8. Entretanto, na idade atual encontram-se, respectivamente, no grupo com 13,36% (46 a 55 anos) e no com 21,17% (18 a 25 anos). Salienta-se que Clarice menciona a ida para a rua desde a adolescência, permanecendo no itinerário rua-casa, segundo ela, até hoje, aos 47 anos.

4.2 Estratégias para sobrevivência e acesso aos equipamentos e serviços da Política Pública

Dois pontos norteadores da entrevista trataram das estratégias de sobrevivência no período de vivência na rua e sobre o acesso aos equipamentos públicos, fossem eles da assistência social, saúde ou outros.

Dentre os relatos, destaca-se o de Carlos, o qual enfatiza a luta por uma adequação e ampliação dos atendimentos. Ressalta, ainda, a necessidade de adaptação à realidade do público, já que, atualmente, aumentou, visivelmente, o número de pessoas fazendo uso da rua como moradia.

Na época (*em que estava na rua*) o atendimento, ele não era tão amplo quanto ele é hoje. Mas, pra mim o atendimento foi tranquilo. Porque na época, da saúde o que a gente tinha era um posto de saúde de referência para população em situação de rua, que era o Carlos Chagas. E, só que o número de população não era tão grande. Mas, a gente sempre esbarrou em várias dificuldades, sabe. Eu acho que não em nível só da Assistência, mas de todas as esferas de políticas a gente precisa melhorar bastante, sabe. Ainda tá muito a desejar, sabe. Eu acho que não é tão difícil fazer uma política, né, voltada não só pra esse público, apesar da gente estar falando dele atualmente. Mas, não é difícil. Eu acho que falta um pouco é de interesse, de, do poder público como um todo. De reformular, né, essa política que a gente tá vivendo hoje, sabe. Na minha época tinha o Centro Pop, mas ele não abria aos finais de semana. Eu fiz oficina lá de teatro, do, lá tinha uma oficina de teatro, então, nós ganhamos até o 1º lugar no festival FIT na época” (Carlos).

Em sua fala, Carlos reconhece algumas ofertas as quais o auxiliaram, tal como a oficina de teatro. Entretanto, aponta que as adequações de alguns serviços aconteceram após muito trabalho nos Conselhos de Referência:

Muito trabalho, muita discussão, né, porque a gente tá aí tentando ampliar a distribuição das cestas básicas, tentando trazer uma cesta verde, né. Através lá da nossa militância no conselho, conseguimos, né, na época que eu estava na rua não tinha restaurante popular. A gente conseguiu trazer o restaurante popular, a gente conseguiu trazer, né, abertura do restaurante popular nos finais de semana e feriado, porque não tinha, né. A gente conseguiu, né, ampliação do atendimento do Centro Pop aos finais de semana e feriado, porque não tinha, né. A gente, então, tá tentando discutir uma ampliação, né, dos albergues de Belo Horizonte, porque são só 2 e não comportam o volume de pessoas que estão na rua atualmente. A gente tem 9 mil, né, pessoas quase na rua, aonde que a gente tem um abrigo no Floresta que atende 400 pessoas diárias. Tem o abrigo São Paulo que atende 100 pessoas. E o restante dessas pessoas? Isso, né, a gente tá falando de uma política centralizada. Mas e a política territorial, né? Aonde a pessoa não tem acesso à água, não tem acesso ao banheiro, não tem acesso à alimentação (Carlos).

Nessa parte do relato, Carlos apresenta outras dimensões para além das ofertas dos serviços públicos. Aparece a dimensão territorial. Os serviços mencionados por Carlos, Centro Pop⁴, restaurante popular, casas de passagem, são ofertas exclusivas à algumas áreas do município de Belo Horizonte, mesmo que o acesso seja amplo. O fator da mobilidade para acessar estes outros equipamentos também é um dificultador. Essa ideia parece compor uma justificativa a fim de que a aglomeração das pessoas na rua seja maior nessas áreas onde as ofertas, inclusive de doações, sejam maiores.

Ainda nesse fragmento, aparece a denúncia da falta de recursos primários como a água. Para a realização da higiene pessoal, banho e lavagem de roupas há o espaço dos Centros Pop, mas a capacidade e a localização não beneficiam a todos que deles precisam. Carlos apresenta mais um fator desconcertante. Como militante e atuante nas políticas, nos conselhos de direitos, menciona ser a “pobreza menstrual” uma frente em que atua. Afirma levantar essa questão no conselho, de que pessoas em situação de vulnerabilidade, ou desempregadas com a pandemia, não conseguem realizar a própria higiene, no caso das mulheres, não conseguem

⁴ O Centro Pop ou Centro de referência Especializado para População em Situação de Rua. Deve ser um espaço de referência, funcionando como ponto de apoio para as pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas. Devem oportunizar espaços para que ocorra a higiene pessoal, alimentação, provisão de documentação e espaço para guarda de pertences (BRASIL, 2011).

comprar nem um absorvente. Ainda assim aponta algumas alternativas que devem ser consideradas:

Um absorvente hoje tá caríssimo, coisa que teria que ser gratuito. Teria que ser igual preservativo, ir na farmácia e buscar, ter isso no posto de saúde e pegar, né. Como que pode, pede para a pessoa ter atos de higiene se a pessoa não tem um lugar para lavar a mão? Aqui em Belo Horizonte você pede para usar os banheiros dentro dos restaurantes, né, quando eles não desacatam você, porque realmente acontece isso, né, você tem que pagar 3 ou 4 reais para usar um banheiro. Banheiro só poder, né, fazer as necessidades básicas, porque se você precisar tomar um banho você não consegue (Carlos).

Nas falas de Clarice, pode-se perceber que seu contato com os serviços públicos se deu pelo centro de saúde, por um hospital onde realizou alguns tratamentos, pela equipe de consultório de rua, pelo serviço de abordagem social (SEAS), ao qual ela refere-se com frequência em seu relato, e ainda citou o CRAS e o acesso ao Programa Bolsa-Moradia. Em relação ao atendimento oferecido, afirma: “Só tenho que agradecer. Foi lá que consegui tratamento”, fazendo menção ao SEAS que intermediou o acesso, e continuou:

Tratamento de Lúpus, da hepatite, do meu psicológico também. Consegui também ganhar grandes amigos. Que me abraçou, brincou, divertiu comigo, me deu forças e está me dando. Então só tenho que agradecer a cada um deles. Família. A abordagem de rua é a família que eu nunca tive, que é o ‘Fulano’, a ‘Fulana’” (Clarice).

Em relação à própria sobrevivência, Clarice diz que recebia uma pensão do ex-marido o qual havia falecido, assassinado, e com esse recurso alugou uma casa em uma comunidade próxima, a qual já conhecia. Contudo, disse não ficar em casa devido aos muitos conflitos com as mulheres dos filhos, assim, preferia ficar na rua: “... Aí eu montei uma barraca de madeirite. Aí foi quando eu consegui o Bolsa-Moradia. Aí o pessoal do posto ali me ajudava, dali me ajudava (*fazendo menção a comerciantes próximos à praça onde construiu sua barraca*)”. E acrescentou: “Consegui ali, ó, fiz ali dois cômodos (mostrando um canto da praça). Aí começou a briga por causa da pensão, eu fiz esses dois cômodos e fiquei ali. Fiz banheiro. Fiz fogão. Tudo certinho”. Em menção à estruturação e à divisão do espaço (TAVEIRA, 2016), mesmo na rua, percebe-se um pouco da ideia da estruturação da habitação e

da funcionalidade de cada lugar. Aparece, de mesmo modo, o aspecto da privacidade mencionado por Àries (1985), mesmo que relativa.

Foi, nessa época, conforme Clarice, sendo acompanhada pelo SEAS, foi cadastrada e contemplada no Programa Bolsa-Moradia. Nesse período na rua, para sobreviver, Clarice ainda disse que “quando a minha pele não estava atacada, vendia paçoca”. Aqui, fez menção aos efeitos do Lúpus. Ademais, diz contar, atualmente, com doações e avalia como irrisório o Bolsa-Família o qual recebe.

Machado apresenta um outro olhar sobre a ida e permanência nas ruas, sobre o Bolsa-Família e uma compreensão de oferta que toca na saúde e, por que não dizer, em algo particular do sujeito:

(...) A realidade é que quem tá na rua é pela droga. É a droga. Mais específico o craque. Por isso que eu falo que é um caso de calamidade pública. Todo mundo tem família. (...) todo mundo é alguém na vida, é um cidadão brasileiro, né. Onde tá a Constituição? A Constituição não deveria valer só para prender, não. Se ela tem deveres, ela tem que ter direito, né. E tem que ser cumprido (Machado).

E o entrevistado acrescenta:

Por exemplo, todo cidadão tem direito à saúde, tem direito à moradia, à alimentação. Por que tem que morar na rua? Cadê as internação compulsória? Cadê o tratamento? Cadê? Isso é estado de calamidade pública. É falta de, é descaso do governo, é um descaso. Mas tá bom, né, eles dão um Bolsa Família, né, 95 real, 100 real pro usuário. Justamente o valor de 5 grama de droga. Não sei se alguém já falou, mas eu falo, sabe como que é que chama o Bolsa-Família na linguagem dos moradores de rua? Bolsa-craque (Machado).

Em relação à sobrevivência, ele aponta:

Ah! Na rua era tentar andar o mais certo possível, né. Porque a lei da rua, ela é rígida. Então era andar o mais certo possível. E sobreviver de alimentação mesmo era de restaurante, tinha uns lugares que eu ganhava já, tinha algumas famílias que eu conhecia que sempre me ajudava, né. Era até mais fácil. Não tinha tanta dor de cabeça. Mas é a vida, né? (Machado).

Sobre as falas de Machado é importante fazer vários destaques. Ao que parece, o entrevistado denuncia e questiona se apenas a transferência de um valor em espécie é capaz de auxiliar o sujeito no seu processo de organização.

Compreende-se que a oferta da política pública precisa existir e garantir o acesso dos sujeitos a um mínimo. E ao que mais? Há quem, pelos relatos, apresenta o abuso de droga como um facilitador para a permanência na rua, entretanto houve apresentações as quais a droga não faz parte do contexto. De modo geral, pergunta-se: qual o uso que se faz do ‘benefício’? A quem e em que medida ele serve? Em relação ao tratamento de saúde, que também é um serviço o qual precisa ser ofertado continuamente, não foram poucas, às vezes, que usuários do CREAS mencionaram terem acessado os equipamentos e apenas trocado de vício, da droga ilícita pela lícita (medicação).

Para sobreviver é comum, tanto na literatura (BRASIL, 2009) quanto nos relatos, recorrer à reciclagem. De acordo com o 1º Censo e Pesquisa Nacional (2009), a população de rua compõe-se, em sua maioria, por trabalhadores, sendo que 70,9% afirmaram exercer algum tipo de atividade remunerada e 58,6% possuem profissão. A atividade de catador de materiais recicláveis é uma das que mais se destaca (27,5%), seguida por ‘flanelinha’ (14,1%), trabalho na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador estivador (3,1%).

Essa alternativa aparece, de diferentes modos, nas falas de Machado, Guimarães e Cecília. No discurso de Machado, como já citado, a reciclagem aparece como meio para a construção e intervenção no próprio espaço e situação. O sujeito aponta achar muitas coisas interessantes no lixo e dar a elas um outro destino, uma outra função, ressignificando-o.

Nesse sentido, aparece na fala de Machado o seguinte:

... ninguém faz nada sozinho, né? Eu simplesmente projetei, bati prego, mas eu não fiz sozinho. Porque meus amigos da rua trouxe madeira. Meus amigos da rua reciclou prego. Meus amigos da rua trouxe resto de tinta, sombrinha, eles me ajudou. Então assim, eu sou dono só do projeto, a praça é pública. Tá aqui, eles entende, mas tem alguns que não entendeu ainda que a praça tá aqui pra eles mostrarem que têm talento. Mas eles não quer. Eles quer vim já colher o fruto, eles não quer plantar. aí fica fácil, né? (Machado).

No que tange à sobrevivência, os outros entrevistados continuam:

É reciclagem, é... é pegar um serviço que pinta aí pra mim carregar um entulho também,... trabalho de ajudante também. Sobreviver, né? Eu memo,

se fosse por mim mesmo, sou muito mais ficar com fome do que minha filha. Eu consigo ficar com fome. Ela não. Todo dia ela quer comida. Ela passa mal, ela tem aquele problema... ela tem pedra no rim... (Guimarães).

A estratégia da reciclagem também se repete na fala de Cecília, ao dizer que “Nós cata reciclado, eu peço, eu peço esmola, sento na porta da padaria e peço esmola. Latinha, vê latinha na rua, nós cata”.

Sobre o acesso aos serviços públicos, os entrevistados relataram, de modo geral, que sentiram-se bem-atendidos, mesmo não reconhecendo, de imediato, todos os serviços públicos pelos quais passaram ao longo da vida.

Pessoal da assistência social sempre passa aqui, tanto é que saúde marca consulta pra mim, me ajudou. Não tenho o que reclamar não. Eles são muito legais comigo. (...) Eles é que passam aqui mesmo. Eu só fui ter apoio mesmo depois que a casa ganhou visibilidade e tal, que começou a passar aqui. Porque quando eu tava na rua mesmo eu vivia aqui, ali, não tinha paradeiro não (Machado).

Já Guimarães, a princípio, não conseguiu citar nenhum, disse que “Nenhum. Que eles nunca me chamaram, nunca me chamaram”. Todavia, ao longo da conversa reconheceu a existência de outros equipamentos e ofertas, como o acolhimento institucional, mesmo sem ter tido acesso. E disse: “Ah não, eu vou falar com você a verdade, com todo respeito. Eu não gosto de ficar nesses abrigos, que a maioria desses abrigos dá muito estuprador, viu. Eu detesto umas peças dessas”. Conta, ainda, que em uma das saídas da prisão o informaram sobre um abrigo, mesmo assim não se sentiu à vontade para acolher-se no local. Mas também afirmou: “Eu tinha vontade de sair da rua, mas não para abrigo. Abrigo pra mim é a maior patifaria”. Outra oferta mencionada por Guimarães foi em relação à saúde. Disse acessar e ser bem-tratado no Centro de Saúde próximo ao local de sua permanência.

É bom, é bom. Aquelas enfermeiras lá é muito gente boa. Eles trata a gente bem. O pessoal que trabalha no balcão, que faz a ficha, também trata da gente, trata a gente bem. As enfermeira é muito, muito, elas têm educação pra conversar com a gente. Não é que nem na Upa (Guimarães).

Quando questionado sobre como seria na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), responde que “Nossa! Não. Na UPA, as enfermeiras grita com a gente”. Identificando, assim, alguma mudança no estilo de atendimento.

Cecília não apresentou, de prontidão, nenhum serviço a que acessou. Não obstante, aos poucos foi recordando e compreendendo, afirmando já ter acessado Centro Pop, Consultório de Rua, Centro de Saúde, Abrigo, Restaurante Popular, ser atendida na Regional e no CREAS pela abordagem. Disse avaliar positivamente os serviços ofertados e reconhecê-los como ajuda. Sobre como compreende essa ajuda disse:

Você tá falando de saúde, ajuda a preservar a vida da gente, contra a Aids, esses trêm. E com os documentos, como que fala...? Como que fala os povo? (apontou sentido regional/CREAS) (...) E os povo da abordagem eles fazem documento, eles ajudam a gente bastante. Fórum quando a gente precisa” (Cecília).

Aparece uma outra dimensão a qual se repete como demanda e auxílio, a orientação jurídica. ou o apoio nos assuntos e demandas jurídicas. Tanto Guimarães quanto Cecília referem-se à ida ao fórum e a problemas com a justiça.

4.3 Apoios, facilitadores ou dificultadores do processo de saída das ruas

Uma das intenções deste estudo é refletir sobre o que facilita a saída da rua, mas também o que faz com que os sujeitos permaneçam. A resposta, se é que existe, não é simples. Como já visto nos relatos, o fenômeno é complexo e os desdobramentos disso também. Tanto na fala de Carlos quanto na de Machado aparecem fragmentos identificando a importância de um apoio externo, de alguém o qual oriente, escute, para uma retomada de um projeto de vida, ou para vislumbrar alguma possibilidade de mudar de posição. Como pode ser percebido pelas seguintes falas:

...foi a pessoa não ter visto a gente nem como caso nem como causa. Visto a gente como ser humano capaz de mudar. (...) tem duas coisas, duas palavras muito parecidas, sabe, que, você deve saber disso, que é o assistencialismo e a assistência, né. São duas palavras muito parecidas, mas com significados completamente ao contrário, né. Porque você fazer assistencialismo é muito fácil, mas você dar assistência para quem precisa aí que é bem dificultador, né. Porque nem todas as pessoas têm esse olhar diferenciado, né. Então uma das minhas facilidades foi justamente, né, a

assistência. Foi eu ter procurado uma pessoa que realmente faz assistência, né. Trouxe pra mim um empoderamento a pessoa que realmente faz assistência, empoderamento, né, me mostrando, igual eu te falei, que eu era o único protagonista da minha história e somente eu poderia mudar aquela situação. E foi me mostrando os caminhos, né, então, e eu fui seguindo os caminhos que foi apontado. Então isso facilitou demais, né, eu chegar aonde eu cheguei hoje. Tanto é que hoje eu trabalho com a população de rua, né, represento a população de rua e tou com a população de rua fazendo isso que eu aprendi. Mostrando pra elas que elas são capazes, mas que tem um caminho a ser percorrido. E que esse caminho não é fácil, mas se você não percorrer, você não vai conseguir ter a sua autonomia, que é fundamental, né. E eu consegui, e graças a Deus, eu fiz esse caminho, sabe. E hoje eu tenho a minha autonomia, hoje eu tenho o meu respeito, né, hoje as pessoas me veem com outros olhos (Carlos).

Foi as pessoas que acreditaram em mim, né. Viu que eu tinha potencial. Dificultador? É quem não queria que eu ficasse aqui dando livro de graça, queria isso aqui pra estacionar carro. Esses aí foi dificultador, entrou com unhas e dentes. É... Isso aqui é um ponto muito bom para tá dando livro de graça, pra tá na mão de ex-morador de rua, né? (Machado).

Ainda sobre o que lhe estimulou a mudar de posição, Machado acrescentou:

Na realidade, um amigo falou comigo assim: "Assim como uma vírgula muda uma frase, uma atitude muda uma história". Eu cansei de ser visto como à margem da sociedade, ser visto com maus olhos. Eu falei, por que não fazer uma coisa diferente? Por que não fazer algo pra mim ser lembrado, falado, não por coisas ruins que eu fiz, mas por coisa boa? Não é porque eu era usuário de droga, que eu sou usuário de droga que eu só tenho defeito. Eu tenho qualidade, todo mundo que está na rua tem qualidade, né. Usuário de droga é um vício como outro qualquer, como quem é viciado em internet, então era vício. Minha mãe fala que tudo o que você faz em excesso é vício, né. Um vício muito pior é o vício de roubar do povo, né? Político rouba do povo. Isso é vício! (Machado).

Percebe-se que Machado possui uma postura crítica sobre a organização social e política no país. Reconhece que as pessoas possuem características particulares, algumas delas associadas à arte, à capacidade de transformação, à simbolização.

(...) Aí juntamente veio meu amigo e me falou da vírgula. Tanto é que tenho ali escrito na parede. Aí eu tomei uma atitude, virei um artista. Aí quando tava no sinal falou assim, o cara da emissora passou ali e falou assim: "Entrevista aquele rapaz lá que ele é um artista plástico", aí tudo começou aí (Machado).

Tal situação é semelhante à narrada por Medeiros (2010) ao apresentar alguns aspectos subjetivos encontrados nos depoimentos dos seus entrevistados. A

autora citada (2010), a partir das falas, aponta que um dos aspectos emergentes se refere à presença de alguém o qual auxiliou no processo de superação, não obstante o interesse e o desejo, mesmo com todas as dificuldades, do próprio sujeito querer assumir esse processo também aparecem como fator significativo. Tal apontamento corrobora com a ideia da importância de uma vinculação (ou transferência) do sujeito com o profissional que o atende. Fato exemplificado, por exemplo, quando Clarice afirma que os profissionais do SEAS são como sua família, a qual oferece apoio, palavra, cuidado.

Torna-se importante ressaltar que essa discussão sobre os apoios e reconhecer a figura de um outro como um estímulo também se aproxima da ideia de ancoragem. Serão os profissionais, pela transferência, um dos fios que ainda conseguem ligar o usuário do serviço à vida e ao seu lugar de sujeito?

Também aparece o ponto da oferta da moradia como um facilitador para a saída das ruas. Contudo, os usuários relatam sobre outras ofertas as quais necessitam estar casadas. Ainda assim, na situação de Clarice, mesmo após conseguir o benefício do Bolsa-Moradia, ou conseguir alugar um imóvel com dinheiro da pensão do ex-marido, tem diversas recaídas e retorna para a rua. Tanto que no momento da entrevista, a própria usuária diz compreender seu momento como de rua.

Clarice aponta como um possível facilitador para a saída a relação constituída com seus pares e um tratamento de saúde para se fortalecer:

O que me ajudaria, é tipo assim, tá vendo esse ali (mostrando o casal de amigos), eu oriento, eu coloco pra vacinar, eu consigo ir no posto. (...) Eu livreí uns 4 ontem da morte, sabe. Então, eu não consigo, eu posso estar em casa, mas eu quero estar preparada para poder ajudá-los. Não afundar junto com eles (Clarice).

E a entrevistada apõe:

Eu vou conseguir me afastando um pouco. Eu vou me resgatar, ter minha saúde, minha parte psicológica. Aí vou eu voltar, porque a minha raiz é daqui. Eles são meus irmãos, eu amo eles, eu cubro eles à noite. Eu amo. Eu lavo a ferida deles (Clarice).

A partir de tais relatos, percebe-se que há uma vinculação significativa entre Clarice e os seus amigos de rua, uma constituição quase familiar. Entretanto, sua

fala realça duas posições já que o enlace o qual a auxilia é o mesmo que, da forma como se sustenta, também a prejudica. Independente de qual seja a linha a qual separa ambas as posições, percebe-se, aqui, o que Broide (2019) elucidou como ancoragens. As relações sociais construídas parecem ser os fios os quais sustentam a vida de Clarice. As relações de cuidado que Clarice afirma realizar em prol dos seus amigos, defendendo-os, ou os cobrindo durante à noite, se parece com um papel de mãe, a mãe enquanto proteção, proteção tal qual a casa.

Sobre o que dificulta a mudança, já que foi contemplada há uns 5 anos com o benefício da moradia e, ainda assim, se considera em situação de rua, cita:

Eu quero, eu preciso, eu necessito de uma casa independente. O *notebook* eu já comprei. Eu quero ficar naquela casa independente eu, Deus e eu. Aí vou aprender a trabalhar com meu artesanato. E aprender a mexer com essa máquina. Aí eu vou poder ajudar eles. Agora, se eu ficar aqui do jeito que eu estou, eu estou afundando junto com eles. Igual essa noite mesmo, até agora eu estou sem dormir, sem almoçar...então isso me deixa triste, é como se tivesse batido num filho meu. Então eu tenho que sair para poder voltar, eu consigo orientar eles (Clarice).

E prossegue, afirmando ser uma pessoa tranquila, “da paz” e queria uma casa independente, afirmando que onde possui a sua há muitas outras pessoas, porta coincidindo com porta, sem privacidade, sujeito a tiros, conflitos diversos. Dessa forma, ao que parece, Clarice não se sente acolhida e protegida dentro do próprio espaço, não o reconhecendo como seu e, tampouco, como o recôndito lar. Assim, parece haver uma reprodução, uma repetição das condições da vida na rua, no entanto agora restrita a um espaço particular e não público.

A condição de saúde aparece recorrentemente nos relatos de outros sujeitos, ora como o dificultador do rompimento da rua, ora como a possibilidade de saída. Aspectos entrelaçados. Machado afirma acreditar que a ida para a rua está intrinsecamente relacionada ao uso abusivo de drogas, fator o qual também surge na fala de Cecília. Contudo, Machado parece ter uma visão clara de que, para esses casos, é necessária uma oferta de tratamento. Logo, remete-se à ideia explanada por Carlos da necessidade da execução casada das políticas, uma vez que só o benefício da Assistência Social, seja ele o Bolsa-Família, seja o Bolsa-Moradia, poderá ser insuficiente. Situação exemplificada nos relatos:

Bolsa-craque. Como que você dá dinheiro para o usuário? Como que o governo dá dinheiro pro usuário de droga? Ele não precisa de dinheiro, não uai. Ele precisa de um tratamento, né. Dinheiro ele já fica na rua pedindo (Machado).

Tinha que ser auxílio saúde. Eu tenho essa bolsa aí, mas desde essa vez aí que eu não pego, meu cartão quebrou e eu não tive necessidade de pegar também não. Necessidade não. Meu cartão quebrou, e eu tenho que tirar outra identidade e aí eu recebi só a primeira parcela (Machado).

Eu trabalho, tem que trabalhar, tem outro jeito não. Precisava dar condição de vida pra população, olhar pelos menos favorecidos, olhar pra tanta gente que tá na rua aí, jogado, largado. Aí eu pergunto, se dá 90 real, quanto que eles não ganham por trás disso? Devem ganhar alguma coisa. Devem ganhar, tem cabimento não, para estar do jeito que tá? Cada dia aumentando mais? Sinceramente, eu morei na rua, eu tou com a cena até agora na minha mente. É um estado deplorável que a cidade está. A cidade está num estado deplorável, nunca vi tanto barraco de plástico! Tanto barraco de coberta! Um dia eu fui num debate na rua da Bahia, aí era para falar sobre pessoa em situação de rua, então, aí primeiro falou os comerciantes: "Ah porque eu dou isso, dou aquilo, dou barraca, que dou comida, que dou isso". Enquanto continuar dando vai continuar do jeito que tá! Continue dando o peixe. Ensina a pescar! Isso é todo dia, "Ah não, hoje tal doação vai passar, hoje é dia de tal outra doação", já tem tudo, tudo... isso aí eles não esquecem não. Bolsa craque não esquece. A data, o dia da semana que cada doação passa, onde que cada uma para, quem que dá cada coisa. Isso eles não esquecem não (Machado).

No relato de Cecília, também aparecem alguns indícios sobre a necessidade de outras ofertas:

Tenho muito desejo de sair da rua! Nossa! Meu sonho sair da rua, ter minha casa própria, minha. Eu poder cuidar dos meus filhos, ajudar minha mãe. Que a minha mãe tá passando muita dificuldade. Minha prima, meus tios. (...) Todos estão em situação de rua (Cecília).

Nesse fragmento, Cecília apresenta uma consideração inquietante ao afirmar que vários familiares estão em situação de rua. Tais vestígios reatualizam a ideia de que algo repassado entre as gerações, algo vinculado ao pertencimento, ou até mesmo à lógica da repetição. Em relação ao aspecto familiar, a temática aparece no relato de Guimarães quando diz que sentia algum tipo de interesse pela rua, apesar disso manteria o vínculo com a mãe, a qual a visitaria a não ser se estivesse preso. Assim, para Guimarães, a construção da própria identidade parece ter passado por uma separação dos pais, como é relatado por FREUD (1908), o que se difere de um rompimento.

Retornando para a entrevista de Cecília, ao ser questionada sobre o acesso à Bolsa-Moradia, a jovem afirma já ter sido contemplada com o benefício, apesar de

não o ter acessado, e apresenta outras dificuldades para migrar para a casa. Relata considerar uma diferença entre os lugares da rua e da casa, atrelando o interesse pela rua à condição de não precisar lidar com as exigências e obrigações de uma convivência familiar em um espaço privado. Desse mesmo modo, aponta algum tipo de rigidez nos critérios e exigências do Bolsa-Moradia, como se a escolha da casa não pudesse partir do sujeito o qual irá habitá-la. Em relação a esse ponto, Cecília disse que “Tive (fazendo menção ao acesso ao benefício), mas a URBEL⁵ tem muita escolha, assim, contra as casas do Bolsa-Moradia. Eu fui e desisti”. Acrescentou que “a gente olhava, olhava casa do jeito que eles querem”. Entretanto, ao desistir, ponderou sobre o uso de drogas, dizendo não ter condições de ir para uma casa sem reduzir o uso. Dessa forma, sobre o que dificulta o retorno para o espaço domiciliar afirma: “Ah, a droga que não deixa!”. Sobre isso, acrescenta:

Porque é difícil a gente sair, sair da droga. E como eu uso droga, craque, eu não vou usar dentro de casa. Então, pra mim parar de usar, tem que ser aos pouquinhos. Pra mim não usar dentro de casa. Porque, se eu for pra dentro de casa, é pra mim ficar dentro de casa! Não usar droga dentro de casa. Porque, se eu começar a usar droga dentro de casa, eu vou querer... Às vezes, vou querer vender as coisas de dentro de casa, aí eu não posso. Aí eu não posso, né. E nunca Deus deixar eu fazer isso (Cecília).

Ainda sobre esse ponto, quando perguntada sobre o processo de parar, ou diminuir o uso, Cecília diz que muitas pessoas da igreja dali da redondeza passam oferecendo clínica de tratamento. Apesar disso, apresenta a saída em que diz acreditar: “Parar aos poucos. Aos pouquinhos vai. Eu mesmo tem que querer. Eu mesmo querer diminuir a droga”. Isto é, Cecília apresenta um elemento o qual aparece recorrentemente neste estudo, algo precisa estar enlaçado ao desejo do sujeito.

No que tange aos facilitadores da saída, sejam os percebidos por quem saiu, ou os idealizados por quem permanece na rua, outras considerações foram tecidas pelos entrevistados. Carlos discursa sobre a importância de retomar os sonhos, os projetos de vida e apresenta fatores os quais se interrelacionam com a experiência da rua:

...existem sonhos interrompidos. Então o que eu falo com eles (*Com as pessoas que estão em trajetória de rua*), eu realmente tive que fazer esse sonho retomar, né. E não existem sonhos, né, igual eu acabei de falar, se a

⁵ Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

gente não puder, não conseguir fazer a nossa parte, a gente não consegue retomar esse sonhos, sabe. E foi o que eu busquei. Foi trilhar o caminho, né. Eu sempre trago isso, da importância da pessoa poder, né, olhar pra si mesma, fazer todo um resumo da sua vida, né, porque antes as pessoas que estão na rua, muitas delas, têm seu direito violado, elas foram excluídas, elas foram largadas. Às vezes ela tá entregue, porque ela está deprimida, né. Muitas pessoas acabam virando, é, tendo problema de saúde mental, porque a rua, ela não é fácil, né. Então, no meu universo mesmo, né, é, foi totalmente, né, ao contrário. Porque que eu tou falando isso, porque como eu já tinha perdido minha mãe, meu pai, né, toda uma estrutura familiar, vínculo familiar, né. Ido pra rua. Então, o indicativo pra mim era daqueles mais terríveis possíveis. Então, se eu não conseguisse quebrar isso dentro de mim, eu não ia conseguir né, resolver uma particularidade minha. E é isso que eu trago pra cada um, sabe. Porque todo mundo tem sua particularidade. Tem o seu problema. A gente tem que se olhar e conseguir achar onde que a gente pode modificar aquilo. Foi isso que eu fiz. E a pastoral de rua contribuiu bastante nesse processo. Porque ela foi me mostrando, foi me moldando, né, justamente pra mim poder enxergar onde que eu poderia mudar, né, o que eu poderia fazer e como que eu poderia superar essa situação. E aí eu fui trabalhando isso dentro de mim. Lógico que não consegui trabalhar isso sozinho, precisei da ajuda deles, mas hoje, graças a Deus, o que eu aprendi eu tento passar pra frente (Carlos).

Nesse trecho, ecoam singularidades e cuidados. Carlos apresenta a importância de a pessoa conseguir olhar para si, identificar o próprio percurso e, quando não encontrar possibilidades de fazer isso por si mesma, contar com o apoio externo, como seria o caso da oferta da saúde mental. Destarte, reaparece o aspecto do apoio de um terceiro, ou da inserção da fantasia, do sonho, como materiais para a ancoragem acontecer.

Nessa mesma linha, acrescenta-se uma significativa colocação de Guimarães ao contar sobre a criação da biblioteca na rua em frente a um prédio comercial importante:

Pessoal do prédio aqui (*mostrando um imóvel atrás*) tava acabando de fazer o prédio, hoje tem nenhuma mais pra alugar mais, eu acho, nem pra vender. Olha pra você ver, "eu gastei 50 milhões num prédio e tem uma casa de morador de rua, uma maloca na frente do prédio". Ainda era uma casa de um cômodo só. Foi aí que eu falei assim 'Não, então vou fazer esse negócio ficar diferente, uai. Vou fazer minha casa virar uma arte'. Cobri as madeiras com sombrinha, decorei o jardim. Falei assim, vamos chamar atenção de outra maneira, então? Se não ia ser mais uma daquela lá, do centro (Machado).

Quando Machado refere-se “àquelas do centro”, diz das inúmeras barracas as quais se ampliaram nos últimos meses na localização central da cidade. Ele mesmo reconhece o aumento, indicando ter ficado assustado com o alto quantitativo de

barracas de plásticos, ou de cobertores pela região central, em especial, próximo à rodoviária. Afirmou ainda: “sinceramente, eu morei na rua, eu tou com a cena até agora na minha mente. É um estado deplorável que a cidade está. A cidade está num estado deplorável, nunca vi tanto barraco de plástico! Tanto barraco de coberta!”

Nesse mesmo fragmento, a atenção também se volta para um aspecto que Ceccarelli (2016) elucidou ao dizer que a identidade grupal é uma construção, assim, também está sujeita à mudança. Ao dizer que queria chamar atenção de uma outra forma, Machado demonstra haver um estigma sobre a (des)organização de quem está na rua, e ele quis fazer diferente, atrelar algo de beleza, de artístico, cultivar um jardim. A arte e estética parecem ter doado um impulso para a mudança de identidade e posição.

Ao afirmar que o apoio de um terceiro, o reconhecimento de um amigo ou de alguém o qual trabalha com a mídia reconhecer os seus talentos artísticos, Machado dá indícios da existência da necessidade do surgimento de um interlocutor que possibilite a aparição do desejo, conforme apresentado por Dias, Chaves e Neto (2017). Além disso, parece claro o enlace que se faz com a ideia de ancoragem (BROIDE, 2019), o ponto que amarra os fios dos sonhos e da vida também parece passar pela arte, pelo transformar ao dar um novo sentido ao lugar e à matéria-prima utilizada.

Ao contrário do que foi exposto pelos que já deram à rua outro significado o qual não o da moradia, Guimarães apresenta a sua dificuldade em romper com o atual estado:

Ah... isso é porque eu perdi minha mãe. Meu pai. Minha esposa, minha avó, meu avô. Minha prima. Minha vida na rua foi tudo isso mesmo. Só pela minha família, perder família. Aí a gente fica revoltado da vida. A gente fica revoltado da vida, aí ao invés da gente fazer besteira vai caçar outra coisa para gente fazer. É quando a gente vai fazer que a gente acaba caindo na cadeia. Aí cada vez que a gente cai dentro da cadeia, a gente vai aprendendo (Guimarães).

Aparece um ponto o qual chama atenção no relato de Guimarães. Ele diz que sua dificuldade em sair da rua seria amenizada com o acesso à moradia. Adicionou que seu histórico recorrente no sistema prisional também o prejudicou. Aliás, aponta como facilitador para esse processo, ao que parece, o acesso à renda e ao trabalho. Diz ainda que “alugar um comércio pra mim e fazer porta-joias, porta-retrato e

vender. Vender pra eu me ajudar minha filha”. Consequentemente, esse relato de Guimarães, o de Machado ao afirmar que precisa trabalhar, à menção de Cecília ao dizer da sua experiência no Programa Menor Aprendiz, demonstra um lugar importante que o trabalho deveria ocupar.

Um outro aspecto interessante que sobressaiu nos relatos correlaciona-se com o uso da reciclagem, mas vai além dela. O reciclar, o dar um novo sentido e significado, também diz da utilização do espaço, das coisas, da vida. Machado conta o que aconteceu com a sua biblioteca de rua após o incêndio o qual destruiu a casa na árvore onde havia na mesma praça:

A prefeitura desmanchou muita coisa. Eles falou que eu estava modificando o projeto. (...). Eu uni os dois quiosques, tinha um piso de madeira, tudo reciclado. Era um piso de madeira, tinha uma cobertura, tinha área pras crianças ler, tinha mais prateleira, tinha blindex, tudo reciclado. Mas eu acho que não é porque eu modifiquei o projeto, foi vaidade. Porque o que eu fiz com o lixo ficou melhor do que eles fizeram aqui com 73 mil reais! Deu mais visibilidade o que eu fiz com o lixo do que os quiosquinho de ferro deles aí. Entendeu? Eles queriam era enfraquecer o projeto, mas só ajudaram quando eles vieram e desmancharam. Deu mais mídia ainda. Eles achou que isso aqui não ia dar em nada não (Machado).

Em sua fala, Machado trouxe ainda mais detalhes sobre essa situação e assume um tom crítico, demonstrando sua forma de perceber algumas ações do governo e não parecem localizar-se, infelizmente, como apenas recentes. Assevera que o “Poder público não investe em cultura não. Eles quer povo culto? Como que eles vai por cabresto em povo culto? Povo burro é mais fácil de manipular, né?”. A afirmativa corre no sentido daquilo o qual se tenta manipular, manter a divisão daqueles os quais têm acesso à informação e à escolha e os que estão subjugados ao que um outro irá definir como o justo e o melhor. Nesse sentido, Machado ainda acrescenta, sobre o desmanche das suas adaptações e enfeites realizados na nova biblioteca após o incêndio: “A Casa Grande surta quando a senzala aprende a ler. No dia que eles vieram nós usamos essa frase aí, no dia que eles vieram e desmanchou aí. Surtaram”.

4.4 Discussão

Conforme Scarparo (2008), em situações gravíssimas, o que se relaciona com a ideia das situações sociais críticas trazida por Broide (2015), algumas pessoas sucumbem e outras conseguem se reerguer. Nada obstante, quando há um somatório de sofrimento, dor, uma exclusão de um lugar de pertencimento, de um lugar social, quando o que é possível para este sujeito é apenas da ordem da desvalia “o narcisismo será brutalmente atingido e esta injunção precisaria ser mais investigada” (SCARPARO, 2008, p.22).

Scarparo (2008, p. 46) também trata do que se discute nas trilhas percorridas por este estudo: “A concessão de benefícios, na Assistência Social, é paliativa, ainda que muitas vezes necessária” Nessa lógica, ressalta-se o que Carlos trouxe de modo taxativo em sua fala:

Outro dia, outro dia eu fui entregar uns alimentos na rua, a pessoa, “nossa, o alimento é essencial pro meu físico, mas você pode me dar um abraço?” Entendeu? Então, sabe, são coisas assim que a gente vivenciou isso e a gente sabe o que que é. A pessoa tá esquecida, tá largada, tá sozinha. Às vezes aquele abraço vai fortalecer ela tanto, que às vezes através de um abraço, de uma escuta, você faz a pessoa ter aquele empoderamento dentro dela e realmente mudar um pouco o modo de pensar, de agir, né. E isso ajuda bastante. E é isso que a gente tenta trazer um pouco, sabe. Pela vivência, pela experiência... (Carlos).

Ou melhor, ainda que seja indispensável tratar de uma necessidade básica a qual toca na própria sobrevivência, o *locus* de atuação da política não pode se restringir a uma atuação apenas emergencial. Há outras dimensões as quais precisam ser trabalhadas, ofertar, de fato, a acolhida, a escuta qualificada. Tal explanação também faz pensar sobre a ideia da concessão do absorvente higiênico citado por Carlos no que tange à pobreza menstrual. A questão será, somente, a entrega do item? Ainda nesse entretempo, ressalta-se outra fala de Carlos, comparando a atuação de qualquer política com a atividade de um médico, tendo etapas anteriores à intervenção propriamente dita:

É igual quando você vai ao médico. Quando você vai no médico, você não chega no médico, né, e ele já vai te passando a medicação. Primeiro ele vai

te escutar, qual que é a sua demanda, qual seu problema, vai, depois, ele vai te pedir um exame referente aquilo que você falou, pra depois ele ver seu exame, fazer um diagnóstico dele. Aí, só aí, que ele vai saber qual a medicação e qual tratamento certo que ele vai poder usar com você. É a mesma forma a assistência social. Ela tem que ser dessa forma, sabe. Não adianta você chegar e querer trazer várias coisas pra pessoa se você não sabe, né, qual que é a demanda daquela pessoa atual. Qual o problema dela atual. Então você tem que escutar, né, você tem que ouvir, e depois você, através daquilo, você sabe como vai trabalhar com aquela pessoa (Carlos).

Nessa lógica do diagnóstico processual, recorda-se do mencionado por Broide (2019) ao considerar que se deve escutar, escutar, escutar o que surge ali para, só depois, agir. Carlos apresenta essa ideia de forma muito clara em seu depoimento, trata-se de um processo, da construção do caso, da análise da demanda e do espaço para o desejo.

Outrossim, há ocorrências nos atendimentos realizados, no equipamento de assistência social, remetendo a algo semelhante ao trazido por Carlos. Quando uma usuária decide não ir para o abrigo ao qual demandou, ou quando se obtém a informação que o cadastro de uma usuária no Bolsa-Moradia não partiu e não seguiu por uma prévia construção com ela, a discussão do entendimento sobre o 'indivíduo de direitos' e o reconhecimento de um 'sujeito' se faz, novamente, presente. Nesse ponto, Scarparo (2008, p. 49) contribui afirmando que reconhecer um sujeito vai além da legitimação do "indivíduo de direitos", implica "dar lugar a uma via singular àquele que, *assujeitado* à sua história e contexto social, busca encontrar uma via de reconhecimento e expressão de uma palavra própria". A autora ainda vai além, apontando que a construção da cidadania, como um campo de atividade da assistência social, segue a mesma trilha da proposta ética pertinente ao campo da psicanálise, mesmo que não se confundam.

Em outras palavras, o papel da instituição precisa ser feito, ainda assim não basta existir vaga em uma instituição de acolhimento, não há resolutividade completa em contemplar alguém com um benefício de aluguel social sem que outras dimensões sejam consideradas. Será que a cidadania deve assujeitar as singularidades? Em outra situação, ouvindo um pouco da história de uma mulher com questões de saúde mental, ela apresenta que a relação fraternal não estava mais tão prejudicada porque encontrou o culpado de tantos conflitos: o diabo. Ao que parece, emana-se a necessidade, talvez, de ouvir o que compreende como o

diabo e como isto afeta, ou organiza, suas relações. Mesmo em situações de crise, conforme menciona Scarparo (2008), o sujeito está implicado em seus atos, mesmo que isso não signifique que, judicialmente, responda por eles. A autora reforça que, para a escuta ocorrer, é imperativo que um outro esteja disponível para este ato ocupe um lugar de quem não possui um saber anterior sobre o sujeito, e, por isso, se coloca a escutá-lo. Assunto semelhante ao trazido por Ceccarelli (2016), ao falar da contratransferência cultural, em que a psique pode constituir-se, diferentemente, de acordo com a expressão cultural a qual lhe serve de berço. E é a partir da relação transferencial a qual surge a possibilidade de uma construção de hipóteses que poderá nortear a direção dos atendimentos.

Na história relatada por uma jovem e dela para a rede, ela sai da casa do avô, por quem afirma nutrir carinho, mas também tê-lo recebido pela via de mão dupla e diz ter ido para a rua conhecer a mãe. A genitora, de quem a pesquisadora só ouviu dizer, parecia ter uma relação de poder entre aqueles os quais se localizavam sob o viaduto. Parecia ameaçar alguns, permitir, ou cercear, como aconteceu em busca ativa no espaço da rua, a conversa com outros sujeitos os quais ali estavam e delimitar seu espaço para uso de drogas, sem que os profissionais que ali estavam a atrapalhasse. Também há a constatação do afastamento da genitora do abrigo onde esteve por agressão a uma outra moradora do local. Ou seja, a figura da genitora parece ocupar esse lugar de poder, de influência. E, nessa lógica, que, após anos de vida nas ruas, a jovem, filha, é encontrada na rua, rodeada de homens, dando ordens, falando o que quer, o que cada um precisaria fazer, assumindo o seu poderio à semelhança da mãe, como ela mesma menciona para a equipe de abordagem e tal assunto é tratado em reunião de discussão de caso.

Nesse íterim, quais as semelhanças possíveis quando Freud (1909) trata do desenvolvimento normal da criança ao querer se separar dos pais? Ao que parece, o que se reconhece aqui é uma aproximação à imagem idealizada dos pais, no caso da mãe, em que assume e obtém controle sobre os pares, quer ser como a mãe, àquela a qual tem autorização para poder e o exerce, uma mãe idealizada. Tal situação também poderia se encontrar com a ideia de repetição (FREUD, 1914), repetir um comportamento familiar para se perceber enquanto membro daquela família, como descendente.

Ademais, para Freud (1914), é preciso tempo para que o sujeito elabore o seu processo de repetição para quem sabe, poder superá-lo. Nessa lógica, a história

dessa usuária precisaria ter continuado a ser ouvida, ou, quem sabe, não está sendo contada para outros dispostos a ouvi-la?

Infelizmente, a escuta aos sujeitos parece, muitas vezes, encontrar-se surda. Em paralelo, a escuta do trabalhador, também enquanto sujeito, não acontece se não é ofertado, por exemplo, um espaço para discussão de caso ou de supervisão. Esta, preconizada na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (BRASIL, 2013), não tem sido uma oferta recente aos trabalhadores do SUAS-BH. E Scarparo (2008) apresenta uma experiência semelhante em seu trabalho de supervisão de equipes da assistência social, afirmando que, nas reuniões do trabalho, "Não há discussão de caso ou, quando há, predomina o que fazer, a tarefa, não emergindo a fala do sujeito na relação com esta rotina. O que está ausente é o sujeito do inconsciente" (SCARPARO, 2008, p. 64).

A autora ainda acrescenta que uma demanda de supervisão, tão preciosa ao campo psi, é muito penosa em se sustentar a sua necessidade quando ocupa um lugar diferente do controle e da fiscalização. Ainda sobre a supervisão, Scarparo (2008) discorre dizendo que, na reformulação da implantação do SUAS, essa ferramenta passa a ser espaçada, perde seu caráter de acompanhamento dos casos para dar lugar ao aspecto administrativo, institucional.

Sobre a supervisão clínico-institucional, Broide e Broide (2015) apresentam que o discurso psicanalítico redimensiona o lugar da palavra, ocupando o nível da transmissão o qual não se dá por completo, de um não saber sobre o todo. Sendo assim, acrescentam que a supervisão seria a criação de um espaço de produção de saber, do surgimento de questões e falas sobre a própria prática e, ao falar sobre ela, também se escuta. Ponderam, ainda, que:

O discurso psicanalítico opera, então, possibilitando efeitos de transmissão pelo fato de introduzir mudanças nas funções exercidas, ressignificando a assistência e seus técnicos, destituindo-os do lugar de meros operadores da convivência e ressocialização (BROIDE e BROIDE, 2015, p. 156).

Desse modo, a supervisão seria o espaço, o hiato, onde brotaria a possibilidade de repensar e ressignificar o lugar e a oferta da Assistência Social. Oportunidade de interrogar-se como poderia ser possível atuar de uma posição de quem já sabe o que é o melhor para o sujeito, do que ele necessita e do que lhe será entregue. Essa perspectiva parece estar contida na proposta discutida por Ceccarelli (2007, 2016) ao citar o choque mitológico e a contratransferência cultural como um

empecilho para ofertar a escuta e acessar o sujeito. Outrossim, Broide e Broide (2015) afirmam que a supervisão é dinâmica, um mecanismo em movimento, não definida a priori e é uma estratégia potente para a equipe suportar a posição do não saber e criar construções coletivas no trabalho. E concluem:

A supervisão possibilitou, de forma geral e compartilhada, recuperar o atendimento dado à família, ao caso, ao sujeito escutado, uma vez que possibilitou descolar o atendimento realizado da mera verificação do cumprimento das condicionalidades pelas famílias. Recuperar o valor da clínica, da escuta e da discussão de um caso foi elemento possibilitador de novas abordagens (BROIDE E BROIDE, 2015, p. 158).

Para além da supervisão, entendendo a necessidade de colocar-se a trabalho, retorna-se para a discussão sobre a permanência na rua. As impressões as quais foram percebidas a partir dos casos narrados levam a pensar que a saída da rua é algo possível, embora por meio de ações conjuntas e processuais. A contemplação em um benefício de moradia não garante que a saída ocorra, mesmo que seja uma estratégia. Assim como ter a moradia da família pode não ser, necessariamente, um fator de proteção, quando os conflitos psíquicos parecem se sobrepor à qualidade da relação familiar. Essa reflexão correlaciona-se aos resultados encontrados por Medeiros (2010), em sua pesquisa, ao expor que, a partir dos relatos dos entrevistados, foi possível afirmar que há a presença de momentos/fatos/processos os quais incentivaram a saída da situação de rua, sendo esse caminho estimulado e favorecido de acordo com o atendimento prestado a essa população.

Essa situação é claramente exemplificada na entrevista de Carlos em que relata que um grande facilitador foi ser tratado como ser humano, não como um caso, ou causa. Carlos pontua, ainda nesse sentido, que foi preciso ter orientação sobre o que fazer, todavia o caminho precisou ser percorrido por ele, só por ele.

Porque eu me envolvi muito com a Pastoral de Rua, e a Pastoral de Rua ela tem uma política voltada para esse segmento. Aonde que ela também, ela, porque na época, ela não me acolheu como caso, nem como causa, ela me acolheu como ser humano. Me mostrando a necessidade d'eu poder mudar a minha vida. E me mostrando também que isso dependia só de mim, né. Que eles não conseguiriam mudar a situação, que isso dependeria só de mim e que eu teria que fazer esse movimento, essa parte, né. E eu fui interagindo, né, em todos os processos da Pastoral, né, de reunião, de militância mesmo, sabe... (Carlos).

Medeiros (2010) objetivou colher, em suas entrevistas, informações sobre os motivos objetivos e subjetivos os quais favoreceram com que os entrevistados saíssem da situação de rua. Ao compilar os dados obtidos pondera:

De acordo com os objetivos analisados, que incentivaram a saída da situação de rua, pode ser constatado, como consenso entre os entrevistados, a questão do trabalho e do emprego. Já com relação a questões mais subjetivas apontadas nos depoimentos pelos sujeitos entrevistados, temos o desejo/vontade e o “acreditar” em si na capacidade de sair da situação (MEDEIROS, 2010, p.165).

Em relação ao aspecto do trabalho e geração de renda, a Prefeitura de Belo Horizonte, em 2019, teve um programa aprovado intitulado de “Estamos Juntos”⁶, o qual trataria da “reinserção” de pessoas com trajetória de rua no mercado formal de trabalho. Compreendendo que o trabalho é uma fonte de percepção e construção da própria identidade e possui sua importância psicológica (CLOT, 2006), a proposta de uma intervenção, nesse sentido, soou pertinente como mais uma oferta para o rol de uma conjunção de atividades necessárias. Visto que, como citado anteriormente, as ofertas devem ser realizadas em um combo de ações, conjuntas. Contudo, para quem atendia aos usuários da política de modo esporádico, a partir de uma procura espontânea desses sujeitos ao equipamento de Assistência Social, a articulação necessária para que a intervenção se efetivasse foi prejudicada.

Esclarece-se que o *locus* de onde essa impressão ressoa é do atendimento de um dos CREAS do município, compreendendo que a experiência das casas de passagens e acolhimento, por ter um contato mais constante com os usuários e com a própria secretaria de Assistência Social, pode ter sido outra. O ponto que se quer expor é que, após o interesse do sujeito pelo programa e as orientações pertinentes quanto ao encaminhamento, era agendada uma entrevista para o usuário no órgão do Sistema Nacional de Emprego (SINE) em que seria avaliado qual percurso seria mais viável para o perfil e experiência profissional de cada um. Uns seriam encaminhados para cursos profissionalizantes, outros para alguma vaga de trabalho.

⁶Lei Nº11.149, de 8 de janeiro de 2019, que institui o programa cujo objetivo é fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas, no Município de Belo Horizonte. Disponível em <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1205582>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Um dos desafios era, caso surgisse a vaga, o curto tempo para que o candidato fosse acionado, considerando a dificuldade em entrar em contato com pessoas as quais estão na rua e quase sempre não possuíam telefone. A dificuldade maior de contato, parece, estava com os serviços de abordagem e atendimento à demanda espontânea.

Um dos sujeitos que passou pelo CREAS e se interessou pela oferta relatou ter ido a este primeiro momento, o da entrevista. Em sequência, encontrou uma forma de fazer contato telefônico com o CREAS e ligava, semanalmente, para saber se havia algum retorno. Contudo, a equipe de referência não possuía nenhuma notícia sobre o processo, inclusive, a agenda a qual era compartilhada para que as marcações e encaminhamentos fossem realizados, parou de ser aberta. Nenhuma informação oficial chegou para os profissionais os quais trabalham nesse equipamento e, assim, a oferta ao usuário também ficou prejudicada.

Retomando à citação de Medeiros (2010), em relação aos aspectos subjetivos e objetivos, também se encontra evidências na fala de Carlos:

Mas eu acho que a gente precisa de políticas estruturantes, né. Se a gente não conseguir buscar uma política estruturante, a gente não consegue estruturar essas pessoas que estão buscando a política mesmo, sabe. Na minha época, eu que corri atrás, mas as dificuldades daquela época são as mesmas de hoje, né. Hoje ainda é pior, porque além da gente ter um número muito maior da população em situação de rua, a gente vê a política praticamente, né, acabar. A gente não vê uma política ampliada, uma política complementar, sabe. É isso que a gente briga muito lá no conselho, cobra, né, não só no conselho de Assistência, mas no conselho de Segurança Alimentar também. No conselho de Habitação, que eu não faço parte, mas às vezes participo. Eu acho que essa política ela precisa ser conjunta, pra gente poder realmente minimizar um pouco esse impacto social (Carlos).

O que Carlos traz em seu relato parece corroborar com as hipóteses deste estudo. Ele apresenta a possibilidade de saída como um conjunto de ações e não intervenções isoladas. Identifica, com muita clareza, a necessidade de uma articulação das ofertas as quais sozinhas não farão sentido. Apresenta, ainda, um entendimento de que algo precisa partir do próprio sujeito, mesmo que seja um caminho conturbado e sem atalhos. E apõe:

...se a gente não tiver essa interlocução entre as políticas, a gente não consegue. A gente sabe que a Assistência precisa da Saúde, a Saúde

precisa da Segurança Alimentar, A Segurança Alimentar precisa da Habitação, e a Habitação precisa de uma Transferência de Renda e Geração de Renda pra virar uma política completa. Não adianta você dar casa para a pessoa, colocar ela lá dentro, mas ela não tem como se manter naquela casa. Ela vai fazer o que? Voltar pra rua, né. Então é um pouco isso. Não adianta você também dar uma assistência pra pessoa, sendo que você também não dá um mínimo de condição da pessoa ter acesso à sua moradia, né (Carlos).

Entrementes, percebe-se que Carlos reflete sobre a fragilidade de ações isoladas, identificando algo o qual, apesar das tentativas, ainda não parece ter sido possível. Essa costura precisa ser feita com uma linha bem forte, duradoura e não se rompa ao ser submetida a uma mudança de gestão ou governo. Da mesma forma, torna-se preciso considerar o processo único dos sujeitos envolvidos, como já exposto em outras falas.

Outro ponto merecedor de ser trazido à tona diz respeito ao exercício da autonomia, compreendida como um caminho contrário às práticas assistencialistas e criadoras de dependência. Nesse cenário, não soa contraditório pensar que a pessoa em situação de rua busca a regional por conta própria, informa sobre sua situação de rua e quer acessar o CadÚnico/ Bolsa- Família, bem como a gratuidade do restaurante popular, que lhes são direitos, não possa agir dessa forma? Diz-se querer trabalhar a autonomia do usuário, mesmo que de forma sustentada, no entanto lhe impede um acesso direto a algo o qual lhe é dado como direito. Para tanto, é imperativo que algum profissional, com o mesmo cargo daquele que trabalha no setor de transferência de renda, lhe entregue um encaminhamento, como se fosse para “atestar” algo da ordem do autodeclarável. Retificando, o papel desse profissional que pode, e deve, também oferecer a escuta, é escrever e assinar o que o sujeito autodeclara. Como se a assinatura e o carimbo fossem os grandes atestadores da verdade.

Ainda nesse ponto, torna-se importante esclarecer que, por mais que o caminho percorrido pelo usuário da política e a indicação a qual passe por algum técnico seja para introduzir a chance de conhecer esse sujeito e criar algum vínculo, soa contraditório que seja um processo obrigatório para que o sujeito possa acessar o que lhe é direito. A escuta deve ser proposta como mais uma oferta da política e uma intervenção, entretanto não como um pré-requisito ou uma situação de carimbadores de encaminhamento, apenas.

No percurso, o qual o sujeito trilhar, poderá contar com alguns apoios, ou ancoragens. Esses podem ser os facilitadores para uma “superação” da situação de rua, ou podem ser companhias para minimizar o desamparo, ou qualquer outro papel/função que se crie. Abaixo do céu aberto da praça em que a entrevista de Clarice foi realizada, as relações construídas por ela, as quais ela narra, também se fizeram vivas naquela cena.

Enquanto a entrevista acontecia na rua, com os cuidados exigidos devido à pandemia, vez ou outra, a amiga de Clarice chegava por perto, perguntava sobre a vacina contra a Covid-19, se poderia beber após vacinar. Um pouco depois, um homem chega à pracinha, deixado pelo consultório de rua, após ser levado para vacinar-se. Era o companheiro da amiga de Clarice. Chegou próximo ao aparelho de ginástica da academia da cidade, onde a entrevista ocorria, e Clarice passou-lhe a garrafinha de pinga, após tomar um gole. O homem e a namorada ficaram um pouco afastados para que a entrevista continuasse. Em algum momento, o casal pareceu discutir, aumentaram o tom de voz e Clarice, prontamente, falou mais alto e interveio, como quem questiona o que acontecia. Após a intervenção de Clarice, o casal se acalmou. Em seu relato, Clarice menciona que suas grandes companhias são os seus amigos, o casal e outras duas pessoas. Diz cuidar deles, tê-los salvado da morte um dia antes, cobri-los durante a noite. Parece que Clarice assumiu um papel importante nessa vinculação, o papel de quem cuida, de quem orienta, chama a atenção, quem dá carinho. São novas relações, porém parece repetir o papel da função de mãe.

Uma outra curiosidade sobre essa experiência foi uma pergunta feita por Clarice, enquanto era informada da proposta da pesquisa: como esse estudo poderá ajudar as pessoas? Foi uma excelente questão.

Retomando o discutido sobre o Mal-Estar, Freud (1930) apresenta a situação da rebelião da psicose como uma fuga do sofrimento. A esse ponto, relaciona-se com o caso da usuária a qual busca alguma minimização do seu desprazer e conflito com o outro, afirmando que sua relação afetiva com sua irmã, a qual foi quem acionou o serviço de urgência para sua internação involuntária, teve uma melhora momentânea ao compreender que era o diabo o responsável pelo conflito entre elas. Sendo assim, ela atribuía a um outro a responsabilidade pelo comportamento da irmã, do qual não concorda e se ressentida, eximindo-a e tornando a relação, naquele momento, possível.

Ainda sobre o caso dessa usuária, romper com a família, talvez, fosse uma forma de diminuir o seu desprazer, seu sofrimento. A sustentação por parte da família de um quadro de surto também poderia ser pesada demais. A cruz a qual a usuária diz precisar carregar, pois que quer entrar nos céus, faz parte do sofrimento o qual assumiu para si como salvação. Evita-se algum desprazer ao se afastar, entretanto há uma cruz a qual precisa ser carregada pela possibilidade futura de um lugar no paraíso.

O mito de Diógenes também contribui com a exemplificação do mal-estar relatado por Freud (1930). O filósofo mantém a postura em não limitar os próprios desejos em prol de uma vida relacional, escancarando uma tal liberdade a qual ninguém mais possuía, fazendo emergir algo da ordem do insuportável. Tal situação é exemplificada pelas falas de Machado e Cecília, ao dizer que a vida na rua tem algo de mais “fácil” do que uma relação familiar próxima e domiciliada e de precisar assumir a responsabilidade pela própria casa e contas.

Outro apontamento interessante surgido é a ideia de que o sujeito sai da rua, todavia o difícil é a rua sair do sujeito. Frase trazida por Carlos. Ao falar mais sobre isso, Carlos menciona sobre os hábitos criados, após viver muitos anos na rua, e diz de uma organização específica para esse modo de vida. Ainda pontua sobre os horários, responsabilidades, cuidados os quais a casa irá exigir e seguem padrões diferentes da rua. Estando em casa, precisará ter equipamentos básicos e buscar o próprio almoço, diferente de quem está na rua e procura o restaurante popular, num horário determinado, como exemplificado por ele. Ele diz que o difícil são tais hábitos deixarem de existir. O interessante é que, paradoxalmente, mesmo que a oferta concreta precise ocorrer, por exemplo, ofertar escola, tratamentos de saúde, moradia, há um movimento cujo recurso só pode advir do próprio sujeito. As saídas, mesmo que ainda vinculadas à rua, são encontradas ou criadas pelo sujeito.

O uso abusivo de drogas é outro tema que aparece com frequência nos relatos, ainda que assuma aspectos diferentes. Tal situação aparece no Mal-Estar, sendo os tóxicos uma das formas narradas por Freud (1930) para afastar o sujeito do seu sofrimento. Ademais, o texto também contribui na discussão sobre a situação enunciada por Cecília, ao dizer que na rua não há “encheção”, não precisa obedecer a ninguém. A vida, no ambiente privado, está sujeita a regras de convivência, a tarefas, a exigências. Machado também cita isso ao dizer que, na rua, não se precisa pagar contas, situação a qual se altera completamente quando domiciliado.

Será o mesmo ponto elucidado por Diógenes? Será o mesmo desconforto o qual ele despertava nos demais habitantes?

Logo, percebem-se outros vestígios com a teoria aqui narrada. A casa permaneceria sendo o local do refúgio, o porto seguro almejado em rememoração ao útero materno, tal como citado por Freud (1930)? De qual ideal de casa o sujeito fala? Será aquele mencionado por DaMatta (1991), o contraponto da rua indistinta, da terra de ninguém? A rua também possui suas regras, no entanto estar em um ambiente privado também exige renúncias. O não renunciar causa desconforto, apresenta o incômodo, o insuportável para os outros cidadãos da polis?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o que faz com que as pessoas permaneçam em situação de rua foi um grande desafio. Muitos enredos, possibilidades e dificuldades atravessaram a trama.

Inicialmente, apresentou-se a relevância deste estudo, já que, para além do aumento significativo e perceptível de pessoas em vivência nas ruas, há o fato de que as estatísticas existentes e demais bibliografias apresentam informações voltadas para a chegada à situação de rua. Ou seja, são poucas as produções as quais discutem o processo de saída, ou a permanência na rua.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho consistiu em compreender as circunstâncias envolvidas na trajetória de vida nas ruas dos sujeitos entrevistados, considerando os aspectos subjetivos da permanência nessa condição.

Para tanto, fez-se uma construção teórica em torno da moradia, da distinção entre os espaços da casa e da rua, da figura mitológica a qual representaria o morador de rua. Ademais, contou-se com alguns pressupostos e leituras de base psicanalítica como contribuição para as discussões, especialmente, no que é tocante à singularidade, à história que cada um pode contar de si nessa travessia pela rua.

Assim, apresentaram-se os cinco relatos de sujeitos entrevistados sobre a vivência na rua, seus desafios, apoios, métodos de sobrevivência e as facilidades, ou dificuldades em sair da rua, isto é, o que faz com que, de algum modo, a

permanência perdure, ou o rompimento seja possível. Para tanto, as entrevistas foram propostas para sujeitos os quais viveram na rua, no entanto, atualmente, estão domiciliados, e sujeitos que ainda permanecem em situação de rua. Destaca-se que o processo de querer saber do outro, do que ele traz, dá oportunidades para um espaço amplo, aberto, em que várias outras experiências podem surgir e surpreender. Igualmente aconteceu, e a entrevista também contemplou uma pessoa cuja vivência parece pendular, em um ir e vir atravessado pela rua.

Diante da experiência, do contato com os sujeitos, das suas narrativas de vida, o terreno das reflexões tornou-se ainda mais fértil. Na análise sobre o desejo pelo tema, e fruto do trabalho analítico da pesquisadora, a casa, o próprio lugar, é tema recorrente. Em que medida a construção da identidade, da passagem pelos processos identificatórios, está vinculada à construção da própria relação com o espaço? O que parece ainda mais curioso e intrigante é que, mesmo que o conteúdo mude, alguns posicionamentos tendem a se repetir no comportamento do humano.

Para conceber um lugar como um espaço próprio parece ser preciso destinar afeto, desejo e sentido, contudo, nem sempre é fácil sustentar a mudança para que isso ocorra. Sendo o lugar público, ou privado, não é a questão em si. Mudar é um processo complexo, mesmo que a sua casa possa ser levada nas costas.

O ponto o qual parece ser o alvo das repetições humanas é que, independente, de que espaço seja e para qual se migre, há uma tendência em recuar diante da mudança. Por mais que o incômodo seja perturbador, no momento em assumir a responsabilidade pela escolha, titubeia-se. Sente-se como se fosse melhor e mais seguro retornar para onde se estava, permanecer onde já se conhece, com os laços os quais já foram feitos (fixações da neurose? Ou sobrevivência psíquica?). Será que o mesmo ocorre quando uma pessoa que está há anos em situação de rua decide, por oferta ou por iniciativa, ir para um abrigo, ou algum outro estilo de moradia, perto da data da ida, desiste? Há algo insustentável que promove o movimento da mudança. Mudar de casa, sair (ou ir para) da rua. Depois que se movimenta, tende-se a fazer um esforço para retornar ao que estava antes. Isso vale para casa, para rua, para os vários campos da vida. O que faz com que esse movimento de retorno ocorra? O que falta, por tantas vezes, para sustentar o desejo da mudança? Será que o retorno ocorre por ser uma posição libidinal conhecida?

Outras tantas questões invadiram e invadem a cena: Por que não conseguem sustentar a casa? Qual a limitação, ou dificuldade? O que torna essa sustentação tão pesada? Lembrando que os conflitos familiares e a divisão de um mesmo espaço na aspereza do cotidiano pode ser muito difícil. A ida para rua pode ser, mesmo com todo o sofrimento envolvido, uma saída ética. Mas e a permanência?

Importante salientar que a discussão realizada neste trabalho não possui a pretensão de convencer aos profissionais da Assistência Social adotarem a prática psicanalítica, ou dizer que é preciso ser psicanalista para atuar na política pública. A intenção é que a diferenciação entre os sentidos os quais a clínica incorpora possa ser discutida e praticada e, mais ainda, que alguns pressupostos da teoria psicanalítica possam sim ser incorporados ao arcabouço teórico prático da Assistência Social. Broide (2006) e Broide (2015) também reforçam isto ao afirmar que a psicanálise pode contribuir com a construção de uma metodologia inovadora na medida em que expande para o surgimento do sujeito.

A psicanálise pode contribuir ao interrogar o que está invisível. E não é esta a política que tanto se dispõe a trabalhar com aquilo que é negado? Com os invisíveis e marginalizados? Pode ser mais uma aposta para a reflexão política, metodológica e ética na realização do trabalho no âmbito social. A psicanálise não se resume a uma prática individualista e no consultório e não desassocia o sujeito da trama social a qual se insere. De mesmo modo, pode oportunizar uma escuta a qual mobilize algo no sujeito e isto, somado ao trabalho em rede, que também é inerente desta política, não é pouca coisa.

Não se trata de desconsiderar a dimensão social, econômica, porém de incluir mais uma, a do Inconsciente. E, assim, quem sabe, oferecer espaço para que o sujeito apareça e seja demarcada a diferença entre o pedido/necessidade, demanda e desejo. Além de oferecer a escuta aos 'usuários' pode ser uma "brecha" para que ele, como sujeito de fala, assim se reconheça. Garantir direitos parece se aproximar muito em reconhecer quem são os destinatários destas garantias, reconhecer, mais que usuários das políticas, que se trata de sujeitos.

Mais que conceder benefícios, o que diante de uma necessidade iminente exigirá uma atuação mais concreta, é preciso considerar o lugar que o sujeito ocupa na trama social, de onde ele fala e age. Tal como Ceccarelli (2016) contribui com a discussão sobre a 'Contratransferência Cultural', realçando a existência de uma

diversidade de expressões culturais as quais a psique poderá ser composta e da habilidade em não permitir que as diferenças atropelem a escuta.

É possível encontrar nesse público da rua o lugar de falta, a falta desejante? Se houver, ainda há chances de se fazer apostas. E esse desejo, o qual evidencia a vida, não pode ser silenciado. A escuta precisa se manter ativa, fiel, ética, frente a corpos, muitas vezes, malcuidados, malcheirosos, abatidos. Que a escuta não se ensurdeça frente ao mal-estar o qual esse Outro possa causar. Salienta-se ainda que a proposta não é construir algo para o outro, é fazer uma aposta conjunta, com o outro.

Além disso, sob outra perspectiva, aparece como interrogante o lugar que é dado ao trabalhador que tem as pessoas em situação de rua como público. A relação, (talvez pela transferência?) é de um reflexo. O mal-estar causado pela situação é refletido pelo trabalhador para os pares e gestores. A impressão é que os trabalhadores ficam tão marginalizados no sistema institucional quanto os sujeitos em situação de rua no âmbito social. Broide (2006) reforça essa ideia, conforme já mencionado. Isto é, o trabalhador é o anunciante do desconforto, do mal-estar, do beco sem saída em frente ao precipício ao qual o sujeito que recorre à Assistência Social, muitas vezes, se localiza. Conforme Ceccarelli (2017) aponta, os processos identificatórios que constituem os sujeitos são inseparáveis da organização simbólica da cultura.

Torna-se importante salientar que se compreende o processo de realização como um fenômeno complexo, multicausal, assim como pontuado na legislação. Desse modo, não se pretendeu apontar respostas conclusivas, ou universais para a questão que motivou este trabalho. Nesse sentido, na perspectiva de elucidação do sujeito que acessa à política de assistência social, seja ele com trajetória de rua ou não, pretendeu-se discutir formas desse sujeito poder aparecer, não para penalizá-lo, ou responsabilizá-lo pelas condições em que vive, apesar disso para reconhecer o que dele, da sua história singular, configuração e formação pode estar presente na cena da política e da sua própria vida.

Cabe ainda acrescentar mais alguns pontos nessa tessitura do cotidiano profissional e relacional: é sabido que as políticas públicas necessitam construir estratégias de intervenção a nível macro e, mesmo sem a intenção de apresentar uma conclusão ou uma resposta generalizável, parece que um caminho se irrompe com mais clareza neste estudo, o sujeito precisa aparecer. As respostas prontas, ou

os benefícios existentes, precisam estar atrelados ao momento do sujeito e ao desejo. E para que um trabalho seja possível, quer seja uma construção de saída das ruas, ou seja outra oferta e proposta da Assistência Social (ressignificação dos processos de violência e violação de direitos para um estilo de vida mais protetivo, cuidadoso, saudável, por exemplo), é preciso haver espaço para o ressurgimento do sujeito e para isso é imprescindível uma postura ética e oferta de uma escuta.

Há um contexto do qual não se pode fugir. Há ofertas que o Estado, seja qual ele for, precisará assumir como sua responsabilidade. Há ofertas que são estruturantes, e delas, o Estado precisará dar conta e não poderá se furtar. O tempo do sujeito precisará ser respeitado, a construção de alternativas deverá ser feita em comum acordo, mas para se chegar em um momento em que o sujeito possa, de fato, escolher, a oferta precisará ser mantida. Refletindo sobre o Bolsa- -Moradia, por exemplo, se por algum motivo, mesmo que desconhecido pelo próprio sujeito, a oferta não seja assumida como uma realidade e a pessoa permaneça na rua ao invés de ir para a moradia, o benefício poderia manter-se acessível?

Quando se faz uso abusivo de drogas, o equipamento para apoio não deve estar disponível para o que o sujeito o busque? A rede de serviços poderá fazer seu papel de informação e sensibilização. No entanto, em que momento o acesso deverá acontecer? Nessa mesma lógica seria a oferta da escuta. Talvez seja isso, as respostas para encontrar uma porta de saída para a situação de rua parecem que não podem ser generalizadas, e isso para além da percepção obtida nos relatos dos entrevistados. Não parece haver universalização das saídas, ainda assim talvez a oferta da escuta devesse ser universalizada. A oferta precisa ser garantida e, logo, dar ao sujeito tempo e opção em querer, ou não ser ouvido.

A universalização que parece ser possível é a da oferta da escuta. Isto não significa desconsiderar o contexto e o processo de quem vivencia as situações de extrema vulnerabilidade. Ao contrário, é propor a escuta para além dessas questões, ouvindo sobre as marcas as quais tal situação fez no sujeito. É um colocar-se a perguntar o que é, por exemplo, estar em situação de rua? Que lugar é esse?

O trabalho no SUAS, por vezes, ocorre no intervalo do encaminhamento, do envio e da aplicação da medida protetiva, e, com frequência, é um terceiro que traz a pessoa, a família, para o atendimento. Intervalo entre a expectativa daquele que encaminha e a que o sujeito apresenta.

O que fica desta pesquisa é que outras perspectivas poderão surgir. Pode-se pensar para estudos futuros a contribuição de outros autores, inclusive da psicanálise, para a reflexão sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua, bem como para discutir sobre a execução do SUAS e auxiliar os trabalhadores dessa política travessia.

Soma-se a isso a necessidade de haver dados e pesquisas quantitativas mais robustas e claras para oferecer o dimensionamento da situação no país, não descaracterizando a importância do olhar singular para a questão, já que a tonalidade do acompanhamento, da condução do caso, estabelece-se na relação transferencial. Importante também elucidar como o refletir sobre o próprio fazer pode contribuir para um trabalho menos penoso e, por que não, mais propositivo. Que os próprios trabalhadores possam e sintam encorajados a dizer mais sobre o seu fazer, sobre o que impacta, o que emperra, mas também o que convoca, o que coloca a trabalho, o que movimenta.

Sabe-se que entre o trabalho prescrito e o real da atividade (CLOT, 2006) há um hiato. O SUAS, dentre as políticas as quais configuram o tripé da seguridade social, comporta os consequentes desafios e lapsos de uma política mais nova e que pretende lidar com o social e o humano. Desse modo, o que se avalia é que, apesar da escrita da política anunciar o necessário respeito à subjetivação, ao singular, ao contexto das famílias e ou indivíduos os quais fazem uso da política, por vezes, a burocratização do serviço público parece atuar em sentido oposto. Aquilo o qual é prescrito que se faça nem sempre é o que a instituição favorece a realização.

Fazendo menção ao que foi dito enquanto ‘momento do sujeito e ao desejo’, encontra-se um pensamento parecido na tese de Medeiros (2010). A autora, ao discutir sobre os elementos os quais promoveram, ou facilitaram a saída das ruas dos sujeitos os quais entrevistou, faz um destaque do termo ‘processo’. Apresenta que, mesmo que os entrevistados indicassem algum evento ou fator concreto, a maioria narrou a saída como um resultado de um processo o qual envolveu, também, algo particular a cada um:

(...) a maioria dos entrevistados narra o resultado de um processo desencadeado por eles ou por fatores externos que incentivaram a saída da situação, ou seja, apontam a existência de uma oportunidade atrelada a um movimento interno (desejo/vontade) (MEDEIROS, 2010, p. 132).

A autora ainda destaca a importância de se perceber que, além de estágios distintos, cada pessoa possui suas necessidades específicas e uma história de vida singular. Portanto, a intervenção também não poderá ser a mesma e deverá estar atrelada ao momento do sujeito, principalmente, ao tempo de permanência na rua e ao modo como interage com os serviços socioassistenciais (MEDEIROS, 2010). Situação esta exemplificada nas diversas falas dos entrevistados neste estudo.

Nesse *continuum*, um nome soou interessante na leitura da tese de Medeiros (2010) e, após pesquisar sobre ele, foi encontrada uma matéria da Revista Época sobre Sebastião Nicomedes. A notícia (BRUM, 2006) conta sobre a trajetória de Sebastião e do seu período de vivência nas ruas de São Paulo, SP. Algumas das falas de Tião, como parece ser seu apelido, parecem trazer um pouco de poesia e de abertura de novos olhares e mais ouvidos para as muitas histórias que são narradas e vividas nas calçadas. Tião, após uma queda realizando um trabalho de letrista, foi abandonado pelos sócios e encontrou o local de trabalho, que também era sua moradia, fechado. Na queda, machucou o braço e conta sobre sua ida ao médico para tirar o gesso:

Foi a primeira pessoa desde que eu estava na rua que me olhou nos olhos, me chamou pelo nome, perguntou como eu ia. Porque na rua ninguém chama a gente pelo nome, a gente vai esquecendo quem é, fica sem identidade. O olhar do médico me tornou humano de novo". (cf. BRUM, 2006, n.p.).

Já em uma matéria da Folha de 2018, Sebastião narra sobre sua experiência de trabalho na Secretaria de Assistência Social de São Paulo em projetos destinados à população de rua. Sobre isso, afirma que contribui com sua experiência e defende que um projeto que envolva a vida das pessoas necessita, antes de tudo, ouvi-las (MENA, 2018).

Por fim, Nicomedes ensina que

a chave entre quem sai da rua e quem nunca vai sair é a perda da capacidade de sonhar. Meus bonecos mostram (*à plateia, a outras pessoas em situação de rua*) que podem sair dessa vida. Tento despertar o sonho que ainda resta dentro deles. E, para quem não consegue mais sonhar, pelo menos consigo dar um pouco de riso, um momento feliz (cf. BRUM, 2006, n.p.).

A incapacidade de sonhar parece se relacionar ao que Ferreira (2001) apresenta como uma provisão libidinal pobre, quando o próprio sujeito se desinveste. Ainda nesse sentido, Freud (1908) apresenta em “Escritores Criativos e Devaneio” que o brincar infantil é substituído no adulto como a capacidade de fantasiar. A fantasia seria um meio para a realização dos desejos, uma tentativa de corrigir a realidade insatisfatória (FREUD, 1908).

Por conseguinte, um ponto indagador o qual merece destaque é o caráter paradoxal que o processo de saída da rua assume. O sintoma não pode ser arrancado do sujeito, porém precisa ser tratado. Assim, a saída da rua não parece, muitas vezes, estar dissociada da saída da rua de si, por isso que, talvez pelos processos sublimatórios, simbolizantes, tradutivos, os sujeitos encontraram outra forma da rua se manter presente no cotidiano da vida ao invés de utilizá-la como dormitório. Uns voltam sua energia, investem libidinalmente, em atividades atreladas à rua, ao povo que a habita.

Mesmo deixando de dormir na rua, ou de fazer dela o seu espaço de moradia, os relatos mostram que a rua, de fato, parece permanecer ali, no vislumbre da vista de uma janela, na atividade a qual se dedica, no trabalho voluntário que se realiza de doação de alimentos, nos vínculos criados e que são mantidos, no segmento que se representa nos conselhos. Outros transformam o espaço público criando bibliotecas e jardins ao ar livre, cultivando algum saber que a experiência trouxe. Em outros termos, quem conseguiu deixar de dormir na rua, não parece romper definitivamente, mantém-se ligado a ela. Em alguma medida, a rua permanece.

Espera-se, por fim, que os sujeitos possam se anunciar e serem reconhecidos nas práticas da política pública e em outras pesquisas. De mesmo modo, que o desdobramento social deste estudo e a sua utilização possa iluminar passos à frente. Que seja uma reflexão sobre a estrutura e oferta das políticas públicas para as populações as quais estão em situações sociais críticas. Admitindo que há algo do ser humano que escapa a padrões e receitas. Inclusive, admitindo que as formas de perceber, agir, repetir e dar sentido também são contingenciais.

Há que se reconhecer que, por vezes, a dimensão narcísica do sujeito aparece como justificativa para o uso indevido daquilo que lhe chega como oferta, seja o Bolsa-Família, seja o Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. Sobre

este último, tão mais atual e retumbante nas memórias mais recentes. Um auxílio para um país o qual sucumbiu a uma crise sanitária, com tantas consequências graves, tem registro de muitos brasileiros que se inscreveram e receberam o auxílio indevidamente. Assim como há os casos de desvios de verba destinada para respiradores. Realmente, chega a faltar o ar.

Esclarece-se que a face do humano apresenta seus traços, suas curvas, alguns cantos obscuros, ainda assim, há que se pensar nas ofertas as quais não devem deixar de existir. Mesmo não sendo uma pesquisa amostral, a importância da escuta da singularidade talvez possa auxiliar na construção de uma oferta pública mais ampla, considerando o singular para melhor adaptar o que se pode. Avançar na construção, na costura fortificada entre as políticas. Quem sabe, quando for possível que as ofertas indispensáveis para a vida sejam garantidas, o sujeito então possa mais que aparecer e mais que ser visto e ouvido, que ele possa, de fato, escolher. Realçando, assim, a importância da dúvida para que ela rompa com o estabelecido e impulsione, reinvente possibilidades, quem sabe aí a pergunta “Cadê o sujeito que deveria estar aqui?” possa ser transformada em “Quem é o sujeito que está aqui?”.

Para concluir, Machado, em seu relato, diz querer acrescentar uma última fala:

Cultura na praça, livro é de graça. Pode acrescentar sim, é... Eu acho que é... o conhecimento não foi feito assim, pra ficar parado em prateleira, é... trancado dentro de armário. Se você leu um livro, você vai guardar ele com você pra que? Transmite essa história com outras pessoas. Compartilha com outras pessoas. O que você vai fazer com uma coisa que você já comprou e vai ficar armazenando, acumulando dentro de casa, né? Vamos partilhar, vamos circular. Menos matéria prima será gasta, né. E o conhecimento vai circular pra mais pessoas, o que, por exemplo, você gasta aí pra fazer um livro, uma energia. Para reciclar esse ciclo você vai gastar quatro. Você gasta muito mais pra reciclar do que pra fazer. Então vamos por esse livro pra rodar, né? Se esse livro rodar mais, o mercado vai abaixar o preço do livro. Porque tem mais livro no mercado. Mas se eu comprar e deixar em casa... por isso o país é assim, tudo caro. As pessoas, elas não pensam, pensam só nelas. Quando a gente compartilha a gente tem mais. Se eu tenho 10 e você tem 10, junto a gente tem 20, é bem mais! Se compartilhando tem mais. Não é só o livro não. A gente tem que compartilhar tudo. Uma palavra amiga, né (Machado).

Que a partilha de sonhos, projetos e escuta seja possível. E a que a rua permaneça com um caráter transformador, com jardins de flores, sonhos e sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillippe y Duby, George. **Historia de la vida privada**. vol. 3. Proceso de cambio en la sociedad de los siglos XVI-XVIII. Madrid: Taurus (1992). p. 14-36, 1985[2001].

BELO HORIZONTE. **Lei Nº11.149**, de 8 de janeiro de 2019, que institui o programa cujo objetivo é fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas, no Município de Belo Horizonte. Disponível em <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1205582>> . Acesso em: 13 out. 2021.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Coletânea de Termos Técnicos da Assistência Social**, org. Maria Nazaré Pereira. Belo Horizonte, ASCOM, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania -Subsecretaria de Assistência Social - Gerência de Vigilância Socioassistencial. **Vigilância socioassistencial: Informações pessoas em situação de rua no Cadastro Único de Belo Horizonte**. 2018.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania -Subsecretaria de Assistência Social - Gerência de Vigilância Socioassistencial. **Vigilância socioassistencial: informações pessoas em situação de rua no Cadastro Único de Belo Horizonte**, setembro de 2019.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania -Subsecretaria de Assistência Social - Gerência de Vigilância Socioassistencial. **Vigilância socioassistencial: informações pessoas em situação de rua no Cadastro Único de Belo Horizonte**, setembro de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Resolução nº 130**, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 7.053** de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Serviço especializado em Abordagem Social. SUAS e População em Situação de Rua** volume 2, Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

_____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.**

BROIDE, J. & BROIDE, E. **A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções.** 2ª Edição. São Paulo: Ed Escuta, 2015.

BROIDE, J. **A psicanálise em situações de extrema vulnerabilidade social.** In: LOPEDETE, Maria Luiza Galle et al. **Corpos que sofrem: Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. p. 128-137.

_____. **A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias.** 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRUM, E. **Tião e os sonhos.** Época. n437. São Paulo: Editora Globo, 02/10/2006. Disponível em:<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75442-6032-437-1,00-TIAO+E+OS+SONHOS.html>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CECCARELLI, P. R. **Contratransferência cultural e método clínico.** **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 19(4), 707-719, 2016. Disponível em:<<https://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n4p707.9>> Acesso em: 5 de mai. de 2020.

CECCARELLI, P. R. **Mitologia e processos identificatórios.** Tempo Psicanalítico, 39, 179-199, 2007.

_____. **Considerações sobre pesquisa em psicanálise.** In: **Psicologia: diálogos contemporâneos.** Melo e Junior (org.). Curitiba: CRV, 2012. pp. 137-146.

_____. **Transexualidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, pp.103-132, 2013.

_____. **Transexualidades e mudanças discursivas.** **Estudos de Psicanálise**, (47), 83-89, 2017. Recuperado em 15 de abril de 2021. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **A Prática psicológica na pandemia: de norte a sul histórias de profissionais que precisaram encontrar alternativas em meio à crise.** Revista Diálogos, Ano 17, 12, pp. 56-57. 2021, junho.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2006.

DA MATTA, R. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1991.

DIAS, André Luiz Freitas (org). **População em Situação de Rua: Violações de Direitos e (de) Dados Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte**, Minas Gerais, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. André Luiz Freitas Dias (org). Belo Horizonte, MG: Marginalia Comunicação, 2021.

DIAS, T. B. M.; CHAVES, W. C.; NETO, F. K. **Psicanálise e Assistência Social: O Sujeito entre a Demanda e o Desejo**. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 238-258, jan. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2021.

FERREIRA, T. **Os meninos e a rua**. Uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERENCZI, S. **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1933 [1992]. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).

FREUD, S. **Romances Familiares**. *In*: Freud S. Edição Standard brasileira das obras completas. Vol IX. Rio de Janeiro: Imago; 1976. pp. 241-3. Trabalho original publicado em 1908-1909.

_____. **Escritores criativos e devaneios**. *In* S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 9, p. 147-158). Rio de Janeiro: Imago, (1908[1907]/1980).

_____. **Recordar, repetir e elaborar** (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). *In* S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 12, pp. 191-203), 1980. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).

_____. **Caminhos da terapia psicanalítica**. *In* Fundamentos da clínica psicanalítica (p. 191-204). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017. (Trabalho original publicado em 1919 [1918]. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 6).

_____. **O mal-estar na civilização**. *In* S. Freud Obras completas - O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos, 1930 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Vol. XVIII.

_____. **Construções em análise**. *In* Edição Standard brasileira, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (1950 C. P., 5, 358-71. (Reimpressão revista da anterior. Trabalho original publicado em 1937.) (1996)

GARCIA, C. **Clínica do Social**. Belo Horizonte, MG: Editora Projeto, 2000.

LAËRTIUS, D. **Vidas e Doutrinas dos filósofos ilustres**. Trad. Mário da Gama. Brasília: UNB, 2008. Livro VI, pp. 153-179.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS J-B. **Dicionário de Psicanálise**. 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEDEIROS, A. **Pessoas em Situação de Rua: A Saída para a Saída: Um estudo sobre pessoas que saíram da rua**. São Paulo, Doutorado em Serviço Social, PUC-SP, 2010.

MENA, F. **Ex-morador de rua de SP é contratado para ações de assistência social**. Folha de São Paulo, 12/03/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/ex-morador-de-rua-de-sp-e-contratado-para-acoes-de-assistencia-social.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

MENDES, A. A.; MACHADO, M. F. Uma clínica para o atendimento a moradores de rua: direitos humanos e composição do sujeito. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 100-105, Sept. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000300013>.

MENDONÇA, G. C. **Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro** (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

NATALINO, M. A. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Texto para Discussão 2246 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, 2016., Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em: 25 mai. 2021.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020) / Nota Técnica n. 73 (Disoc): Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) / IPEA.

SILVA, T. D., NATALINO, M. & PINHEIRO, M B. Nota Técnica n. 74 (Diest) (Disoc): **População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. IPEA, 2020.

SCARPARO, M. D.-E. **Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

TAVEIRA, T. M. dos S. - **A habitação personalizada no Ocidente: Maison La Roche, Maison de Verre e Casa de Serralves** / Tiago Manuel dos Santos Taveira; orientado por Fernando Manuel Domingues Hipólito. - Lisboa: [s.n.], 2016. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. 1991.

VIGANÒ, C. **A construção do caso clínico**. Opção Lacaniana online nova série. Ano 1, n. 1, março 2010.

ANEXO I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Cadê o sujeito que estava aqui? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social

O(a) Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa: ***Cadê o sujeito que estava aqui? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social***, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A orientação é realizada pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli e realizada pela mestrandia Larissa Ferreira Dias Leite.

Objetiva-se, neste estudo, conhecer e analisar, a partir do seu relato, as especificidades da sua trajetória de vida nas ruas, ou seja, conhecer um pouco da sua história. Assim, você está sendo convidado a participar de uma entrevista e a contar um pouco de si. Diante dos cuidados necessários durante a pandemia da Covid-19, as entrevistas presenciais ocorrerão em espaço aberto, mantendo-se o distanciamento e com utilização de Equipamentos de Proteção Individual, tal como máscaras, *face shield* e álcool em gel 70% para quando for necessário.

Sua participação é voluntária, você é quem decidirá se quer, ou não participar. Caso sinta-se desconfortável, poderá interromper a entrevista quando quiser, sem nenhum tipo de prejuízo para você.

Informa-se que não haverá pagamento por participar deste estudo, nem despesas ou compensações pessoais. As informações obtidas neste estudo serão confidenciais e para fins acadêmicos e científicos. Se houver o seu consentimento, a discussão poderá ter seu áudio gravado para posterior transcrição, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável por dois anos e armazenados em arquivos de áudio no computador pessoal da pesquisadora. Após esse período, o material será apagado. Os resultados da análise dos dados serão apresentados em artigos e eventos científicos, guardando o anonimato eticamente necessário.

Em relação aos benefícios da pesquisa, acredita-se que os resultados possam subsidiar reflexões e propostas de melhoria na oferta dos serviços públicos

de Assistência Social para pessoas em situação de rua. Os riscos da pesquisa são os referentes a possíveis desconfortos gerados por receio de perda da privacidade, a qual, no entanto, garantimos, como nosso compromisso ético e incondicional. Ademais, poderá ocasionar alguma tensão em relação à exposição dos dados dos pesquisados, alguma reação emocional diante das questões norteadoras, já que serão convidados a relatarem suas vivências, experiências e percepções sobre a vida nas ruas bem como sobre seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Também poderá haver desconforto ou constrangimento em função de acessar memórias familiares, apesar do esclarecimento feito sobre a preservação do sigilo dos envolvidos na pesquisa, e fadiga. Para tanto, deixa-se claro ao participante sobre a possibilidade de interromper, ou mesmo suspender sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Por mais improvável que seja, fica garantido que, se porventura ocorrer qualquer problema neste sentido, ele será imediatamente verificado e corrigido. Caso ainda assim lhe ocorra alguma dúvida, o(a) Sr.(a) terá o direito de negar o consentimento referente ao uso dos seus dados, se assim quiser e julgar necessário. Durante toda a realização da entrevista, você tem o direito de tirar suas dúvidas sobre esta pesquisa. Esclarece-se que o participante tem o direito a buscar indenização em caso de danos decorrentes da participação no estudo. Os pesquisadores estarão à disposição para qualquer esclarecimento necessário.

O presente termo seguirá em duas vias, com espaço para rubrica. Informa-se que o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG poderá ser acionado em caso de qualquer dúvida ética pelo endereço e/ou telefone constantes ao final do documento.

Baseado neste termo, eu,

_____,
 aceito participar da pesquisa intitulada Cadê o sujeito que estava aqui? Contribuições da psicanálise sobre a permanência das pessoas em situação de rua no campo da Política de Assistência Social, dentro das condições acima expostas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante _____

Assinatura dos pesquisadores _____
 e _____.

Pesquisadores responsáveis: Larissa Ferreira Dias Leite (Pesquisadora responsável): larissafdl@yahoo.com.br – (32) 99934-1605 e Paulo Roberto Ceccarelli (Orientador): paulorcbh@mac.com.

Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627
Unidade Administrativa II - 2º andar Campus Pampulha Belo Horizonte, MG – Brasil
CEP: 31270-901. Telefax (31) 3409-4592.

APÊNDICE - Roteiro disparador para entrevistas semiestruturadas

1 - Informações gerais:

Nome:

Apelido:

Idade:

Gênero:

Cor:

Origem:

Escolarização:

Tempo de vida nas ruas:

Estado Civil:

2 - Conte sobre você, sua história, e como se deu a sua ida para a rua (motivos).

3 - Como é, para você, estar em situação de rua?

4 - Quais estratégias atuais utiliza para garantir a sobrevivência?

5 - Quais equipamentos/serviços destinados à população de rua você conhece (Da Assistência Social, da Saúde ou outros)? Acessa algum? Se sim, como se sentiu com o atendimento ofertado? Se não, por qual motivo?

6 - Se está em situação de rua atualmente, conte sobre seu desejo e ou dificuldade de sair dessa condição.

6 - Se não está na rua, como se deu o processo de saída? Quais os facilitadores e dificultadores desse movimento?